



**UFAM**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

EXPERIÊNCIAS, MEMÓRIAS E OUTRAS HISTÓRIAS DE  
TRABALHADORES RURAIS DO LAGUINHO (ASSENTAMENTO  
RURAL DE VILA AMAZÔNIA, PARINTINS-AM, 1973/2015)

ANANIAS CARVALHO DA SILVA NETO

MANAUS  
2016



**UFAM**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

ANANIAS CARVALHO DA SILVA NETO

EXPERIÊNCIAS, MEMÓRIAS E OUTRAS HISTÓRIAS DE  
TRABALHADORES RURAIS DO LAGUINHO (ASSENTAMENTO  
RURAL DE VILA AMAZÔNIA, PARINTINS-AM, 1973/2015)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

**Orientador:** Prof. Dr. Nelson Tomelin Jr.

MANAUS  
2016

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586e Silva Neto, Ananias Carvalho da  
Experiências, memórias e outras histórias de trabalhadores rurais do Laguinho (assentamento rural de Vila Amazônia, Parintins-AM, 1973/2015) / Ananias Carvalho da Silva Neto. 2016  
115 f.: il.; 31 cm.

Orientador: Nelson Tomelin Junior  
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Trabalhadores Rurais. 2. Reforma Agrária. 3. História Oral. 4. Vila Amazônia. I. Tomelin Junior, Nelson II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**ANANIAS CARVALHO DA SILVA NETO**

**EXPERIÊNCIAS, MEMÓRIAS E OUTRAS HISTÓRIAS DE  
TRABALHADORES RURAIS DO LAGUINHO  
(ASSENTAMENTO RURAL DE VILA AMAZÔNIA, PARINTINS-  
AM, 1973/2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 24 de agosto de 2016

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Nelson Tomelin Jr  
(UFAM – Presidente)

Prof Dra. Patrícia Rodrigues da Silva  
(UFAM – Membro)

Prof Dr. Amailton Magno Azevedo  
(PUC/SP – Membro)

**Ao meu avô Luiz Faria Henrique (In memoriam) que por meio de seu exemplo que me ensinou valores que formam meu caráter. A minha avó Maria do Carmo, a qual sou grato por todo carinho que tem para comigo. A minha mãe Leila Maria Carvalho. A todos os moradores, trabalhadores rurais das Comunidades de Santíssima Trindade, São José e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Laguinho.**

Aos meus pais e avós por terem dado todas as possibilidades possíveis que estavam ao seu alcance, para que eu chegasse nesta etapa do percurso de minha vida e que, durante pouco mais de dois anos de mestrado, me abrigaram e deram o conforto necessário para a construção da pesquisa.

Com extrema admiração, à minha companheira Jessica Santos Silva, por ver as coisas boas nos momentos difíceis, em sempre confiar que era possível chegar e por me fazer sorrir nas adversidades.

Ao meu orientador Prof. Dr. Nelson Tomelin Jr. por ter acreditado e confiado em mim e na proposta de pesquisa, por ter sido paciente quanto as minhas limitações acadêmicas, e pelas horas de conversas que me ajudaram a ser, não apenas melhor pesquisador, mas também um ser humano melhor. Agradeço também aos professores do Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Aos funcionários da secretaria do programa, especialmente à Jailson pela ajuda nos momentos difíceis.

Aos meus amigos da turma de mestrado de 2014, pelos momentos que passamos, pelas conversas epistemológicas. Em nome de Deyse, Alderira, Jomarah, Laiana. Aos amigos Susan Monteverde, Andreia Soares e Basílio Tenório

À FAPEAM pela ajuda financeira, fundamental na construção desta dissertação.

A todos os moradores, trabalhadores rurais das comunidades: Santíssima Trindade, São José e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Laginho que colaboraram para realização deste trabalho, disponibilizando seu tempo e compartilhando suas memórias e histórias.

**Agradeço!**

*“Toda a história é a história do  
tempo presente”.*  
*Marc Bloch*

## RESUMO

Este estudo busca revalorizar a experiência de homens e mulheres, trabalhadores rurais, moradores das comunidades Santíssima Trindade, São José e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Laginho que passaram por uma reordenação territorial, primeiramente com o deslocamento de regiões alagadiças na década de 70, e posteriormente pela implantação do Assentamento rural de Vila Amazônia no final da década de 80. Buscou-se por meio da memória, em narrativas orais de moradores, analisar o processo histórico de formação daquelas comunidades, bem como a valorização do cotidiano de homens e mulheres dessas localidades. Procurou-se compreender a relação dos trabalhadores com a terra e as formas de organização social e trabalho, como esses sujeitos constroem suas experiências e trajetórias de vida na luta pela terra. Pretende, também, perceber as expectativas dos sujeitos em relação à aplicação de uma série de políticas públicas voltadas para a Reforma Agrária na região estudada. A História Oral nos deu subsídios teóricos e metodológicos para a sustentação desse estudo. As terras que compõem as Comunidades Rurais da Região de Vila Amazônia situam-se na divisa entre os estados do Amazonas e do Pará, com um território de 300.000 hectares. A partir de 1988, o então Presidente da República, José Sarney, desapropriou 78.270 hectares para a implantação de um PA (projeto de assentamento) hoje conhecido como assentamento rural da Gleba de Vila Amazônia. As comunidades da região do Laginho, então os primeiros núcleos comunitários formados na região, tiveram consolidada a sua constituição nesse processo de reforma agrária. A Comunidade do Laginho localiza-se na região central do assentamento rural de vila Amazônia, sendo habitada por aproximadamente vinte famílias de agricultores.

**Palavras-chave:** Trabalhadores Rurais, Vila Amazônia, Reforma Agrária, História Oral.



## ABSTRACT

This research aims to value the experience of men and women, rural workers, residents of Santíssima Trindade, São José and Nossa Senhora do Perpetuo Socorro do Laguinho Communities, that passed by a territorial reordering, first with the displacement of flooded areas in the decade of the 70's, and later by the rural Settlement of Vila Amazônia implementation in the late decade of the 80's. It has been reached by social memory, residents' oral narratives, analyze the historical process of communities formation, and appreciation of men and women's routines from that locality. It has been requested to understand the workers relations with the land and the social organization and work forms, as these subjects historicize their experiences and life trajectories in the struggle for land. It also intends to realize the subjects' expectations in relation to a set of public policies implementation for Land Reform concerning the studied region. The Oral History provides theoretical and methodological subsidies to support this study. The lands that compound the rural communities of Vila Amazônia Region are located on the border between the States of Amazonas and Pará with 300,000 hectares territory. Since 1988, the current Republic President in this period, José Sarney has been expropriated 78,270 hectares for the establishment of a PA (settlement project), at this time it has been known as rural settlement of Gleba de Vila Amazônia. The Laguinho region communities were hit directly by the Land Reform process, because this region was one of the first community centers which has been formed. Laguinho Community is located in the central region of rural settlement of Vila Amazônia, and it is inhabited by approximately 20 farmer families.

**Keywords:** Rural Workers, Experiences, Land Reform, Oral History.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 1:</b> Comunidades rurais da região do Laguinho .....	14
<b>FIGURA 2:</b> Fotografia do agricultor Arinos Carvalho .....	29
<b>FIGURA 3:</b> Eunice Rocha e seu esposo Arinos Carvalho .....	35
<b>FIGURA 4:</b> Diva Albuquerque e seu esposo Alamiro Carvalho .....	38
<b>FIGURA 5:</b> Trabalhador Rural no plantio e colheita da fibra de juta .....	42
<b>FIGURA 6:</b> Fernando Carvalho, 51 anos, comunidade Nossa Senhora do Perpetuo Socorro do Laguinho .....	56
<b>FIGURA 7:</b> Título definitivo expedido pela Secretaria de Produção rural em 30 de junho de 1978 (frente) .....	63
<b>FIGURA 8:</b> Título definitivo expedido pela Secretaria de Produção rural em 30 de junho de 1978 (verso) .....	64
<b>FIGURA 9:</b> Seu Herminto Cordeiro, na companhia de seu vizinho Arinos Carvalho, em um puxirum realizado no ano de 2014 .....	79
<b>FIGURA 10:</b> Barracão Comunitário construído na década de 80 .....	82

## LISTA DE SIGLAS

CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
COAGVA	Conselho de Assentados da Gleba de Vila Amazônia
COOPJUTA	Cooperativa de Juticultores de Parintins
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CTC	Companhia Têxtil do Castanhal
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MEB	Movimento de Educação de Base
PA	Projeto de Assentamento
PRONAF	Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
SEPROR	Secretaria de Estado de Produção rural
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
CAPÍTULO 1	
ENTRE RIOS, PARANÁS E LAGOS: ESPAÇOS DE VIVÊNCIA E EXPERIÊNCIA SOCIAL.....	23
CAPÍTULO 2	
RELAÇÃO COM A TERRA, FORMAS DE TRABALHO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	55
EXPERIÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DE LUTA PELO DIREITO A TERRA.....	57
O PUXIRUM: FORMA DE ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS...	71
CULTURA, FÉ E RELIGIOSIDADE. ....	82
CAPÍTULO 3	
DESAPROPRIAÇÃO E REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL NA VISÃO DOS TRABALHADORES RURAIS .....	88
REFORMA AGRÁRIA: UM NOVO MOMENTO DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL EM VILA AMAZÔNIA.....	88
ONDE ESTÃO OS TRABALHADORES? A PRODUÇÃO DA SUBALTERNIDADE NA APROPRIAÇÃO DE TERRAS .....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	105
REFERÊNCIAS.....	107

FONTES.....	114
ENTREVISTAS .....	114
JORNAIS .....	115
ACERVOS DOCUMENTAIS .....	115

## INTRODUÇÃO

Enquanto os historiadores estão interessados em reconstruir o passado, os narradores estão interessados em projetar uma imagem. Portanto, enquanto os historiadores muitas vezes se esforçam por ter uma sequência linear, cronológica, os narradores podem estar mais interessados em buscar e reunir conjuntos de sentimentos, de relacionamentos e de temas, no transcorrer de sua vida.

(PORTELLI, Alessandro. "O Momento da minha vida: funções do tempo na História Oral" p. 300)

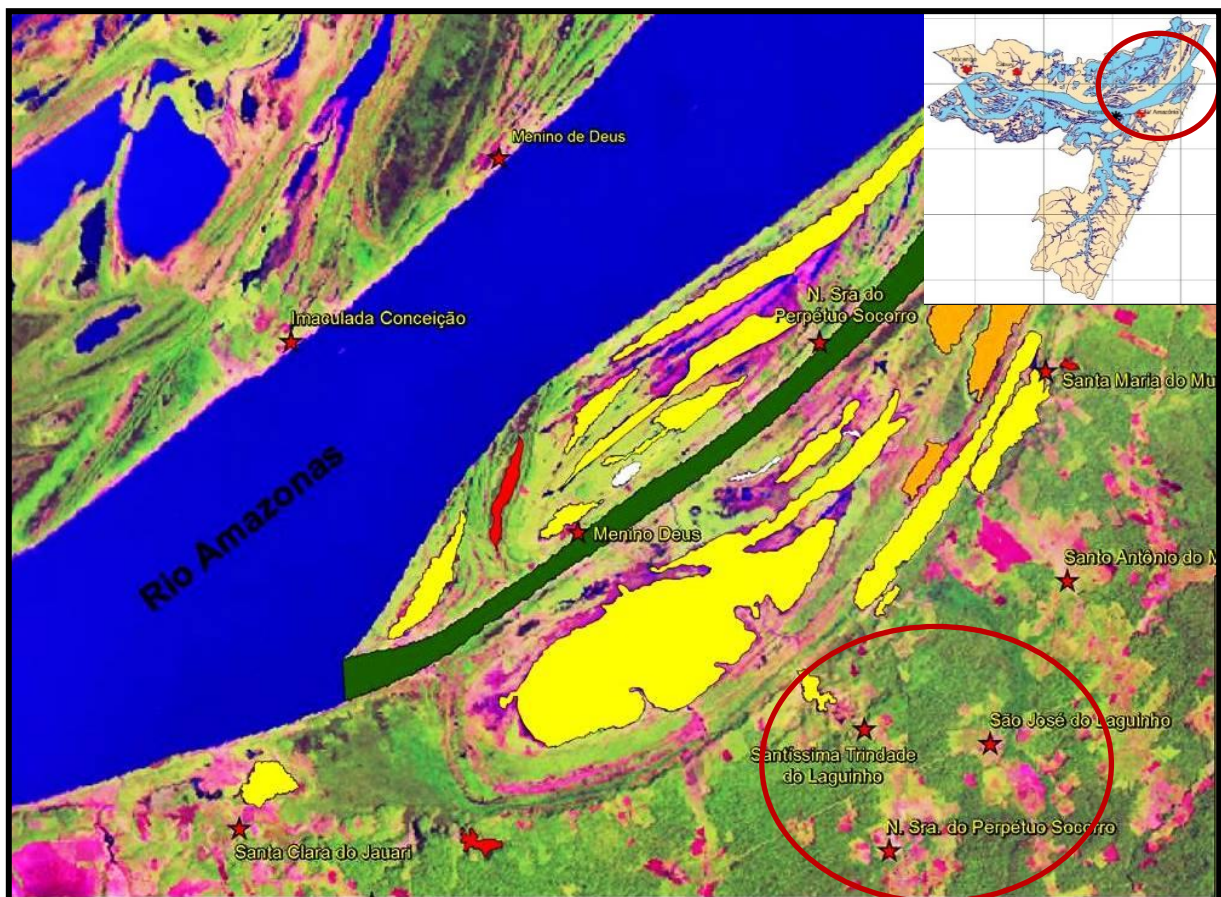
A presente pesquisa nasceu de minhas idas e vindas entre Manaus, Parintins e o Assentamento rural de vila Amazônia. Nasceu, fundamentalmente, de um acerto de contas com minha própria história de vida, uma vez que meus pais, tios e avós foram, ou ainda são, trabalhadores rurais que participaram ativamente do processo de transformação espacial pelo qual aquela região passou e ainda passa, sendo eles sujeitos históricos que tiveram suas experiências revalorizadas nesta pesquisa, oportunizando, a partir de suas memórias, a reflexão sobre outros marcos temporais e sociais para a pesquisa histórica na região.

Percorrer os quilômetros que separam as comunidades rurais traz à tona várias inquietações, principalmente em relação ao cotidiano dos trabalhadores rurais e o processo de transformação que aquele espaço tem experimentado nas últimas décadas.

As comunidades rurais de Vila Amazônia situam-se na divisa entre os estados do Amazonas e do Pará, com um território de aproximadamente 300.000 hectares. A partir de 1988, o então Presidente da República, José Sarney, desapropriou 78.270 hectares para a implementação de um PA (projeto de assentamento), hoje conhecido como assentamento rural da gleba de vila Amazônia. Antes da implementação do PA de Vila Amazônia, centenas de famílias de posseiros já habitavam a região, vivendo em comunidades rurais e ocupando áreas de várzea e de terra firme, sendo esses o caso do meu tio Arinos e de seus familiares.

A área territorial que abrange o conjunto maior das referências sociais e experiências dos sujeitos históricos do presente trabalho é a das comunidades de Santíssima Trindade, São José e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Lagunho, um dos primeiros núcleos comunitários formados da região. As Comunidades do Lagunho localizam-se na região central do assentamento, onde habitam aproximadamente 20 famílias de agricultores. Em meados de 1975, trabalhadores, com respaldo do estado, estabeleceram-se na região, formando os primeiros núcleos comunitários compostos por sujeitos sociais que tinham por base relações de parentesco e de vizinhança. Estabelecem-se então na região por meio da posse da terra, reconhecida anos mais tarde pelo governo com o título definitivo de propriedade para os seus respectivos moradores.

**Figura 1:** Comunidades rurais da região do Lagunho



Fonte: Ananias Neto / Elaborado por Raimundo Rocha.

O recorde espacial em questão refere-se às áreas de várzea e terra firme pertencentes ao município de Parintins, no estado do Amazonas, correspondentes ao Paraná de Parintins e às áreas em que atualmente se localizam as comunidades de Santíssima Trindade, São José e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Laguinho. Trata-se de extensa região ocupada por saberes e modos de vida pelos quais trabalhadores e trabalhadoras souberam superar dificuldades enormes quanto a distâncias e eventuais perspectivas de isolamento, sobretudo pela falta de serviços públicos ao longo da história do lugar.

A primeira vez que tive contato com as Comunidades do Laguinho foi durante a minha infância, quando, frequentemente, junto com meus pais, ia passar férias na casa do meu tio Arinos Carvalho. Foram esses momentos repletos de brincadeiras, banhos nos igarapés da região, e cantorias ao redor de fogueiras. Meu tio Arinos, assim como minha avó e minha mãe, é oriundo do Paraná de Parintins, comunidade de várzea pertencente ao município de Parintins. Minha avó mudou-se para a sede do município enquanto meu tio deslocou-se para a terra firme na região onde atualmente se encontra a comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Laguinho.

Quando menino, costumava ouvir de meus tios e avós sobre a difícil vida do trabalhador rural, das dificuldades passadas na várzea, dos deslocamentos em virtude das cheias dos rios e da necessidade de se buscar novas formas de sobrevivência e de resistência do dia-a-dia e em seu cotidiano de lutas.

Minhas inquietações sobre a formação das comunidades de Vila Amazônia e o processo de reforma agrária ocorrido na região, iniciaram-se quando deparei com algumas fotografias e anotações do meu avô Luiz Farias Henrique, datadas de 1973. Essas anotações correspondiam à metragem dos terrenos a serem distribuídas para as famílias do Paraná de Parintins em uma área de terras devolutas, chamada por ele de Laguinho. A partir de então, empenhei-me em entender o processo histórico de ocupação daquelas terras e sua consolidação como assentamento rural. Fontes como fotografias e atas de reunião deram subsídios para problematizar uma história que se confundia então com a história da minha própria família, meio em que tracei perspectivas da minha própria caminhada. Minhas inclinações de historiador social me colocaram diante de algumas indagações que uma análise superficial me



impossibilitaria de responder. Afinal, o que poderia motivar trabalhadores rurais oriundos de áreas de várzea a se deslocarem para a terra firme e se estabelecerem em um determinado período de tempo? Uma vez estabelecidos em comunidades, como os trabalhadores rurais pensam e experimentam o novo momento de reforma agrária da região?

O presente trabalho teve o objetivo de revalorizar as experiências dos trabalhadores que habitam a região. Essa análise busca perceber como esses sujeitos históricos criaram sentidos, resistiram e adaptaram-se a este novo momento de suas histórias. Para tanto, busca-se entender o processo de formação das comunidades do Lagunho por meio da análise das narrativas orais de trabalhadores rurais do lugar.

Para tal propósito é de fundamental importância um estudo aprofundado sobre o processo de ocupação da Amazônia, levando em consideração que os indivíduos envolvidos nesse processo são sujeitos históricos, que não estão à margem da História, mas que a constroem a partir de seus próprios modos de vida, num campo que é de lutas e de disputas sociais.

O trabalho com a história oral permite perceber as contradições dos espaços e como os sujeitos sociais resistem, submetem-se, criam sentido ou como encontram alternativas a esses processos.<sup>1</sup>

A utilização de fontes orais nos permite vislumbrar novas possibilidades do fazer historiográfico, pois ela ajuda na elaboração de uma análise que não se limita apenas ao enfoque político oficial, que relega ao ocultamento as narrações de indivíduos particulares. Ao dialogar com os sujeitos históricos, o historiador amplia o campo de participação quanto à análise e pensamento sobre a formação do conhecimento em história, o direito à memória, quando não são apenas os personagens destacados pela história oficial que aparecem, mas sim novos personagens que entram em cena, não como meros espectadores, mas como sujeitos sociais ativos. Neste sentido, a oralidade auxilia na reconstrução da história, pois permite uma releitura do passado com novos olhares e novos sotaques, preservados

---

<sup>1</sup> PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n°. 2, 1996.

e revalorizados inclusive na transcrição das narrativas orais dos entrevistados nesta pesquisa.

Partindo do prisma da problematização do conhecimento histórico a partir das memórias dos trabalhadores rurais é que se priorizou o trabalho com as fontes orais. Assim, busquei aqui problematizar historicamente experiências por caminhos teóricos e dimensões políticas a partir da obra do historiador Alessandro Portelli, quando esse afirma que “as fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”<sup>2</sup>. É nesse sentido que se buscou compreender e analisar, por meio das narrativas orais, as expectativas e percepções forjadas naquelas trajetórias políticas de luta pela terra, evidenciando histórias construídas por pessoas com projetos, sonhos e interesses, ou seja, pessoas reais que criam e recriam estratégias de resistência.

Seguindo essa perspectiva, buscou-se um diálogo entre narradores e historiador, em que ambos trocam informações a respeito do tema, revalorizando memórias e experiências sociais. Pretende-se entender assim o processo de produção social dessas memórias, além de compreender como as vivências e experiências dos sujeitos contribuem para a formação de suas próprias identidades sociais.

A opção pelas fontes orais se deu pela perspectiva de se evidenciar experiências e revalorizar práticas e memórias de sujeitos sociais outrora marginalizados pela historiografia tradicional. Quer-se aqui colocar em evidência o olhar de novos personagens, os trabalhadores rurais moradores das áreas de várzea e terra firme, suas percepções próprias e opção de escolha na consolidação do próprio destino.

Se considerarmos a memória um processo, e não um depósito de dados, podemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou verbalizada por pessoas. A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas

---

<sup>2</sup> PORTELLI, Alessandro. "Tentando Aprender Um Pouquinho. Algumas Reflexões sobre a ética na História Oral": In Revista Projeto História n.º 15. , São Paulo: EDUC, 1997 p. 31

são – assim como as impressões digitais, ou, a bem da verdade, como as vozes – exatamente iguais.<sup>3</sup>

Compreender as trajetórias de luta dos trabalhadores rurais pelo campo das experiências significa dialogar com os sujeitos históricos em sua dimensão viva, revalorizando escolhas e caminhos num cotidiano de resistências, muitas vezes silenciado por múltiplos espaços sociais de poder, procurando em vez disso descobrir, desocultar, “para contar histórias que não foram ouvidas (...), um compromisso político”<sup>4</sup>.

Nesse sentido, este trabalho buscou dialogar com sujeitos sociais silenciados pela historiografia dominante, quando procurou “trazer à tona outras histórias da realidade social, valorizar novas temáticas, desconstruir periodizações consagradas em arranjos oficiais que, em nome do bem geral e da harmonia social, pretendem uniformizar contextos históricos, extirpando da história tensões, conflitos, padrões e valores alternativos”.<sup>5</sup>

Buscando evidenciar as experiências de homens e mulheres, suas resistências, a presente pesquisa pretendeu então refletir sobre o processo de produção social da memória, problematizando a noção de cotidiano sem perder de vista o campo das lutas e disputas sociais de uma sociedade dividida em classes, como a brasileira. Nesse sentido, a conquista de amplos direitos na região por políticas públicas dos últimos anos, como a criação de cidadania pelo acesso a inúmeras frentes de produção e reprodução da vida social nesses lugares, aparecem aqui como contraponto, refletidas a partir das narrativas orais de homens e mulheres que pensam, problematizam e constroem, pela trajetória de suas próprias lutas em modos de vida próprios, significados sobre a experiência de ser trabalhador e trabalhadora na Amazônia.

---

<sup>3</sup> PORTELLI, Alessandro. Op. cit. 1997 p. 16.

<sup>4</sup> THOMSON, Alistair. Reconstituindo a Memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. Projeto História. São Paulo: PUC/SP, n.º 15, abr.1997. p. 77.

<sup>5</sup> FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun (orgs). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2004. p.05

Deste modo, a história oral possibilita os registros das vivências e lembranças dos sujeitos históricos, revalorizando experiências e memórias. Ainda segundo Alessandro Portelli,

A História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a Sociologia e a Antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada um.<sup>6</sup>

Ampliou ainda as perspectivas de alcance que incentivaram a realização do presente trabalho, a leitura do livro “História, o prazer em ensino e pesquisa”<sup>7</sup>, de autoria de Marcos Silva. O autor aborda nesse texto a prática da pesquisa histórica como algo não dissociado do ensino de história, que não deve estar separado do campo das problematizações nessa área, evidenciando que o conhecimento não está pronto. Ao abordar temas como a discussão de longa e pequena história, história imediata, memória e patrimônio histórico, Silva mostra que o ensino acadêmico não pode estar distante do saber escolar, evidenciando assim a pesquisa em história como uma prática prazerosa que não se limita a conceitos preestabelecidos e busca novos mecanismos de revalorização dos sujeitos históricos.

Foi igualmente importante em minha trajetória de pesquisador refletir sobre a obra de Eder Sader, “Quando novos personagens entram em cena”,<sup>8</sup> por abordar esse autor a análise dos movimentos sociais a partir da visão de trabalhadores e trabalhadoras que com sua prática cotidiana de luta apostam e constroem as mudanças sociais que definem, superando classistas divisões ideológicas entre planejamento e execução nesse meio. Sader estuda a formação de novos movimentos sociais e uma nova sociedade civil, com atores atuando com uma lógica política diferente dos partidos de esquerda tradicionais, durante um momento de vigência de ditadura civil-militar no país. Descreve o autor como esses movimentos, eventualmente mesmo fragmentários, influenciaram decisivamente os desdobramentos da cena política no Brasil naquele momento. São tais novos

---

<sup>6</sup> PORTELLI, Op. cit., 1988, p. 15.

<sup>7</sup> SILVA, Marcos. "A História e seus limites". *História & Perspectivas*. Uberlândia: 6: 59/65, jan/jun 1992. OBS.: republicado na *Revista da USP*. São Paulo: 33, mar/maio 1997

<sup>8</sup> SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

personagens, eventualmente diferentes dos personagens estudados pela historiografia tradicional, que a partir de sua prática evidenciam movimentos por importantes transformações históricas. Analisa então Eder Sader a história de quatro movimentos, a saber o Clubes de Mães, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, a Oposição Metalúrgica de São Paulo, e as Comissões de Saúde da zona leste. Sader chama a atenção para perspectivas de análise do fragmentário nesse processo, refinando propostas de pesquisa a fim de vislumbrar movimentos em espaços supostamente menos organizados, cada um deles criando espaços públicos a partir das experiências cotidianas de seus participantes, seja para lutar por transporte em uma fábrica, um posto de saúde, contra o custo de vida elevado etc.

Gostaria de, por fim, ressaltar a contribuição que encontrei na obra de Marilena Chauí, “Conformismo e Resistência”<sup>9</sup>, quando observa a autora que no Brasil pós-1964 instaurou-se um nacionalismo cujo papel do Estado era reger o movimento político interno de forma a impedir qualquer manifestação cultural, política e social que não estivesse de acordo com a ordem vigente. A autora aponta que nesse período foi constantemente reforçada a ideia da existência de uma “memória histórica” que caracterizou o golpe civil-militar de 1964 como uma ruptura na ordem democrática brasileira supostamente antes vigente, a qual seria retomada em fins da década de 1970, “lenta e gradualmente”, como que planejada pela própria ditadura, até a eleição de um presidente civil em 1985. Segundo Chauí, essa “memória histórica” privilegia as ações do Estado e descaracteriza as manifestações populares e de luta, interpretadas sempre como ameaça à ordem, como um perigo social que devia ser então combatido em prol de uma suposta modernidade. Observa a filósofa que a tônica por trás dos movimentos populares de então era a da luta por representação, liberdade e participação, elementos que caracterizam as reivindicações por direitos sociais. Dito de outra forma, foram, aquelas, atitudes que criaram a cultura como elemento político organizador da vida, por trabalhadores e trabalhadoras. Podemos encontrar esta resistência cultural e política na história de homens e mulheres do Assentamento de Vila Amazônia, os quais têm buscado ao longo de sua história na região, novos modos de sobrevivência, articulando-se em comunidades, criando novos sentidos e dando sentido a suas práticas, obstaculizando perspectivas de

---

<sup>9</sup> CHAUI, Marilena de Souza. Conformismo e Resistência. São Paulo: Brasiliense, 1989.

imposição social pelo estado. Conformismos e resistências nesse meio demarcam o campo das ambigüidades em que a cultura como todo o modo de vida de trabalhadores e trabalhadoras de vila Amazônia lutam também pelas presentes páginas por direito à memória, por direito à história.

## CAPÍTULO 1

### ENTRE RIOS, PARANÁS E LAGOS: ESPAÇOS DE VIVÊNCIA E EXPERIÊNCIA SOCIAL.

*“Eu destinei, procurava meios de sair da várzea, minha vontade era sair do setor de várzea porque eu precisava de trabalhar e não havia jeito”*

*(Arinos Carvalho, 85 anos, morador da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Laguinho).*

A presente pesquisa, a partir da problematização de narrativas de trabalhadores rurais, aponta para uma memória que não se pretende una, mas que é produzida, sobretudo, pela correlação de indivíduos pertencentes a grupos que se constituem nela. Os trabalhadores rurais da região do Laguinho experimentam vivências dinâmicas que se articulam com a luta pela sobrevivência, no trabalho, no lazer, nas práticas religiosas e em outros aspectos que constituem o seu dia-a-dia.

O meio histórico em que esses sujeitos vivem é carregado de simbologias, crenças, vozes, silêncios, alegrias, tristezas e esperanças. Nesse espaço se realiza uma relação de reciprocidade entre o homem e todo o mundo natural que o cerca, estabelecendo-se uma relação de respeito, harmonia e desarmonia, além de ambiguidades e contradições nesse campo, que marcam a existência e o cotidiano humano como parte integrante desse meio, influenciando sua personalidade, seu jeito de ser, sua sobrevivência física e psicológica, seu tempo, sua vida em família, seu trabalho, seu lazer e seu universo de valores.<sup>10</sup> Contudo, como observa Marcos Silva, “(...) associar a identidade também a um local é recuperar, de algum modo, vivências

---

<sup>10</sup> ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues. Trabalhadores do Muru, o rio das cigarras. Rio Branco: EDUFAC, 2005. p. 36

que também participam na definição de identidades individuais e grupais, sem, com isso, homogeneizar a sociabilidade considerada”<sup>11</sup>.

O Projeto de Assentamento Gleba de Vila Amazônia é um dos maiores da região do baixo Amazonas, situando-se na divisa entre os estados do Amazonas e do Pará, com um território de aproximadamente 300.000 hectares nas proximidades da cidade de Parintins. A partir de 1987, o então Presidente da República José Sarney, desapropriou para a realização do Assentamento Rural de Vila Amazônia 78.270 hectares. É importante frisar que, antes da implementação do PA<sup>12</sup> de Vila Amazônia, centenas de famílias de posseiros já habitavam a região, vivendo aí em comunidades rurais e ocupando áreas de várzea e terra firme. Essas ocupações ocorreram de inúmeras formas e se confundem com a ocupação histórica da região amazônica constituída, principalmente, pela ocupação tradicional da várzea amazônica e posteriormente da terra-firme.

Para entender o processo histórico de ocupação da Amazônia, inserindo nesse contexto a região de Vila Amazônia, é fundamental levar em conta a existência de vários grupos de indivíduos que passaram a viver na/da floresta. Etnias indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, e também imenso grupo social que se forma a partir da migração nordestina para a Amazônia ao longo da produção gomífera na região, constituem esse meio social do trabalho, passando a viver da/na floresta por meio de práticas extrativistas ou agropastoris tais como a coleta da castanha, a extração do pau-rosa e a fabricação de farinha, além da agricultura, articulando suas práticas por muitos modos de vida. Nesse sentido, houve ocupação gradativa da região compondo essencialmente o mundo rural amazônico, uma ocupação em que a intervenção do poder estatal se fez sentir por inúmeras formas.<sup>13</sup>

O processo de colonização de Vila Amazônia remete à década de 30. A Vila Amazônia foi o local escolhido para o assentamento e instalação de colonos japoneses, que desenvolveram o cultivo de arroz e outras culturas agrícolas, com

---

<sup>11</sup> SILVA, Marcos. "A História e seus limites". *História & Perspectivas*. Uberlândia: 6: 59/65, jan/jun 1992. OBS.: republicado na *Revista da USP*. São Paulo: 33, mar/maio 1997

<sup>12</sup> Projeto de Assentamento

<sup>13</sup> MEDEIROS, Mônica Xavier de. Para roubar a terra, tornar invisível quem vive nela: A produção da subalternidade na apropriação de terras em Parintins (AM). *Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente, 13 a 15 de outubro de 2014*. disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/tempopresente/paper/view/99/45>



destaque para a juta. Nesse período, a Vila criou uma infraestrutura destinada à colônia de migrantes, com olarias, serrarias, armazéns e casas para os trabalhadores. Com a juta, o porto fluvial da região tornou-se importante. A interrupção deste processo ocorreu com a segunda grande guerra, quando o Japão se aliou à Alemanha e à Itália, forçando os japoneses a se retirarem do Brasil. Tais aspectos produziram um grande impacto negativo na economia do município de Parintins.<sup>14</sup>

O recorte espacial desta pesquisa limita-se às comunidades de Santíssima Trindade, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e à comunidade de José do Laguinho, compondo as três comunidades do Laguinho, um dos primeiros núcleos comunitários constituídos na região. As Comunidades do Laguinho localizam-se na região central do assentamento rural de Vila Amazônia, sendo habitadas atualmente por aproximadamente cinquenta famílias de agricultores.

Essas comunidades foram formadas pela ocupação tradicional de indivíduos oriundos, na maioria, das regiões alagadiças localizadas na margem do rio Amazonas, especificamente, no paraná de Parintins. No início na década de 70, centenas de famílias deslocaram-se da várzea para a terra-firme, constituindo assim os primeiros núcleos comunitários do local.

As três comunidades formam a nucleação do Laguinho, que tem como sede a Comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. É nessa última que se localiza a Escola Municipal Fernando Carvalho, escola essa que atende as comunidades da nucleação, como de outras localizadas nas proximidades.

O Laguinho e o Lago Grande, apesar do nome, não são os maiores lagos da região de Parintins, não determinam a economia da cidade, não são os mais navegáveis, ou os mais importantes, tão pouco comandam a vida de quem quer que seja. Mas em suas margens, paranás, igarapés, centros distantes, regiões de várzea<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> MEDEIROS, Mônica Xavier de. Memórias, Histórias e Reforma Agrária em Vila Amazônia (Parintins/AM). Anais VII encontro Regional Sul de História Oral, disponível em: [http://www.sul2013.historiaoral.org.br/resources/anais/5/1377273194\\_ARQUIVO\\_EncontroSuldeHistoriaOral2013.pdf](http://www.sul2013.historiaoral.org.br/resources/anais/5/1377273194_ARQUIVO_EncontroSuldeHistoriaOral2013.pdf)

<sup>15</sup> A várzea é a região sujeita às inundações anuais. Ocorre nas duas margens do rio Amazonas e apresenta largura muito variável. Esse regime de água é responsável por levar sedimentos que tornam essas terras férteis para a agricultura. PORRO, Antônio. O Povo das águas: ensaios de etno-história amazônica, Rio de Janeiro, Vozes, 1996 p. 12.

e terra firme<sup>16</sup>, centenas de famílias vivem seu cotidiano através de laços de identidade que constituem uma cultura própria do trabalhador rural amazônico.

A sua cultura é carregada de significados que se constituem nas vivências de grupos sociais, sendo vista em todo o aspecto do viver que está em um constante processo de transformação. Partindo desde ponto, a noção de cultura aqui empregada permite entender aspectos dos modos de vida dos trabalhadores rurais do laguinho, não

pelo prisma de uma totalidade que se põe como antagônica à dominante, mas como um conjunto disperso de práticas, representações e formas de consciências que possuem lógica própria (o jogo interno do conformismo e do inconformismo e da resistência) distinguindo-se da cultura dominante por essa lógica de prática, representações e formas de consciências<sup>17</sup>.

Sensível aos modos como os trabalhadores compartilham experiências e referências identitárias, é possível compreender os significados de suas trajetórias de vida, constituindo-se como sujeitos históricos, improvisando e organizando a luta pela sobrevivência no cotidiano. Eles incorporam novos elementos e descartam outros, quando ocorre a reapropriação do que é dado pela própria tradição, que não é imóvel, como alerta Raymond Williams<sup>18</sup>, sendo “seletiva, residual, ou emergente”.

No esforço de compreender os modos de vida dos trabalhadores rurais das comunidades do Laguinho, busca-se revalorizar aqui as suas experiências, evidenciando a partir de suas narrativas orais todo um cotidiano de lutas e resistências, pela manutenção e defesa de direitos como terra, liberdade, igualdade e os anseios por melhores condições sociais de vida e trabalho.

As falas desses trabalhadores rurais são carregadas de expressões típicas de seu mundo, oralidades e sotaques próprios, quando a própria dinâmica da linguagem pelo olhar, por gestos, expressões e jogos fisionômicos, além de silêncios, dimensionam perspectivas dos seus fazeres e difíceis enfrentamentos sociais na

---

<sup>16</sup> A terra firme é a região normalmente não inundada, com altitude de 10 a 100 metros sobre o nível do mar. Em geral na terra firme a densa floresta cobre o solo. A floresta é essencialmente alimentada não pelos nutrientes do solo, que são escassos, mas pelo húmus que ela mesmo produz por decomposição de suas partes

<sup>17</sup> CHAUI, Marilena de Souza. Conformismo e Resistência. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 25

<sup>18</sup> WILLIAMS, Raymond. Marxismo e Literatura, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979 p. 118

reprodução de suas vidas na região. Compreender os trabalhadores rurais, como experientes e práticos, significa dialogar com os sujeitos históricos em sua dimensão viva, e revalorizar traços em seu cotidiano também como prática política, as quais são o mais das vezes invisibilizadas como atraso ou expressão de uma suposta desorganização.

Violeta Loureiro<sup>19</sup> observa que os sujeitos rurais parecem ter sido representados no imaginário acadêmico por conceitos com viés pejorativo, como “caboclo ribeirinho”, quase sempre associado a uma simplicidade de vida condenada ao determinismo geográfico, estando condicionada e submetida como inferior e primitiva pelas atividades “como a pesca artesanal, caça, e extrativismo”. Colocaram tais sujeitos, ou como quiseram chamá-los, “caboclos”, numa escala social ainda pautada nas velhas questões darwinistas. Para Deborah Lima<sup>20</sup>, a categoria “caboclo-ribeirinho” disputa na realidade mais uma concepção de classe, de lugar social, do que de etnia ou identidade cultural. Para Lima, a análise deste conceito nos discursos hegemônicos nos revela como pressuposto a pobreza, a inferioridade cultural, quase sempre ligada a estereótipos como a preguiça.

Em uma de minhas viagens à região do Laguinho, mais precisamente na Comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada na região central do Assentamento Rural de Vila Amazônia, entrevistei Arinos Carvalho, antigo morador da área de várzea denominada Paraná de Parintins. Seu Arinos é reconhecido como um dos primeiros indivíduos a desbravar a região. Quando questionado sobre os motivos para se estabelecer às margens do Laguinho, após seu deslocamento de uma região alagadiça de várzea, Arinos é direto: *“porque onde há água, há vida”*.

A partir de sua expressão, é possível entender o significado do rio, tanto para seu Arinos como para outros moradores que também dividem a experiência de deslocar-se para as terras mais altas. Envolvendo suas formas de viver, expressas por meio de valores que estão presentes no cotidiano e que marcam toda a existência desses trabalhadores rurais. Para eles, a identificação com o meio está vinculada ao

---

<sup>19</sup> LOUREIRO, Violeta Reffalefsky. A Amazônia no século XXI. Novas fronteiras de desenvolvimento. São Paulo: Editor Empório do Livro, 2009.

<sup>20</sup> LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: Sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. Novos Cadernos NAEA. Pará: UFPA, v.2, n.2, dezembro 1999.

trabalho e à noção de sobrevivência, que não é só física, mas, sobretudo plural, psicológica e ambiental, evidenciando-se como cultura num campo de disputas e lutas políticas.

As características ambientais da região do Médio Amazonas, revalorizadas pela experiência e aposta no direito de escolha de homens e mulheres, associa-se a um campo histórico de possibilidades para os sujeitos sociais habitarem as áreas de várzea e terra firme. Por ser uma região repleta de lagos, furos, paranás, além de uma densa floresta, inúmeras vilas e povoados formaram-se às margens do rio, constituindo comunidades rurais alicerçadas na relação de solidariedade, parentesco e vizinhança. Essa formação favoreceu a superação de limitações econômicas e de trabalho com a organização de estratégia e relações comunitárias. Tais relações constituem-se na dimensão do trabalho através da ajuda mútua, também denominado *puxirum*<sup>21</sup>, no lazer, nas festas da comunidade, e também através de valores, mitos e modos de interpretar suas realidades que são compartilhados, mas não necessariamente consensuais.

Grande parte dos trabalhadores entrevistados, durante minhas visitas às comunidades da região do Lagunho, vivenciaram o mesmo processo de deslocamento de várzea para a terra firme, tal como seu Arinos, sendo oriundos, em sua maioria, das regiões alagadiças, quando então vivenciam a subida e a descida dos rios na várzea, reinventando as suas práticas em um e outro meio histórico de existência.

A partir de suas narrativas orais é possível percebermos vários aspectos da relação que os mesmo possuíam com o ambiente no período em que moravam nas áreas de várzea, bem como depois que passaram a viver na terra firme:

*Eu sempre morei na várzea, sempre... nasci e me criei, minha origem, minha família, foi de setor de várzea, mas nesse tempo as terras não iam*

---

<sup>21</sup> A palavra *puxirum* remete à língua nheengatu falada no Brasil até hoje por tribos indígenas e que significa “reunião de esforços em prol de um objetivo comum”. Nas comunidades o *puxirum* é uma expressão de ação coletiva, de ligação com as comunidades, para a diferenciação e a busca de superação de necessidade e do individualismo. Os comunitários constantemente destacam o *puxirum* como uma estratégia coletiva de superação das limitações.

*no fundo como vão agora, agora tem cada cheia grande que a várzea vai tudo pro fundo, naquele tempo ia pro fundo, mas não como vai hoje...*

*(...) A gente plantava roça durava de um ano pra o outro e a gente vivia bem, até porque meu pai pescava, eu pescava, depois que passei a ter minha família nunca deixei faltar nada pra eles. No setor de várzea na seca, tinha condições de plantar tudo, de tudo: lima, limão, cupú, coco, laranja, tudo que tinha na várzea... era uma beleza tempo verão... você andava que dava vontade de andar por terra, todo aquele grande cacauel a gente era dono de três mil pés de cacauero*

*(...) Mas tinha a parte ruim que era na época da cheia, né? Tinha ano que a gente ficava numa pior quando a cheia era das grandes, né? a gente ficava lá fazia uma maromba em cima do assoalho quando a cheia era grande depois eu me enjoiei... porque eu fiz uma casa depois da minha casa boa a cheia foi tão grande que fiz a maromba<sup>22</sup> por cima do assoalho quando a água saiu o assoalho da minha casa estava todo sujo, sem falar nos bichos que apareciam, era cobra, era jacaré, tudo tinha na cheia...<sup>23</sup>*

---

<sup>22</sup> **Maromba** é um jirau alto, feito de tábuas ou troncos, onde se põe o gado durante as grandes enchentes na região amazônica. Serve também para por a salvo plantas, animais domésticos e objetos, também é improvisado nas palafitas dos moradores das várzeas amazônicas no período da cheia

<sup>23</sup> Arinos Silva Carvalho, Natural de Parintins/Am, 85 anos. Entrevistado em 25/06/2014 na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Assentamento rural de Vila Amazônia.

**Figura 2:** Fotografia do agricultor Arinos Carvalho.



**Fonte:** Acervo pessoal/Ananias Neto.

Seu Arinos é filho de trabalhadores rurais, tendo nascido em região de alagação. Ele próprio se identifica como morador da várzea, antes da mudança para a região de terra firme, que hoje constitui as comunidades rurais do Laginho.

É possível perceber em sua fala, como nas narrativas de outros entrevistados, a importância em sua história dessa relação com meio ambiente marcado por tantas particularidade: o rio, os lagos, os paranás, a floresta, e demais elementos significativos de seu cotidiano nas várzeas. Apropriando-se do espaço como meio

social do trabalho, de acordo com a *“dinâmica de sua necessidade”*<sup>24</sup>, *modos de vida e luta, evidenciam perspectivas de criação histórica nesse ambiente.*

Os nomes típicos empregados para denominar árvores e animais, a maneira íntima com que eles se referem ao mundo natural e social que os cerca, constituem relações de cumplicidade, respeito e conhecimento que indicam o tipo de grau de envolvimento do homem com o seu cotidiano.

A divisão entre verão sem chuva e inverno chuvoso<sup>25</sup>, na fala de Seu Arinos Carvalho, é carregada de certezas e apreensões, que colocam de um lado a possibilidade de melhor e mais farta alimentação, com a alternativa de plantar, e, de outro, dificuldades imensas enfrentadas, como, por exemplo, a da inevitável necessidade de se edificar *“marombas”* para a manutenção das famílias sobre as águas, sob os riscos de todo o mais que acompanha a cheia e ameaça.

Essa relação com o rio é fruto de um longo processo de assimilação, conhecimentos e saberes das comunidades indígenas, que habitavam e habitam a região, apropriados pelos segmentos extrativistas que aqui chegaram. Conhecimento que, mesclado com os anteriormente adquiridos e experimentados ao longo de séculos, fez surgir formas de expressão e relacionamento intimamente vinculados aquele mundo dos trabalhadores rurais. Nas várzeas, isso é nítido ao observarmos as técnicas de plantio e pesca, repassadas por gerações de famílias, ainda utilizadas pelos trabalhadores rurais, como as técnicas de fazer maromba para adaptar sua moradia nas grandes cheias, e a edificação das próprias palafitas, construídas de acordo com o nível que alcance as cheias anualmente. A partir da narrativa de seu Arinos, observamos aspectos desses modos de vida marcados pela moradia, resultado de um longo processo de adaptação, no relacionamento com o ambiente da

---

<sup>24</sup> VELOSO, Monica Pimenta. “as Tias Baianas Tomam Conta do Pedaco... Espaço e Identidade Cultural no Rio de Janeiro”, Estudos Históricos, nº 6, 1990, p. 225.

<sup>25</sup> Na região do baixo e médio amazonas, assim como em toda essa bacia hidrográfica, há um calendário anual dividido em duas estações distintas, denominadas pelos moradores como a estação da seca e a da cheia: quando o período de “cheia” se inicia, geralmente, em novembro ou dezembro, alcançam sua carga máxima, normalmente, e a depender da localidade, entre fevereiro e março. Durante esse período, a água que se escoar, juntamente com a precipitação, é de grande pureza, abastecendo canais, lagoas e lagos exauridos de nutrientes na várzea. A seca é o período de estiagem onde as terras, outrora alagadas, tornam-se cultiváveis. Todas as atividades da região de várzea são programadas em conformidade com essas duas estações: a, caça, a pesca, a agricultura e as demais atividades extrativistas, conforme seja inverno ou verão.

mata e da construção de identidades das populações rurais, em meio de encontros de saberes e experiências históricas.

Evidenciando diferenças em um suposto tempo cronológico homogeneizado, no cotidiano desse meio rural, homens e mulheres vivem um tempo histórico forjado na luta por valores que, embora sofram transformações ao longo dos anos, têm sido revalorizados de geração em geração: é o tempo do trabalho, práticas e saberes sobre as chuvas, a estiagem, para o plantio da lima, do limão, do cupú, do coco, da laranja, e de tudo que na várzea dá, no ajuste do tempo de fazer o roçado, o tempo do puxirum, o tempo de garantir a circulação desses meios, de vender a farinha e os outros frutos desses esforços. O deslocamento da comunidade para a cidade não era medido em quilômetros, mas em horas de quantas remadas ou andanças que se faziam pelos estreitos furos e igarapés conhecidos pelos moradores da região. Assim, o tempo é fundamentalmente medido pela criação histórica daqueles saberes em meio natural, forjando-se na relação direta com os afazeres diários do trabalhador rural, constituindo-se como parte importante do seu cotidiano<sup>26</sup>.

A experiência de morar em áreas de várzea faz com que as atividades cotidianas estejam sempre ligadas ao ciclo das águas, como no “tempo verão”, expresso por seu Arinos como tempo de fartura em que as terras que outrora eram cobertas pelas águas tornam-se cultiváveis, dando condições de plantar uma grande variedade de frutos e garantir não apenas o alimento para os seus, mas, sobretudo para a comercialização nas feiras e mercados da cidade, além das trocas realizadas entre os demais trabalhadores.

Seu Arinos narra sobre a distinção entre as condições vividas em duas épocas diferentes do ano, trazendo à tona um sentimento nostálgico que do “tempo verão” contrasta com a parte ruim que era na “época da cheia”. No verão as possibilidades de obtenção de alimento não se limitam à pesca e ao “*rancho*”, adquirido em uma taverna da cidade ou por meio de um regatão qualquer. O verão traz a possibilidade do plantio de várias culturas como as citadas por seu Arinos: “lima, limão, cupú, coco,

---

<sup>26</sup> THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial, in: THOMPSON, E. P. Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 271.



laranja, tudo que tinha na várzea...” e a possibilidade da criação de culturas para a comercialização, como no caso do cacau também citado pelo narrador.

Para seu Arinos, a cheia é o período em que a vida se torna mais difícil, o alimento mais escasso, há necessidade de colocar em prática os mecanismos apreendidos previamente, que evidenciam saberes e práticas de sobrevivência que domina desde a convivência com seus pais e avós, como as técnicas de pesca que, naquele tempo aprendidas, agora ensina aos filhos.

A experiência do trabalhador rural da área de várzea advém da sua relação com o ambiente e também de sua vivência somada às tradições adquiridas no convívio com os outros membros da comunidade rural. A apropriação que os trabalhadores rurais fazem da floresta e os ensinamentos que dela abstraem, ocorre em relação aos afazeres e através da memória, dos costumes e tradições transmitidas<sup>27</sup> pelas gerações mais velhas às gerações mais novas, por intermédio da oralidade, prática no trabalho, vivência familiar e com os outros membros de sua comunidade, “até porque meu pai pescava”.

A atividade pesqueira e as técnicas de pesca estão sempre presentes no cotidiano dos moradores de várzea. A pesca e a venda do pirarucu e do peixe-boi representavam para aqueles trabalhadores uma alternativa significativa na aquisição de renda e alimentação.

Dona Elnice Rocha, 79 anos, moradora da Comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Laguinho, e esposa de Seu Arinos, expõe traços significativos do cotidiano que marcam sua trajetória como trabalhadora rural:

***Dona Elnice:*** (...) *Antes de ir parar no Laguinho a gente morava lá no Paranã (de Parintins de baixo), né? Era uma vida boa, mas também sofrida... foi lá que eu criei meus filhos... O Arinos era pescador, pescava pirarucu, peixe-boi, matava demais... naquele tempo não existia a proibição como tem agora, né? Agora se o camarada matar peixe-boi vai preso na certa, naquele tempo tinha muito e o Arinos pescava e não deixava a gente passar fome e ainda levava pra vender na cidade.*

---

<sup>27</sup> ALBUQUERQUE . op. cit., 2005, p. 38.

**Ananias:** *E tinha muito pirarucu?*

**Dona Eunice:** *Muito... o Arinos era matador de pirarucu, se viam um pirarucu boiar na beira do Paranã vinham chamar ele “Arinos boiô um pirarucu ali no caminho no meio da canarana<sup>28</sup>, vai lá...” o Arino ia lá e matava... ele era bom de arpoar, todo mundo dizia que ele pescava com cajila<sup>29</sup>, mas não, acontece por que ele sabia arpoar mesmo.*

**Ananias:** *E ele aprendeu a pescar assim com quem?*

**Dona Eunice:** *Ele? Com o pai dele, que o pai dele foi pescador a vida toda, salguista<sup>30</sup> no limão. Ele pescava pirarucu, peixe-boi, tudo ele pescava... O velho Antônio Carvalho, teu avô<sup>31</sup>... ele morava no Paraná, sempre morou lá, Conceição era o nome do terreno dele, era o nome da casa deles, quando eu me casei com o Arinos eu ainda morei um tempo lá com eles, depois o Arinos fez a nossa casa.<sup>32</sup>*

Dona Eunice compartilha das mesmas experiências de seu esposo, antigo morador de várzea. Seu cotidiano, como trabalhadora rural, está marcado pela relação com as águas que lhe traziam o alimento em forma de pescado, ao mesmo tempo em que alagava sua plantação, o que se expressa na ambiguidade de sua fala: “*Era uma vida boa, mas também sofrida*”. Essa ambiguidade é referendada pela seletividade da memória, pois embora passando por momentos difíceis, dona Eunice não deixa de lembrar-se dos momentos bons que viveu com seus familiares e demais membros de sua comunidade. A criação dos filhos, por exemplo, a fartura de pescado, em especial o pirarucu e o peixe-boi que “naquele tempo” não estavam protegidos por lei como nos dias atuais, das pescarias de seu esposo, da relação com a família, das técnicas de pesca ensinadas por seu sogro, pescador, a seu marido, e todos as nuances de

---

<sup>28</sup> Canarana é uma planta aquática comum nas várzeas amazônicas. O nome canarana é uma mistura de “cana”, que vem do latim e se refere ao talo das gramíneas e de “rana”, que do tupi, quer dizer “parecido”.

<sup>29</sup> Oração que traria boa sorte

<sup>30</sup> Pescador que costuma comer seu pescado após o ato da pesca, temperado com sal e limão

<sup>31</sup> As relações mais estreitas de intimidade e confiança que aparecem em muitas das entrevistas apresentadas nesta pesquisa recuperam eventualmente perspectivas de fraternas vivências constituídas na minha própria história ao lado desses narradores, alguns deles meus familiares.

<sup>32</sup> Eunice Rocha, natural de Parintins – Am, 83 anos. Entrevistada em 01/06/2015 na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Laguiho, Assentamento rural de Vila Amazônia.

seu cotidiano, num campo complexo de produção da memória em que se evidenciam momentos bons e ruins (PORTELLI, 2014).<sup>33</sup>

*Eu foi [feliz], porque eu criei meus filhos quase tudo ali (na várzea), tínhamos uma vida difícil, ainda mais quando a água subia e alagava tudo o nosso terreno, era cruel rapaz! Só tu vivendo pra tu ver como era nossa vida, as vez a gente tinha que subir o assoalho de casa porque a água cobria. O Arinos cansou de fazer isso quando a gente morava lá no Paranã, só não passávamos fome porque o homi pescava e ainda bem que tinha o peixe, né?... o Arinos pescava, a gente fazia dinheiro no peixe... naquela época não era proibido, né?*

*Apesar da dificuldade ainda ti digo: vivi muito bem ali... graças a Deus nunca passei fome, criei todos os meus filhos, mas chegou um tempo que ficava difícil de trabalhar, mais por isso que a gente foi pra terra firme... Mas os meus filhos eu criei lá... lá eles estudaram... tiraram o primário, não continuaram o estudo porque não quiseram.<sup>34</sup>*

**Figura 3:** Eunice Rocha e seu esposo Arinos Carvalho



**Fonte:** Acervo pessoal/Arinos Carvalho

<sup>33</sup> PORTELLI, Alessandro O Momento da minha vida. As funções do tempo na História Oral. In: Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Olho d'água, 2014.

<sup>34</sup> Eunice Rocha, Natural de Parintins – Am, 83 anos. Concedeu entrevista ao autor em 01/06/2015 na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Laguinho, Assentamento rural de Vila Amazônia.

Impressiona a riqueza de detalhes com que Eunice vai reconstruindo “aquela vida difícil da várzea”, contrastando com um sentimento nostálgico que nos mostra que, apesar das dificuldades, ainda restam lembranças boas do lugar. Dimensões da experiência daquele tempo se conformam e forjam no campo histórico das dificuldades do presente, evidenciando perspectivas de uma vida farta que remete para ideologias de fartura e facilidades de um passado que contrasta com o atual empenho na superação de adversidades que eventualmente continuam. Nas palavras de Ecléa Bosi, “a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento”.<sup>35</sup>

Em sua fala, dona Eunice, apesar do papel atribuído como de provedor para o esposo, evidenciando divisões de gênero existente na maioria das famílias da região, quando os homens são destacados como responsáveis centrais pela manutenção da casa, não deixa, contudo, de apontar a importância das tarefas, em nada secundarizadas, da criação dos filhos e outros afazeres domésticos diários, sem as quais jamais teriam alcançado a superação daquelas difíceis dificuldades o casal e seus filhos.

Forjadas no campo das subjetividades individuais, de vivências específicas e únicas, essas narrativas compõem, como uma colcha de retalhos – “em que cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muitas coisas em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença”<sup>36</sup> – as experiências de um grupo social, precisamente a dos inúmeros trabalhadores rurais que compartilham modos de vida em seu cotidiano.

A agricultora Diva Albuquerque, também antiga moradora da área de várzea, expõe traços significativos de seu cotidiano nas várzeas, e nos revela dimensões de uma memória em que a experiência, suas lutas e resistências pessoais, se constituem também como perspectivas de subjetividade.

---

<sup>35</sup> BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 39.

<sup>36</sup> PORELLI, Alessandro. *A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. in: Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n°. 2, 1996. p. 9

*Eu criei meus filhos no Paraná e os mais novos se criaram no Laguinho, depois que nós fomos pro Laguinho trabalhar na roça tudo eles choravam pra querer ir com a gente, mas não podia levar porque estudavam, né? Mas eles iam, as vezes eles iam...*

*não quiseram estudar meus filhos homens... mas é assim, eles não tenham estudo assim, estudo de estudo mesmo, assim como tu tá estudando, mas tem muita inteligência e conhecimento de vida...*

*Aí eu criei meus filho tudo assim, eu digo pra eles: Eu criei tudo vocês na pobreza, mas nunca faltou nada, eu sempre digo, vocês tem que ser forte pra aguentar a vida... teu pai foi um homem responsável, um pai responsável, nunca deixou vocês sofrerem, chorarem de fome, disserem “ahh, hoje o papai não me deu comida...”, o meu marido foi sempre um homem responsável assim... por toda a família, até hoje graças a Deus, meus filhos que estão barbados respeitam ele, quando querem fazer um negócio vão lá com ele informar, dizerem “papai, o senhor acha que é bom tal negócio?”, se ele achar que é bom ele diz “pode fazer”, se achar que é ruim ele diz que não.<sup>37</sup>*

Dona Diva menciona traços significativos de seu dia a dia na várzea, bem como a fartura adquirida em determinada época do ano. A experiência observada aqui no que diz respeito à criação dos filhos nos fornece elementos para pensar em uma criação tendo por base valores repassados por gerações que vivem e viveram no meio rural. Na medida em que participam dos afazeres cotidianos, as crianças aprendem não somente a “*ser forte*”, mas principalmente que o ser trabalhador rural implica uma comunidade, cuja base de sustentação é o envolvimento familiar e a solidariedade entre os vizinhos. De acordo com Gerson Albuquerque, “esse envolvimento articula a vida do presente com a memória do passado, transmitida e assimilada pela

---

<sup>37</sup> Diva Albuquerque, Natural de Parintins, 72 anos. Concedeu entrevista ao autor em 03/06/2015 na comunidade São José do Laguinho, Assentamento rural de Vila Amazônia

necessidade de manutenção da sua existência e conseqüente condição humana.”<sup>38</sup> E continua dona Diva:

*Na várzea nós sempre trabalhamos na agricultura, plantava tudo quanto é tipo de plantação: milho, mandioca, feijão... eu ainda plantei desde tabaco lá no meu terreno (risos) olha... melancia, tudo a gente colhia. Depois eu criei meus filhos, eu criei tudo eles, hoje os meus netos dizem assim “ai mamãe...”, a gente leva as coisas do interior pra eles na cidade e eles dizem... “Ah... eu não gosto disso, ah.. eu não como farinha”, mas porquê? Dizem que porque quem come farinha fica barrigudo... e eu respondo se fosse por isso teu pai e tua mãe eram barrigudo por que cresceram comendo farinha e nem por isso são barrigudos. Hoje dizem “Ah... eu não gosto de comer peixe em casa porque a casa exala tudo cheiro de pitiú<sup>39</sup>...” mas que frescura isso...*

---

<sup>38</sup> ALBUQUERQUE . Op. cit., 2005, p. 45

<sup>39</sup> Odor peculiar do pescado

**Figura 4** Diva Albuquerque e seu esposo Alamiro Carvalho.



**Fonte:** Arquivo pessoal Floriano Albuquerque

Nesse trecho da entrevista com Diva Albuquerque, trabalhadora residente da comunidade de São José do Laginho, e antiga moradora de área de várzea do Paraná de Parintins, observamos aspectos importantes das formas de manutenção dos valores e tradições pelo envolvimento ou participação familiar nos afazeres diários. Na observação dos pais, nas conversas, no ambiente em família, reproduzem-se valores que expressam mecanismos daqueles grupos sociais na constituição de suas identidades (Hall, 2006)<sup>40</sup>. Passado e presente articulam-se em perspectivas de uma existência que de certa forma se vê hoje injungida por dificuldades que perpassam esses tempos, num processo de produção social da memória que não é

---

<sup>40</sup> HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade, DP&A Editora, 1ª edição em 1992, Rio de Janeiro, 11ª edição em 2006.

apenas individual, negociando toda uma produção de sentidos com o meio histórico, comunitário, familiar, contraditório, marcado num campo de disputas e lutas sociais.

Para compreender as relações sociais estabelecidas nas áreas de várzea de terra firme, é fundamental estudar a dinâmica social estabelecida pelas populações tradicionais da região que se pretende estudar. Estudar essa dinâmica requer fundamentalmente a reflexão das práticas estabelecidas no cotidiano dos trabalhadores rurais, observando as diversas formas de resistência social em seu dia a dia.

Seu Alamiro Carvalho, 82 anos, morador da Comunidade São José do Laguinho, antigo morador de várzea da área do Paraná de Parintins de Baixo, não teve oportunidade de continuar seus estudos, quando alcança apenas a quarta série do primário, vivendo com seus pais até a idade adulta, e trabalhando na agricultura e na pesca, do que relata um momento que entendemos como marco importante na sua vida.

*Eu comecei a trabalhar com 16 anos, desde novo, eu morava com meu pai e minha mãe, né? Aí eu, eu sustentava eles e trabalhava mesmo, depois que eu arrumei família continuava a trabalhar, a gente plantava, plantava tudo que dava dinheiro, né? era... fazia roça, fazia... tudo a gente plantava, mas só que só colhia uma vez, né? e a gente depois passemos a criar gado, aí foi melhorando mais, né? Só que era assim, era uma, um trabalho meio cruel porque quando ia pro fundo tinha que fazer maromba pra gado e tudo.<sup>41</sup>*

Seu Alamiro expõe traços significativos de seu cotidiano como morador de várzea, evidenciando modos próprios de percepção sobre formas de trabalho, produção submetida a pressupostos de mercado, tanto quanto diversificação de áreas de criação como maneira de se alcançar alguma estabilidade e manter tradições e vivências não submetidas a demandas externas à comunidade. Ainda que sendo produção voltada para a venda, a criação de gado, sobretudo quando criação não vultosa, é garantia de segurança em momentos de dificuldade. No campo econômico,

---

<sup>41</sup> Alamiro Carvalho de Souza, Natural de Parintins – Am, 80 anos. Concedeu entrevista ao autor em 28/11/2014 na comunidade São José do Laguinho, Assentamento rural de Vila Amazônia



o gado é mercadoria de alta liquidez. A necessidade de sustentar a família faz com que o trabalhador rural busque novas formas de trabalho que não se limitam às técnicas extrativistas e à coleta de grãos. O “fazer roça”, “criar gado” apareciam como possibilidade, porém eram limitados pelo processo de subida do rio que inundava as plantações e pastos.

Também aí encontra-se parte do “*saber fazer*” dessas populações, como resultado de toda uma experiência de vida, através da manutenção e transformação de modos de relacionamentos com a natureza, que se perpetua pela manutenção de valores morais e saberes próprios.

Na busca de novas possibilidades de sobrevivência em acordo com as limitações que a várzea impõe, citadas anteriormente pelos próprios narradores, faz ainda com que esses trabalhadores priorizem o plantio de culturas mais conformes às terras alagadiças. A produção em pequena e média escala de cacau, laranja e melancia é vendida em feiras organizadas pelas cooperativas de trabalhadores rurais existentes em Parintins desde meados dos anos 50.

Economicamente, a década de 70 é marcada pelo plantio, colheita e venda da fibra de juta<sup>42</sup> no estado do Amazonas. A comercialização da juta na cidade de Parintins era fomentada, sobretudo, pelas comunidades de várzea estabelecidas por produções quase sempre familiares, dinamizando a economia local.

Não seria equívoco afirmar que o cultivo de juta foi para o município de Parintins o que a exploração da borracha foi para o Amazonas. Tal afirmativa parece exagerada pela demanda econômica alcançada e pela visibilidade da economia da fibra, mas é fundamental frisar que plantações foram responsáveis pela criação de pelo menos três grandes empresas, a Cooperativa de Juticultores (Coopjuta), Companhia Textil do Castanhal (CTC) e da Fabril Juta que movimentava a economia não só do município de Parintins, mas também de cidades no seu entorno, além de

---

<sup>42</sup> Antônio Carlos Witkoski estudou a economia da Juta do Baixo Amazonas e afirma que as plantas se adaptaram ao clima e ao ciclo das águas da região, implicando produção de extrema importância, pois era uma alternativa de renda, assegurando condições de trabalhos às populações de várzea, sucedendo o ciclo da borracha. A juta tem nome científico de *Corchorus capsularis* L., e dela se origina a fibra têxtil utilizada na fabricação de sacarias e outros produtos. Além da juta também há a plantação de malva *Urena Lobata* L., que apresenta as mesmas peculiaridades e fins, com a diferença de que pode ser plantada em terra firme. WITKOSKI, A.C. Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: modo de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

seis dos maiores galpões que o município possui até hoje. Podemos afirmar que do final da década de 1930 até 1970 a juta foi uma das principais matrizes produtivas da economia de Parintins. Comparações entre esses dois momentos da produção econômica na região norte se dão igualmente pelos sofrimentos e violências vividas por trabalhadores desses setores, quando a perseguição a modos de vida, o trabalho escravo, a remuneração inexistente, o isolamento, e o medo, marcaram experiências e deixaram registros no campo da memória.

O comércio de juta aquecia a economia local não apenas na sede do município de Parintins, mas também nas inúmeras comunidades rurais que tinham no plantio desse produto a sua principal fonte de renda. As produções individuais eram levadas aos galpões das cooperativas onde eram prensadas e exportadas para inúmeras finalidades. Grande parte dos trabalhadores rurais da várzea do Paraná de Parintins trabalhavam no plantio e colheita da fibra, que era a força motriz da economia municipal.

A juta tornou-se uma alternativa econômica rentável para os moradores de várzea, vez que a demanda ultrapassava em muito a capacidade produtiva do lugar, o que não deixa de merecer atenção crítica e problematizações pelo campo histórico, quando sabemos que a economia não se organiza por vontades invisíveis, definindo-se num meio social que é o da luta de classes, que aplicada à produção em agricultura cria a possibilidade de monoculturas na história do mundo agrário.

Para os trabalhadores rurais o plantio e o comércio da fibra de juta era alternativa viável, e muitas vezes imposta, para a obtenção de renda, quando aquela fibra encontra nas terras alagadiças de várzea campo profícuo para o seu desenvolvimento, tanto quanto sabe a demanda econômica, inflada por sujeitos e conjunturas historicamente determinadas, desvalorizar e impedir a distribuição e circulação de mercadorias que não interessem (THOMPSON, 1998)<sup>43</sup>. Assim, por volta da década de 70 a economia da juta entrou em declínio. Ramuindo Rocha, antigo morador de várzea relata, a sua maneira e por meios explicativos da ideologia oficial, os motivos do declínio da economia da juta e os impactos provenientes:

---

<sup>43</sup> THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

*(...) a várzea que sustentava economicamente o município, pelo cultivo da juta, com a descoberta da fibra sintética e do mercado da Malásia e da Índia eles pararam de comprar, caiu o preço da juta. Então, as grandes empresas de sacarias que tem no sudeste do Brasil optaram por uma nova tecnologia. Isso teve um efeito aqui no estado do Amazonas que era um dos maiores produtores de juta, de fibra de juta da região e, por exemplo, as indústria como Cooperativa Mista de Juticultores, que era uma grande potência cooperativa, ela foi à falência, várias empresas, a FABRILJUTA, a CAÇAPAVA e tantas outras empresas que trabalhavam nisso.<sup>44</sup>*

---

<sup>44</sup> Raimundo Rocha, 45 anos, antigo morador da Comunidade N. Sra. do Perpétuo Socorro do Laginho. Entrevista realizada em 23/01/2015.

**Figura 5:** Trabalhador Rural no plantio e colheita da fibra de juta.



**Fonte:** Acervo Rádio Alvorada.

Na foto acima, notamos o trabalhador rural no cultivo da fibra de juta. A imagem nos mostra as condições de trabalho enfrentadas por esses sujeitos, uma vez que a colheita era feita em áreas alagadiças onde o trabalhador era obrigado a ficar horas com parte do corpo, até aproximadamente a região da cintura, submerso nas águas barrentas do baixo Amazonas, ficando vulneráveis a doenças e, principalmente a ataque de animais: "realmente trabalhar na juta não era tarefa fácil, o caboco tinha que enfiar o pé n'água, sem ter medo de bicho"<sup>45</sup>.

Nessa perspectiva, descolar-se para a terra firme se mostra como uma opção de resistência e luta pela sobrevivência, uma vez que a vida nas várzeas se tornava cada vez mais precária em virtude das cheias sempre maiores e a queda do preço da juta. Seu Arinos Carvalho narra sobre esse processo de deslocamento da várzea para

---

<sup>45</sup> Raimundo Rocha, 45 anos, antigo morador da Comunidade N. Sra. do Perpétuo Socorro do Lagunho. Entrevista realizada em 23/01/2015.

a terra firme através de suas experiências e de troca de informações com pessoas de seu círculo familiar:

*(...) eu sabia que a juta ia acabar porque eu já tinha escutado com meus vividos, pessoas de grande entendimento, já tinham me avisado que a juta ia acabar e o setor de várzea ia penar, e as terras de várzea também vão se acabar. Tu sabe o que aconteceu? Nem toda área de terra de várzea saiu do fundo este ano e agora já está olhar a água como está cheia, já está metendo pro fundo de novo, então ela vai se acabar, e que o cara vai ficar fazendo na várzea?<sup>46</sup>*

Interessante observar a valorização nessa narrativa da presença de “pessoas de grande entendimento” quanto aos movimentos de ciclos econômicos na região. Do momento em que se concentram interesses produtivos pela violência e divisão da sociedade de classes, são sinais de alerta que se forjam de dentro dos modos próprios de vida, indicando movimentos de luta e resistência<sup>47</sup>, eventualmente com deslocamentos e readaptação em outros meios e espaços de trabalho, enfrentando-se disputas sociais e de posse nesses novos lugares. A produção em monocultura precariza relações de trabalho tanto quanto inviabiliza outras formas de reprodução da vida que não aquelas impostas por interesses de mercado e de latifundiários, momento em que a proximidade de um “fim” deve mesmo ser observada, sentida como realidade de quem sabe das ameaças de não enxergar saídas para o seu produto senão pela desvalorização contínua e a cada momento mais forte dos preços. Seu Arinos relata os motivos que o levaram a transferir-se para a região de terra firme, parte de suas experiências e das experiências de seus companheiros que afirmavam que com a queda do preço da juta e a subida cada vez maior do rio, a vida dos moradores de várzea iria ficar cada dia mais penosa.

---

<sup>46</sup> Arinos Silva Carvalho, Natural de Parintins – Am, 85 anos. Concedeu entrevista ao autor em 12/01/2015 na na residência de sua irmã Maria do Carmo Silva Carvalho, cidade de Parintins – AM

<sup>47</sup> Sobre a temática de resistências na região amazônica articuladas como formas de luta criadas de dentro de experiências próprias de trabalho, enfrentando inclusive a exploração social em ciclos de monocultura, conferir os trabalhos ANTONACCI, Maria Antonieta. Cultura, trabalho, meio ambiente: estratégias de “empate” no Acre. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPHUH, Marco Zero, nº 28, 1995.e ANTONACCI, Maria Antonieta. Reservas extrativistas no Acre e *biodiversidade*: relações entre cultura e natureza. Revista Projeto História, v. 18, São Paulo, PUC-SP, 1999.

No cinema, o tema foi explorado com profundidade pelo cineasta Eduardo Coutinho. Conferir: COUTINHO, Eduardo. Cabra marcado para morrer, 1964/1984 (aprox. 120min.) e COUTINHO, Eduardo. Sobrevivente de Galileia, 2014 (aprox. 28min.)

Fernando Carvalho, atualmente com 52 anos, morador da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Laguiño, nos ajuda a compreender esse processo de deslocamento da várzea para a terra firme, não somente como uma contrapartida econômica, mas, sobretudo, como um mecanismo de sobrevivência e de busca por melhores condições de vida. Também evidencia dimensões de suas experiências e cotidiano que contribuem para a compreensão da mudança da várzea.

**Fernando:** *Minha infância foi lá no Paranã de Parintins de baixo. Nasci no Paranã de Parintins e lá eu tive a infância como igual a de outros trabalhadores rurais, como qualquer outro trabalhador rural que mora na área de várzea, com dificuldades. Meu pai, na época, praticamente criou todos os seus filhos com a atividade de pesca que naquela época tinha muito peixe, muito pirarucu e a outra atividade que a gente desenvolvia no setor de várzea era a juta, atividade da juta na época, que era a atividade principal da área rural, da área de várzea na época. E o tempo foi passando, a própria natureza ela foi se modificando e cada ano que se passava foi tendo cheias umas maiores do que as outras e com isso foi desestimulando a gente morar na várzea.*

*Eu fiquei lá, me casei no Paranã de Parintins e constituí família, mas a própria mudança da natureza fez com que a gente procurasse outro horizonte, uma nova alternativa, por que na várzea tudo o que você planta só tem a duração de seis meses, seis meses você tem terra, seis meses você fica na água, no fundo e tudo aquilo que você planta fica danificado. Sua moradia a água destrói. Então é um recomeço, todos os anos você tem que recomeçar, plantar e recomeçar. Então nós tomamos uma iniciativa de se mudar da várzea e vim pra terra firme, puxado pelo meu pai, que teve esse mesmo pensamento e a região escolhida foi a região do Laguiño pra que nós morássemos.*

**Ananias:** *E como se deu essa mudança?*

**Fernando:** *Era um fato novo pra nós, alguém vindo da várzea pro setor de terra firme, nós tínhamos que fazer novas adaptações, os próprios costumes, tudo tinha que se adaptar, era um fato novo pra gente. Nós*

*morávamos na várzea, tínhamos todo um cotidiano que morar na várzea, de pesca, de certa forma tínhamos que nos adaptar.*

**Ananias** *E essa adaptação, foi difícil?*

**Fernando:** *Não, não, eu digo que não foi difícil mudar, primeiro que quando você toma uma decisão na sua vida de mudar você toma uma decisão muito forte e tem que ser de forma inteligente, porque não adianta você querer mudar pra mudar, tem que mudar de forma inteligente e nós tínhamos a concepção, todos nós trabalhadores que nós queríamos fazer uma transformação pra nossa mudança, nós não queríamos mudar por mudar, nós não queríamos mudar só porque a cheia estava nos obrigando a mudar pra terra firme, nos queríamos mudar de vida de fato, nos queríamos uma escola melhor pros nossos filhos, situação financeira pra nós, que a gente pudesse produzir com segurança, um abacadeiro<sup>48</sup> passasse 10, 20, 30 anos ali... esses foi um dos aspectos que a gente trouxe com a gente na cabeça pra que pudéssemos fazer essa mudança.*

49

O processo de mudança da várzea para terra firme implica em um processo de incorporação e descarte de hábitos como também de reapropriação e recriação de elementos de sua própria tradição. Essa mudança ocorreu de fato, pelo desejo de melhoria de vida muito mais do que por fatores e limitações geográficas, o que Seu Fernando evidencia ao observar um movimento de mudança que é de grupo e não apenas individual: *“nos não queríamos mudar por mudar, nós não queríamos mudar só porque a cheia estava nos obrigando a mudar pra terra firme, nós queríamos mudar de vida de fato”*.

Essa mudança implicaria mais do que um simples deslocamento para novas áreas, constituindo mudança radical no cotidiano dos moradores, pois o modo de vida das áreas de terra firme é muito diferente do modo de vida em áreas de várzea. A

---

<sup>48</sup> Arvore de onde provém o abacate.

<sup>49</sup> Fernando Carvalho, 52 anos, antigo morador da Comunidade N. Sra. Do Perpetuo Socorro do Laginho. Entrevista realizada em 23/01/2015.

relação com as águas de rios e lagos, parte importante da identidade cultural desses moradores, é quebrada. Em áreas de terra firme constrói-se uma relação com as águas das chuvas ou de poço e dos inúmeros igarapés. Essa mudança implica em um processo de reconstrução do cotidiano e rearticulação dos modos de vida. (WILLIANS, 1979)<sup>50</sup>.

Por volta do ano de 1970, período de ditadura civil-militar que se expressava em toda a região por latifúndios e processos de precarização de modos de vida por conta da concentração de terras, quando as áreas não alagadiças são sempre mais valorizadas, seu Arinos Carvalho, então presidente da comunidade do Paraná de Parintins de Baixo, decide juntamente com os demais moradores de sua comunidade, fixar-se em uma área mais alta nas proximidades de um lago conhecido na região como “Lago Grande”, próximo ao Laguinho.

Deslocar-se para áreas de terra firme foi uma mudança proposta e negociada por vários moradores de várzea, não apenas no Paraná de Parintins como de outras comunidades pertencentes ao município. João Magalhães, participante do processo de deslocamento da várzea para a terra firme, detalha, através de suas experiências, o início das comunidades do Laguinho:

*Então, aí viemos, se reunimos aqui era o Itamogi, o pessoal dos Rocha e começamos a se reunir, a se unir, pra ver como a gente ía começar a se unir espiritual. Aí nós viemos pra cá, com intuito de colonizar, abrir colônias pra fazer roçado, plantar esse negócio de mandioca, milho, feijão, arroz, mas nem tudo usou essa técnica, banana, hoje em dia não existe.*

*Foi que, nós fizemos o núcleo São Francisco, São Francisco de Canindé. E São Francisco de Canindé começou aqui, daqui foi pra ali... de lá, nós tiramos de lá, começamos a subir essa ladeira, fomos montar ali já com outro nome, Santíssima Trindade do Laguinho. Santíssima Trindade do Laguinho foram três pessoas, Pai, Filho e Espírito Santo. Então, lá tinha*

---

<sup>50</sup> WILLIANS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1979.



*gente do Paranã de Baixo, do Paranã do Meio, tinha gente... eu acho que até da Valéria, né? Então aí formou a Comunidade da Santíssima Trindade, mas antes já existia a Colônia Perpétuo Socorro, que depois se transformou em Comunidade do Perpétuo Socorro. Aí foi, Santíssima Trindade, Perpétuo Socorro e São João, são três comunidades no Laguinho, no mesmo setor, então quem dizer assim, lá na cidade, “Ah eu vou lá no Laguinho”, sabe que ele vem pro Laguinho, agora não sabe pra qual comunidade... isso é muito importante<sup>51</sup>.*

Analisando esta narrativa oral de seu João Magalhães percebemos, novamente, as amplas experiências que eram compartilhadas por trabalhadores-agricultores pobres nesta região do Baixo Amazonas, procurando “se unir espiritual”. A necessidade de ampliação da extensão de terras ocupadas de forma tradicional era engendrada por vários fatores, seja o casamento, o aumento da família ou a questão das terras de várzea já estarem ocupadas, não apresentando as mesmas condições de sobrevivência como em outras épocas. Essas buscas por meios de vida mais ampliados faziam com que parte desses trabalhadores se organizasse para alargar domínios sobre a floresta, enfrentando disputas em meio pouco ou nada “virgem”. A ocupação de áreas de terras firme constituía-se, então, uma alternativa, uma nova estratégia. A formação de pequenos núcleos populacionais se deu nesse processo, através da necessidade e busca por melhores condições de vida.

Seu Arinos, hoje com 82 anos, é morador da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Laguinho. Narra o entrevistado as suas experiências no processo de deslocamento ocorrido naquela década de setenta, os motivos que levam então ao deslocamento e os sentidos que atribui ao momento.

*O motivo é por que, sempre existiu grande cheia no rio Amazonas, nasci na várzea meus pais eram da região do Paraná de Parintins, criei família e fiz filho, né? Então a família, minha família se transformou em uma família numerosa, muitos filhos pra criar e eu me sentia muito sacrificado*

---

<sup>51</sup> João Magalhães, natural de Parintins, 80 anos. Entrevista concedida em 28/11/2014, na comunidade Santíssima Trindade do Laguinho, Assentamento rural de vila Amazônia.

*porque o que eu ganhava em seis meses que a terra apresentava condições de trabalho não era suficiente pra seis meses de inundação. Então quando saía a terra eu estava no mesmo. Eu destinei, procurava meios de sair da várzea, minha vontade era sair do setor de várzea, porque eu precisava de trabalhar, e não havia jeito, aí teve uma reunião em Parintins é, com as autoridade, onde o governador Enoque Reis<sup>52</sup> estava presente no tempo em que o dr. Benedito Azedo<sup>53</sup> que era o prefeito, ele mandou me chamar, por que tinha um conhecimento profundo comigo, pra mim representar o setor de várzea perante ao governo, e eu teve essa oportunidade de apresentar e pedir ele, né... que mostrasse meios pra mim sair com minha comunidade, não só minha, mas aqueles que tivessem boa vontade de ir pro setor de terra firme trabalhar, aí ele ficou... e disse pra mim que procurasse umas terra que não fosse habitada e saísse com minha comunidade e assim sucessivamente todos os presidentes de comunidades que nós éramos 37 presidentes de comunidades, que tivesse boa vontade de sair do setor de várzea que fizesse o mesmo o que eu ia fazendo. Aí eu saí pra terra firme em 1975, a princípio eu ainda parava no setor, na várzea, né... um ano depois de trabalhar aqui vim pra cá definitivamente, aí estou até hoje aqui<sup>54</sup>.*

Seu Arinos menciona como fator principal para sua mudança a ideia de que a terra firme ofereceria melhores condições de vida, quando em terras alagadiças a sazonalidade das cheias impede continuidades na produção. Essa interpretação advém do significado que atribuiu a sua própria experiência de vida, uma vez que a subida do rio o impossibilitava de trabalhar os 12 meses do ano, e desta forma conseguir condições necessárias para a sobrevivência de sua família. A possibilidade de mudança e reconstrução das oportunidades de trabalho em outro lugar, vêm como favor, sorte de proximidade com a autoridade com que se tem “um conhecimento profundo”, em meio em que direitos e igualdade social e econômica faltam.

---

<sup>52</sup> Governador do Estado do Amazonas (1975 - 1979).

<sup>53</sup> Prefeito da Cidade de Parintins – AM (1973 – 1977)

<sup>54</sup> Arinos Silva Carvalho, natural de Parintins, 85 anos. Entrevista concedida em 25/06/2014, na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Laguinho, assentamento rural de vila Amazônia.

Diferentemente do depoimento de seu esposo, dona Eunice incorpora novos elementos para justificar sua saída da várzea e seu estabelecimento na terra firme:

*Olha, nós saímos de lá, O Arinos... nós moramos quarenta anos naquela casa primeira lá, aí ele demoliu a casa e fez outra, nós só moramos dois anos na casa nova que foi vendida pro Alamiro, casa bonita que o Arinos fez, lá mesmo onde era o nosso terreno, próximo a casa do velho (sogro). Como eu adoeci e não podia ficar subindo e descendo a ribanceira, pegando água, a gente pegava água barrenta da bera do paranã, né, e olha ele tentou vender, o Alamiro quis comprar e o Arinos vendeu pra ele... e nós saímos de lá e fomos pro Laguinho, aí foi o tempo que eu fui pra Manaus e eu fiz uma cirurgia, uma carostemia em Manaus, na Santa Casa de Misericórdia. E quando eu voltei, eu não podia mais ficar subindo e descendo escada que me fazia mal, né, aí ele vendeu, fomos pro laguinho e lá ele construiu nossa casa e nós temos lá morando até hoje.<sup>55</sup>*

Da narrativa de Dona Eunice, a saúde, ou a falta de instituições de atenção à saúde, aparecem como dimensões explicativas importantes da opção pela mudança, o que evidencia caminhos que passam além do sentido econômico.

E. P. Thompson buscou em seus trabalhos historiográficos revalorizar as experiências de homens e mulheres ausentes das análises de historiadores marxistas afinados com as teorias estruturalistas. O conceito de experiência serviria para o historiador inglês como perspectiva política de desocultamento das ações dos trabalhadores. Na Inglaterra, Thompson resgata as motivações das revoltas sociais, levando em consideração as experiências da multidão que agia como transformadora do próprio destino. Sobre motins pela superação da condição de carestia no século XVIII, observa o autor a aposta no direito de escolha de homens e mulheres que naquele momento não aceitam dificuldades como naturais, evidenciando que a produção do lucro e do impedimento de possibilidades sociais igualitárias de reprodução da própria vida por meios próprios é fruto de uma sociedade dividida. O

---

<sup>55</sup> Eunice Rocha, Natural de Parintins – Am, 83 anos. Concedeu entrevista ao autor em 01/06/2015 na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Laguinho, Assentamento rural de Vila Amazônia

autor destaca a formação desses sujeitos num campo de relações sociais e processos históricos em que as estruturas não são anteriores à história, antes conformando-se nesse meio.

Partindo de pressupostos thompsonianos, é possível pensar uma análise das experiências dos trabalhadores rurais da comunidade do Laguinho na forma de compreender como suas lutas cotidianas expressam sua consciência de si e suas representações sociais.

A partir das narrativas orais de seu Arinos, seu Magalhães, e de seu Alamiro, podemos analisar o processo de ocupação tradicional das áreas da região de terra firme, como dimensão histórica construída por homens e mulheres que em relação com o estado, com a Igreja, e entre si, forjam as dimensões das lutas e manutenção de seus modos próprios de vida. Ocupar terras para além das várzeas naquele momento foi um processo negociado com a prefeitura de Parintins. A divisão de metragem e limites de cada lote, bem como a destinação de certos espaços para as atividades comunitárias, como a construção de igrejas, aparecem em relações contraditórias nesse campo.

Seu Arinos, assim como seu Magalhães, se apropria de técnicas de cultivo provenientes de suas experiências como moradores de várzea, recriando seu modo de vida na terra firme. O plantio de sementes geralmente cultivadas em áreas de várzea garante a sobrevivência desses sujeitos históricos na terra firme da região do Laguinho. Os conflitos que apareciam entre os moradores deviam ser resolvidos, por um sistema de normas e valores ancorados no modo de vida desses sujeitos. Essas práticas, a princípio não orientadas por aparatos institucionais da justiça, tinham então esteio em normas consuetudinárias.<sup>56</sup>

O papel do poder estatal na ocupação das áreas do Laguinho veio com a concessão de “permissão” para os trabalhadores rurais que viam a terra firme como alternativa de trabalho. A prefeitura de Parintins, segundo seu Arinos, autorizou os agricultores a ocuparem as terras devolutas da região, o que, no entanto, não se consolidou em políticas públicas ou garantias de produção para esses trabalhadores,

---

<sup>56</sup> THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

lançados à própria sorte em meio desigual na correlação de forças e lutas sociais, campo do qual são sempre o lado mais frágil.

A existência de grandes quantidades de terras devolutas<sup>57</sup> na região colocou como campo de possibilidades para os trabalhadores rurais aquelas ocupações, não sem a intermediação de relações de privilégio e favoritismo de “grande conhecimento” com autoridades. Observam ainda os moradores que áreas não habitadas nas proximidades do Lago Grande, grandes áreas desabitadas há décadas, pertenciam a uma família de antigos posseiros da região. Ao ocuparem tais terras um conflito era eminente, contudo por meio de negociações e organização dos moradores, além de intervenção de lideranças da igreja, o campo de tensões foi superado, tema que abordarei no próximo capítulo.

Nessas lutas se expressam, fundamentalmente, a sobrevivência desses trabalhadores. Como observa Eder Sader, sobre dimensões da luta política por moradores dos bairros do ABC paulista no momento das greves do final da década de 70,

as “lutas do dia-a-dia” eram o aprendizado da cidadania, o modo pelo qual pensavam suas privações enquanto injustiças que poderiam ser sanadas se as pessoas injustiçadas se dispusessem a lutar por seus direitos. Elas brotavam das queixas do cotidiano, regadas por informações sobre modos possíveis de mobilizar-se para alterá-lo.<sup>58</sup>

O ciclo das águas cada vez maiores e a falta de alternativas para o sustento da família aparecem como um dos fatores que motivam o trabalhador rural a deslocar-se para a terra firme, num processo em que, ao fim e cabo, é de suas ações e práticas, as quais se dão a partir de seu direito de escolha e sua opção de luta pelo direito a terra, que finalmente a mudança acontece. É interessante fomentar uma análise para além do superficial que os fatores econômicos e geográficos expõem. Uma análise meramente econômica pode esconder nuances importantes expressas no cotidiano dos trabalhadores rurais, como a vontade de melhorias de vida, suas lutas políticas

---

<sup>57</sup> Terras devolutas são terras públicas sem destinação pelo poder público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse. O termo “devoluta” relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado.

<sup>58</sup> SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 p. 210. Sobre esse tema conferir ainda os filmes de Leon Hirszman “ABC da Greve”, 1989 (aprox. 85min.) e “Eles não usam black-tie”, 1981 (aprox. 120min.) e de Renato Tapajós “Linha de Montagem”, 1979 (aprox. 90min.)

travadas pela manutenção e de dentro de seus modos de vida. Nesse momento, as narrativas orais aparecem como enredo e dimensão de suas compreensões próprias, a aposta no direito de escolha, em que cada sujeito participa da construção do meio histórico em que define suas relações e modos de vida, superando divisões da sociedade pela luta política e resistência pelo direito à vida, da qual produção e reprodução não se dicotomizam. Nesse meio, o direito à memória surge como enfrentamento pelo direito à participação de disputar os sentidos e significados da própria existência, do que não são filhos das águas ou da natureza, senão da própria luta e história.

## CAPÍTULO 2

### **RELAÇÃO COM A TERRA, FORMAS DE TRABALHO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL.**

*“Mas a gente luta, porque sem luta a vida de ninguém melhora, né?”.*

*(Fernando Carvalho, 52 anos, “morador da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Laguinho”)*

Recorrer às memórias individuais possibilita a compreensão de particularidades das experiências de sujeitos sociais em suas múltiplas temporalidades. É também nesse aspecto que se dá a referência nesta pesquisa da obra de Alessandro Portelli<sup>59</sup>, quando esse autor chama a atenção para a multiplicidade de tempos evocada pelos sujeitos na narrativa. Para esse historiador, as narrativas organizam-se em três estratos: o individual, relacionado à vida privada do narrador; o coletivo, voltado para a vida em comunidade, e o institucional, dimensão que abarca a relação do sujeito e do grupo na esfera política.

Para compreender as dimensões e sentidos das lutas dos trabalhadores rurais do Laguinho, amplio ainda a análise para outras lutas em outras comunidades, quando pelas fontes vazam indícios de suas experiências de sobrevivência e resistência historicamente constituídas, na defesa e manutenção de modos de viver, trabalhar e criar por sujeitos históricos do passado e do presente. Mediados por suas experiências forjadas nas relações sociais e culturais como trabalhadores e trabalhadoras, dando cor à cultura, aos valores e ao pensamento, como ensina E. P. Thompson<sup>60</sup>, esses sujeitos reforçam seus laços de parentescos e de solidariedade para enfrentar os

---

<sup>59</sup> PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: KHOURY, YaraAun et al. Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

<sup>60</sup> THOMPSON, Edward Palmer. A miséria da teoria. Rio de Janeiro: Zahar, 1981 p. 112

perigos que ameaçam seu território, perigos estes representados, tanto em conflitos com agentes externos pela posse da terra, como por conflitos surgidos no seio da comunidade entre os próprios trabalhadores.

Os seus saberes são retirados de suas experiências próprias, e a problematização dos temas abordados em suas narrativas possibilita um diálogo com outras falas, com outras inquietações, quando percebemos significativas formas de resistir, impulsionando sua luta pela sobrevivência e pelo direito a terra. Por essas resistências, como observa Walter Benjamim, “as coisas espirituais se manifestam sob a forma de confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e agem de longe do fundo dos tempos”<sup>61</sup>.

Neste capítulo, busca-se analisar a gênese da mobilização e organização dos trabalhadores rurais moradores das comunidades do Laguinho, evidenciando estratégias de resistência e enfrentamento social e político desses homens e mulheres, frente as suas necessidades diárias, necessidades essas expressas na organização de sua produção através do *puxirum*, entre outras práticas que demandavam uma organização por meio da associação de trabalhadores.

Foi em sua residência, na Comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Laguinho, que conversei com Fernando Carvalho, quando falamos sobre os diversos embates pela terra ocorridos logo após o estabelecimento de sua família na região, vindos da várzea. Também foi possível entender pela narrativa de Fernando, a gênese e a organização do movimento dos trabalhadores, etapa fundamental para compreender como e quando os moradores construíram sua identidade política reivindicatória pelo direito a posse da terra.

---

<sup>61</sup> BENJAMIM, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre a Literatura e História da Cultura*. 5. ed. , São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 224.



**Figura 6:** Fernando Carvalho, 51 anos, comunidade Nossa Senhora do Perpetuo Socorro do Laguinho.



**Fonte:** Acervo Pessoal/Ananias Neto.

Fernando Carvalho é filho dos agricultores Arinos Carvalho e Eunice Rocha, nasceu no Paraná de Parintins, aos 25 anos de idade, juntamente com sua esposa Valdice Rocha, e filhos. Mudou-se para a região do Laguinho reinventando suas estratégias de sobrevivência. Como muitos trabalhadores, viveu os dilemas de quem se propõe a deslocar-se de uma região alagadiça para a terra firme.

### **EXPERIÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DE LUTA PELO DIREITO A TERRA**

A reflexão acerca do espaço de vivência dos trabalhadores do Laguinho, espaço de trabalho, de convívio familiar, de resistência por valores e tradições, de sua organização como trabalhadores, evidencia as lutas no campo de sua própria sobrevivência, as quais ocorrem nesse meio de múltiplas formas, diretas ou indiretas, faladas ou silenciadas, organizadas, e também fragmentariamente.

Essas lutas acontecem no complexo e contraditório terreno da experiência social desses “homens da mata”<sup>62</sup>. Mas que lutas foram essas? Quais suas perspectivas e objetivos? Em que dimensões estavam articuladas? O que legitima as reivindicações e mobilizações dos trabalhadores rurais pela posse da terra?

Conforme as narrativas orais aqui apresentadas, no início da década de 1970, época de muitos deslocamentos de trabalhadores das regiões de várzea do baixo amazonas para as áreas de terra firme, mais precisamente para as comunidades do Laguinho, houve um acordo verbalmente estabelecido entre o então governador do estado, Enoque Reis, o prefeito de Parintins, Benedito Azedo, e os trabalhadores de várzea, na ocasião representados por Seu Arinos Carvalho. Vale lembrar que essas informações carecem de documentação comprobatória e estão alicerçadas na memória vivida por Arinos e seus companheiros, conforme apresentei mais acima, contudo, vale apostar na oralidade como parte de toda uma tradição em que essas famílias constituem-se enquanto trabalhadores rurais. Através dela, transmitem seus ensinamentos, seus valores e crenças, coletivizam seus saberes, estabelecem estratégias de luta e recuperam memórias das experiências vividas ou imaginadas<sup>63</sup>.

Com o aval daquelas autoridades, evidenciando a fragilidade de iniciativas públicas de reforma agrária na região e eventual dinâmica de relação política pautada no favor e no clientelismo, Arinos Carvalhos e seus companheiros estabeleceram-se naquelas comunidades, com a promessa de que, uma vez estabelecidos, um representante do poder estatal iria lhes conceder a titulação definitiva das terras, promessa essa que foi concretizada alguns anos após o estabelecimento dos trabalhadores na região.

---

<sup>62</sup> ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues. Trabalhadores do Muru, o rio das cigarras. Rio Branco: EDUFAC, 2005. p. 65

<sup>63</sup> ALBUQUERQUE, 2005. p. 72

Na mesma época, a cidade de Parintins possuía como principal líder religioso católico o Bispo Dom Arcângelo Cerqua. Dom Arcângelo incentivara a criação de comunidades rurais sob o modelo eclesialístico orientado pela Teologia da Libertação<sup>64</sup>. As comunidades rurais foram sendo estruturadas com o propósito de estimular o setor primário ao mesmo tempo em que se formavam nucleações católicas sob influência direta da Diocese de Parintins. Entre os moradores do Lagunho prevalecia a religião católica, o que explica a denominação que os mesmos emprestaram para o lugar em que então se estabeleceram: Santíssima Trindade, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e São José.

A historiadora Mônica Medeiros nos ajuda a compreender o conceito de comunidade rural na Amazônia. Para Medeiros<sup>65</sup>, comunidades rurais são territórios formados por sujeitos sociais que tem por base relações de parentesco e vizinhança. Essas relações constituem-se na dimensão do trabalho, através da ajuda mútua, no lazer com as festas comunitárias e também através de valores, mitos e modos de interpretar suas realidades, os quais são compartilhados, mas não necessariamente consensuais. São vilas e povoados, muitas vezes habitados por um número bem pequeno de famílias. São pescadores, caçadores, coletores, agricultores, funcionários públicos que ao viverem e se relacionarem demarcam territórios na floresta.

Delma Pessanha Neves descreve o processo da implantação de comunidades iniciado em 1972, no Médio Solimões, mais especificamente nos municípios de Tefé e Coari. A Prelazia de Tefé, com a criação das CEBs e a partir de uma nova concepção de *Igreja Viva*, consolida a ação missionária sistemática. De acordo com Neves, “o trabalho fora então transferido para os agentes pastorais e

---

<sup>64</sup> Teologia da Libertação é uma corrente teológica cristã nascida na América Latina, depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín (Colômbia, 1968), que parte de considerar que o Evangelho exige a opção preferencial pelos pobres, e de especificar que a teologia, para concretizar essa opção, deve valer-se também das ciências humanas e sociais. Uma das principais expressões dessa corrente teológica é a formação política e social em Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

<sup>65</sup> MEDEIROS, Mônica Xavier de, De posseiros a assentados: ordenações territoriais e vivências de moradores em Vila Amazônia (Parintins/AM). Disponível em: <http://www.eventos.faed.udesc.br/index.php/tempopresente/tempopresente/paper/view/p149>. Acesso em: 15/10/2013.

expandidos pelos aglomerados fixados às margens dos rios, desde então reconhecidas como *Comunidades*<sup>66</sup>.

Aponta a autora o exemplo de Tefé, que em 1974, por influência dos agentes eclesiais, dá início ao Projeto Agrovila,

destinado a famílias vitimadas pelas sucessivas enchentes do início da década. Deslocando-se para a *terra firme*, mantiveram-se referenciados por um modo de vida organizado pelo ideário do contrato entre comuns reificado na ideia de comunidade ou vila *Comunitária*<sup>67</sup>.

Diferentemente do que então ocorre no município de Tefé, na cidade de Parintins a atuação das CEBs nas áreas rurais não foi tão efetiva quanto na área urbana. Na sede de Parintins o trabalho das CEBs se destacou principalmente na paróquia de Nossa Senhora de Lurdes, onde seus efeitos podem ser notados até os dias atuais, principalmente no que se refere à formação de lideranças eclesiais. Na região do laguinho destaca-se a atuação da igreja na capacitação de lideranças comunitárias, atividade que posteriormente organizaria frente políticas partidárias com o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT).

Deborah de Magalhães Lima e Edna Ferreira Alencar também discorrem sobre a temática, observando a influência de movimentos populares de cunho religioso na consolidação da noção de comunidade nesses assentamentos:

Com relação à organização social dos assentamentos, a partir dos anos 70, o trabalho do MEB e da Prelazia, de formar lideranças comunitárias e orientar os moradores na sua nova condição de independência e responsabilidade pelo seu próprio destino, passa a ter grande repercussão. As vilas e os sítios são, a partir dessa década, chamados de comunidades, termo que denota não só o assentamento, mas carrega principalmente o sentido de responsabilidade comunal pelas decisões políticas que afetam a vida de seus moradores. Essa reorganização social dos assentamentos se consolidou na década de 80. A partir dessa data, a estrutura de lideranças criadas pelo MEB passa a ser reconhecida como autêntica (não vinculada estritamente à Igreja Católica) e é adotada tanto por instituições governamentais (como prefeituras e EMATER) quanto por outras não governamentais (como congregações protestantes)<sup>68</sup>.

<sup>66</sup> NEVES, D. P..O MEB – Movimento de Educação de Bases, a organização comunitária e a preservação ambiental In: CONGRESSO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL – ALASRU, 7. Quito, Ecuador, 2006 decisão. p.9

<sup>67</sup> NEVES, D. P..O p. 9

<sup>68</sup> LIMA, Deborah de Magalhães; ALENCAR, Edna Ferreira. Histórico da ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na várzea do Médio Solimões. In: TORRES, Haroldo; COSTA, Heloisa. População e Meio Ambiente. São Paulo: Editora Senac, 2000. P.149

Em relação aos nomes atribuídos a essas comunidades, Charlene Silva<sup>69</sup> enfatiza que quando formadas, as comunidades foram, por assim dizer, rebatizadas com o nome de um santa ou santo padroeiros, associado à referência geográfica relacionada ao rio, paran ou lago onde estavam localizadas. s vezes o lugar já tinha o nome de um santo ou santa, outras vezes não. Na região estudada, por exemplo, existia o Laginho como denominação de lugar que posteriormente agregou o nome dos Santos, conforme as comunidades se estruturavam.

Da narrativa de Seu Arinos podemos problematizar esse momento de ordenação espacial.

*Ai o que acontece? Ai nos fomos trabalhar, ne, aí foi a topografia, 400m de frente com 2000m de fundo cada terreno. Nos ainda não era velho naquele tempo, podia trabalhar duro na lida e foi o que fizemos. Essa rea aqui que tu tá vendo, não tem um pau cortado de motosserra, naquele tempo, só na base do machado, então eu trabalhei muito. Eu tirei 20 pessoas da minha comunidade pra vinte lotes de terra, ne? Aí veio a demarcação, 3 topógrafo, Antnio Augusto Belém, Arimar, que ainda está vivo, mora em Belém, o Otávio Guedes, já morreu, e outros. Eles passaram 15 dias comigo l, fazendo as demarcação das terras e eu sustentando por conta própria, porque eu tinha vontade que isso acontecesse. Ai eu sustentei eles 15 dias, dava agasalho, comida, tudo muito simples, porque nos era pobre<sup>70</sup>.*

Arinos nos mostra seu entusiasmo com a demarcação da terra que outrora era considerada por ele e por seus companheiros como devoluta, mas que agora pode ser explorada para sua sobrevivência e de seus familiares.

---

<sup>69</sup> SILVA, Charlene Maria Muniz da .Mocambo, Caburi e Vila Amazônia no município de Parintins: múltiplas dimensões do rural e do urbano na Amazônia. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal do Amazonas, 2009.

<sup>70</sup> Arinos Silva Carvalho (Entrevista 25/06/2014, na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro)

O Estado lavrou os títulos conforme o acordo verbal relatado anteriormente. Já com os títulos em mãos, muitos trabalhadores foram alvo da especulação fundiária crescente na região:

*Aí vim pra cá arreceber os títulos. Entreguei na mão de cada um, mas naquele tempo como um título definitivo de terras era uma coisa muito rara, os grandes ambiciosos, quando eles souberam, eles chamaram os companheiros e compravam o papel, diziam: “escuta, tu tem terreno no Laguiho?”. O cara dizia: “eu tenho”. — “Tu tem documento?” — “Tá aqui”, igual aquele que eu tenho. Outro: — “Tu quer me vender? Eu compro”. O caboco nunca tinha visto dinheiro: — “Eu te dou x”, o caboco vendia<sup>71</sup>.*

Esse relato evidencia perspectivas do processo de especulação fundiária pelo qual passa a região entre a segunda metade da década de 70 e a primeira metade da década de 80, com a implantação de grandes projetos que buscavam o desenvolvimento da região, principalmente a concessão de créditos mediante o arrendamento de terras como garantia.

*Eles vendiam o terreno, porque eles metiam no banco o terreno, faziam empréstimo pra fazer seus prédios, seus barcos, suas fazendas, assim que aconteceu. Quando nós soubemos dessas coisas, o Raimundo já era presidente da comunidade, o Raimundo foi à capital. Arriemos os grandes, voltemos a tomar as terra deles. Nos já brigamos muito, tem muitos caras aí que não gostam de nós por causa disso, nos temo lá quieto, mas eles não aceitam, principalmente político, porque o político não faz nada pro bem da classe pequena, o político é só classe alta<sup>72</sup>.*

A especulação fundiária na região fez com que muitos trabalhadores vendessem seus terrenos, voltassem para as várzeas, migrassem para a cidade, ou procurassem novas formas de sobrevivência, eventualmente trabalhando para o

---

<sup>71</sup> Arinos Silva Carvalho (Entrevista 25/06/2014, na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro).

<sup>72</sup> Arinos Silva Carvalho (Entrevista 25/06/2014, na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro).

fazendeiro que arrematou suas terras. Com a concessão de crédito mediante a garantia da terra, vários trabalhadores perdem seus terrenos, os quais ficam sob a posse do banco, que posteriormente os vende para outras pessoas que se estabeleciam na região. Foram sendo aos poucos criados novos vínculos empregatícios, e a partir de então novas formas de produção são inseridas na comunidade, formas essas que se diferem do puxirum, tema esse que será tratado mais adiante. O processo histórico de cercamento da terra se dá de formas diversas no tempo próprio da luta de classes e da divisão da sociedade em cada lugar<sup>73</sup>. A dinâmica dessa expropriação do direito à reprodução de saberes e modos de vida de comunidades na Amazônia em meios sociais de produção parece, contudo, não se dissociar da formação da força de trabalho nesse meio. O valor da terra não se consolida separadamente do trabalho, de sua ocupação efetiva e beneficiamento por práticas e experiências complexas de produção. A terra produtiva e “preparada” nesses assentamentos passa a ser alvo dos interesses especulativos dos mesmos grupos sociais e econômicos que um dia articularam a sua ocupação, evidenciando que também os títulos de propriedade não se sustentam sem resistência, tendo *em si* pouca validade na história.

Vale ressaltar que o as comunidades surgiram em um período da história brasileira que se buscava “integrar” a Amazônia através de projetos desenvolvimentistas que muitas vezes não levavam em consideração as peculiaridades e especificidades da região, tanto no que diz respeito ao ambiente como acerca dos modos de vida da população.

Como a ditadura civil-militar (1964/1985), a política de colonização da Amazônia passa a ser articulada por interesses que acirram as contradições acima mencionadas, aprofundando exclusões naquela estrutura agrária, associadas às noções de atraso e entrave para a ideologia do desenvolvimento nacional. O meio rural passa a ser sinônimo de subdesenvolvimento, e o trabalhador rural visto como símbolo desse atraso crônico.

Na Amazônia, a divisão entre o campo e a cidade, essa visão do rural como atraso, fomentaria não apenas políticas de povoamento para a região, mas também a

---


<sup>73</sup> THOMPSON, E.P. Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ideologia do assistencialismo, a fim de “amparar” os trabalhadores rurais comumente chamados de caboclos pelo poder estatal, e também pela literatura acadêmica. Segundo Deborah Lima, o conceito caboclo-ribeirinho disputa na realidade mais uma concepção de classe, de lugar social, do que de etnia ou identidade cultural. Para a autora, a análise deste conceito nos discursos hegemônicos nos revela como pressuposto a pobreza, a inferioridade cultural ideologicamente forjada, quase sempre associada aos estereótipos da preguiça e falta de capacitação para o trabalho.

Grande parte das políticas públicas propostas para a região amazônica durante o período da ditadura civil-militar, e até mesmo após a reabertura política, movimentaram propósitos de exploração do trabalho e cercamento de direitos. As políticas de integração nacional, seguidas pelo projeto de reforma agrária, não levaram em conta a existência de sujeitos sociais e a ocupação histórica da região, bem como a formação das comunidades rurais tradicionais, como no caso das Comunidades Santíssima Trindade, São José e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Laginho.



Figura 7: Título definitivo expedido pela Secretaria de Produção rural em 30 de junho de 1978 (frente).


 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 ESTADO DO AMAZONAS  
 SECRETARIA DE PRODUÇÃO RURAL  
 DEPARTAMENTO DE TERRAS

MUNICÍPIO: PARINTINS BENEFICIÁRIO: ARINOS SILVA DE CARVALHO	<b>TITULO DEFINITIVO</b>
--	------------------------------

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, HEMOCH DA SILVA REIS  
 USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E COM BASE NA LEGISLAÇÃO DE TERRAS EM VIGOR,

Faz saber que mandou expedir pela SECRETARIA DE PRODUÇÃO RURAL, DEPARTAMENTO DE TERRAS,


**O TÍTULO DEFINITIVO** em favor de: ARINOS SILVA DE CARVALHO  
 VALOR.....

sobre as terras requeridas pelo processo n.º 000086..... arquivado naquela Secretaria, devendo o adquirente cumprir com as obrigações determinadas em lei, possuindo ditas terras as características abaixo discriminadas:

Área 329.000,00 metros quadrados.....  
 Perímetro 4.830,00 metros.....  
 Valor R\$ 231,26.....  
 (...Duzentos e trinta e um cruzeiros e vinte e seis centavos)

Em consequência fica o Titular investido no Direito de Propriedade das referidas Terras, de acordo com as Leis em vigor e após o registro deste no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca da Situação do Imóvel.

Manaus, .....30..... de .....JUNHO..... de 1978.....

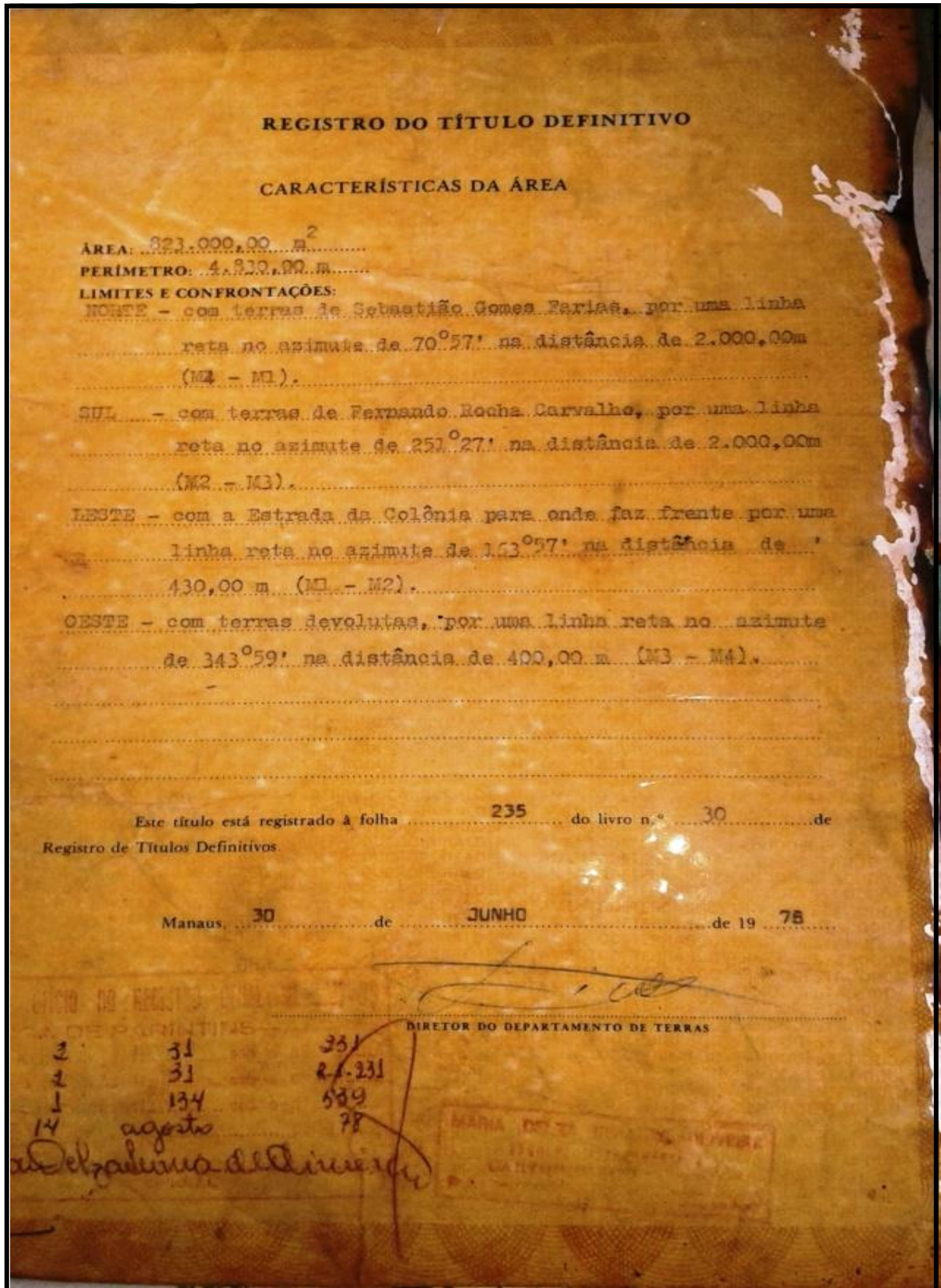
  
 GOVERNADOR DO ESTADO

  
 SECRETÁRIO DE PRODUÇÃO RURAL

.....  
 BENEFICIÁRIO

Fonte: Acervo pessoal/Arinos Carvalho.

Figura 7: Título definitivo expedido pela Secretaria de Produção rural em 30 de junho de 1978 (verso).



Acervo pessoal/Arinos Carvalho.

O título definitivo do terreno descreve os detalhes de suas dimensões, limites, apontando a existência de outras terras devolutas, terras para as quais o Estado não havia lavrado títulos, ou, de que pelo menos não se tinha conhecimento de títulos de propriedade.

Observa-se que o título é lavrado ignorando-se a lei 6.383/76, que discrimina a posse de terras devolutas como pertencentes à União, ficando sob a responsabilidade do, então, recém criado Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Ou seja, o Estado não poderia lavrar títulos de terra que não lhe pertenciam, o que seria determinante no processo de expropriação de terras sofrido pelos trabalhadores rurais com a desapropriação de seus terrenos para fins de reforma agrária, assunto esse que será tratado posteriormente. Também o direito a terra por usucapião aí encontraria obstáculos<sup>74</sup>.

O conflito mais acirrado, porém, ocorreu entre os comunitários e uma fazendeira da região que requeria a posse da terra, declarando-se sua legítima proprietária. Conforme narra Arinos Carvalho, a disputa alcança a justiça, com ganho de causa favorável aos trabalhadores rurais.

*No tempo em que fui pra lá eu levei, nos fomos vinte e uma famílias, onde as pessoas mais fortes que tinham no meu lado eram Luiz Henrique, Itamogi, Orlando Aranha, Valdir Gomes e Luiz Farias então nós cinco enfrentava as confusão, né?! Como eu era o da frente, era considerado o presidente da comunidade do Paranã de Parintins, e tinha destina a passar minha Comunidade para o setor de terra firme. Eu enfrentava todas as decisão, ela (Genoveva Sicsu) se fez-se dona quando ela nos viu lá se apossando do lago que não era habitado. Nunca ouvi notícia de gente morando lá, a floresta era mato, não tinha nada lá. Aí nós fomos pra lá, ela se fez dona da terra, constituiu um advogado, o doutor Paulo Teixeira, e aí foi brigar com nós. O oficial de justiça foi me buscar dentro do laguinho, o tenente Colares, com três soldados. E o que acontece, nos tava com 21 homens trabalhando, abrindo ramal pra dentro do mato, e o Luiz (Henrique) era meios espoletado, ele saiu de lá e disse, “eu vou lá”,*

---

<sup>74</sup> Usucapião (do latim *usucapio*: "adquirir pelo uso") é o direito de domínio que um indivíduo adquire sobre um bem móvel ou imóvel em função de haver utilizado tal bem por determinado lapso temporal, contínua e incontestadamente, como se fosse o real proprietário desse bem.

*eu disse, “não, não quero ninguém na bera comigo, isso é caso de polícia, vou só eu lá, podem ficar aí”. E aí eu cheguei, mas ele foi educado comigo, o tenente, disse: — “O senhor é o seu Arinos?”. Eu disse: — “Sou eu mesmo”. Ele disse: — “O Senhor me dê licença de sair em terra, eu quero conversar com o Senhor”. Eu disse: — “Pois não, pode sair”. Ele saiu, pulou em terra, os soldados ficaram no barco e ele saiu, aí ele disse: — “Olha, surgiu na delegacia uma denuncia contra vocês, mas pelo que eu estou vendo aqui eu só vim empatar você com seus pessoal de trabalhar, por que eu estou vendo pelo aspecto da floresta que tudo que me contaram é mentira. Quantos anos mais ou menos não é habitado isso aqui?”. Eu disse: — “Eu não lembro se já morou alguém aqui, tenho isso em cabeça, então esse foi o motivo, por que eu fui autorizado pelo governador Enoque Reis, que procurasse uma terra que não era habitada e me localizasse com a minha comunidade que ele ia mandar uma secretaria de terras, onde ia expedir título definitivo pra nós, e nos dar segurança na terra pra nós trabalhar, então isso que aconteceu”. Ele foi embora<sup>75</sup>.*

Refere-se seu Arinos em sua narrativa ao processo judicial movimentado por Genoveva Sicsu, acusando ele e seus companheiros de invadirem propriedade que seria supostamente sua. Numa tentativa de golpe cartorial, conhecida desde a colônia e ainda hoje bastante freqüente na região e em outras partes do país, a ditadura civil-militar dava naquele momento dimensão das suas estratégias de esbulho de terras e direitos consuetudinários. A ação, que então prossegue nas instâncias judiciais da cidade de Parintins, não deixa, contudo, registros físicos, em razão de possivelmente terem sido destruídos em um incêndio ocorrido no edifício do antigo fórum da cidade no início da década de 90. Se a ditadura civil-militar teve seus métodos de expropriação de direitos pouco ou nada sutis, é de se observar que o momento que lhe é imediatamente posterior tampouco rompeu com a sua linha de interesses escusos e violências bastante concretas. Vale ainda destacar da narrativa acima a postura do “Tenente Colares”, que então favorável aos trabalhadores, evidencia dimensões críticas e ambíguas mesmo entre os poderes constituídos daquele

---

<sup>75</sup> Arinos Silva Carvalho (Entrevista 25/06/2014, na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro).

período<sup>76</sup>, como também a capacidade de resistência e organização que de dentro das suas formas de trabalho articulam os agricultores: pelos saberes e esforços do seu trabalho se comprova a ilegitimidade do pleito de Genoveva Sicsu.

Os moradores trabalhavam na abertura de um ramal que facilitaria o acesso ao interior da mata que, segundo o relato de seu Arinos, era densa e primária, pelo que afirma não ter conhecimento sobre antigos donos daquela terra, legitimando essa constatação pelo acordo verbal estabelecido com os representantes do poder estatal. O trabalho ocorria em regime de *puxirum*, em área que seria de uso comum dos trabalhadores. Essa organização dos trabalhadores, com a finalidade de executar os mutirões de limpeza dos terrenos, e plantação de culturas, foi o embrião de sua organização social.

*(...) mas aí que foi perseguição. Eu ganhei intimação pra mim comparecer em juízo, eu fui lá era com o juiz que tava me chamando, Aí eu cheguei lá, naquele fórum antigo [localizado na av. Amazonas, no Centro da cidade de Parintins) e fiquei esperando chegar a hora, 10h do dia. Quando eu dei, lá vem aquele carro chegou lá, era o Bispo Don Arcângelo, e disse: “Ei laguinho”, de longe... me conhecia muito bem e era acostumado a me chamar de laguinho: — “Ei laguinho, e aí, como vai, como está nossa terra lá?”. Eu disse: — “Tá bom, só não está melhor que estou sempre sendo perseguido”. — “Mas que perseguição?”. — “Por motivo da viúva [dona Genoveva Sicsu], ela continua me perseguindo, eu fui chamado”. — “Pra onde?”. — “Aqui pro fórum”. — “Vamo lá...”. Fomos lá, e aí, chegando lá, ele falou: — “Existe algum caso com esse companheiro aqui, este cidadão?”. O juiz mandou o escrivão ver no livro de ocorrência: — “Tem um chamado pra ele comparecer agora, 10h”. — “E o motivo?”. — “É problemas de terra”. — “Olhe dotô, isso não passa de uma perseguição de pessoas que querem viver com causas injustas se fingindo de trabalhar*

---

<sup>76</sup> Sendo sempre indispensável lembrar da advertência de Marilena Chauí para a não homogeneização da análise sobre o conjunto das reivindicações do período, pois que “sem dúvida, incorreríamos em grave engano se imaginássemos que as reivindicações, contestações e resistências vinda da sociedade possuíam as mesmas origens, as mesmas motivações e os mesmos conteúdos, ainda que globalmente aparecessem como luta social pela democratização”. CHAUÍ, Marilena de Souza. *Conformismo e Resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 52.

*bem estar do povo enquanto só trabalha contra o bem comum, isso tudo é mentira, eu já fui lá, eu tenho conhecimento, tem uma comunidade que saiu de um setor por não havia condições de trabalho, se colocou na terra firme, e ele está perseguindo, dê baixa nesse negócio”. — “Pois não”. Aí o juiz pegou, preparou um documento e disse: — “Assine aqui”. Eu assinei e ele disse: — “pode ir pra sua terra, pro seu trabalho”, e até hoje. Agora diz que a igreja não tem poder, né?!<sup>77</sup>.*

A relação próxima e de confiança do bispo Dom Arcângelo Cerqua com o “laguinho”, evidencia a ampla capacidade de diálogo e organização dos trabalhadores, articulados em muitas frentes sociais, dentre elas a igreja católica daquele momento e sobre aquela liderança, de grande influência na vida social parintinense, a ponto de ser considerada mesmo em questões jurídicas e instituições judiciais da ditadura civil-militar: “*Dê baixa nesse negócio*”. Não se pretende, aqui, analisar o papel social e político amplo da Igreja ou de Dom Arcângelo, mas sim a influência direta dessa instituição, na figura de seu líder no campo social das lutas de homens e mulheres moradores do Laguinhos e de outras comunidades rurais de Parintins. Como observam os parintinenses em fala popular bastante disseminada: “em Parintins, a palavra de Dom Arcângelo era lei”, contestando a ilegitimidade em dimensões judiciais da razão do estado.

---

<sup>77</sup> Arinos Silva Carvalho (Entrevista 25/06/2014, na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro).

## O PUXIRUM: FORMA DE ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

### RURALS.

O puxirum<sup>78</sup> é um “*trabalho coletivo em torno de um bem comum*”, a forma com que os trabalhadores se organizam para resolver uma atividade na roça, ou qualquer outra atividade que demande a participação, sendo mesmo estratégia de luta pelo direito de se poder fazer junto, haja vista a impossibilidade e esforço penoso, sem muitas alegrias, de se tentar resolver sozinho os inúmeros desafios impostos pelo meio social e ambiental, não exclusivamente no trabalho no campo<sup>79</sup>.

Compreendido também como ajuntamento de famílias, o puxirum agrega homens e mulheres que se ajudam mútua e solidariamente, quando cada um exerce uma função em circuito de revezamento contínuo. A técnica de trabalho na limpeza dos terrenos para a moradia e a roça consiste na tradicional derrubada e queima da mata, para o posterior plantio. Assim, como observa Eduardo Galvão sobre os modos de vida de trabalhadores e trabalhadoras da região amazônica, “o trabalho cooperativo nas roças, através dos puxiruns, em que um roceiro convida as famílias vizinhas para ajudá-lo, é (...) traço que induz maior solidariedade”<sup>80</sup>.

*Era o seguinte, nós era vinte e cinco chefe de família que fomos pra lá, nós reunia vinte, “hoje é no teu trabalho, aí tu vai escolher o que tu quer plantar?”. E aí tu dizia, ah, eu quero plantar mandioca, e tu?, ahh, eu quero plantar arroz: “então tá, então amanhã nós vai no teu, vinte pessoas fazer o teu trabalho”. “E amanhã, quem vai querer amanhã?": “É fulano”. Quando era de noite, todo mundo saía pra procurar comida”. Eu e teu avô*

---

<sup>78</sup> A palavra *puxirum* tem raízes na língua *nhengatu* falada no Brasil até hoje por comunidades indígenas no campo e na cidade, e que significa “reunião de esforços em prol de um objetivo comum” Nas comunidades, o termo *puxirum* alcança a expressão de uma ação política, de ligação com as comunidades, para a diferenciação e a busca de superação de contradições, e de eventuais interesses individualistas naquelas sociedades. Os comunitários constantemente destacam essa forma de organização social como uma estratégia de luta na superação de limitações impostas pelo meio e pela história.

<sup>79</sup> Também no meio urbano, os mutirões (puxiruns) se constituem em formas e estratégias de luta bastante evidentes. Sobre o tema, conferir SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 e SOUZA, João Carlos de. Na Luta por Habitação: a construção de novos valores: Sao Paulo: EDUC, 1995.

<sup>80</sup> GALVÃO, Eduardo. Santos e visagens. Um estudo da vida religiosa de Itá; Amazonas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955. p 37

*Luiz Henrique passávamos semanas longe de casa só pescando pro puxirum, pro tal puxirum, quando era nosso o puxirum, quem saía pro mato pra caçar saía, quem saía pro lago pra pescar saía, quando era de manhã nós chegava com a comida, assim que era naquele tempo, e tudo ia pro trabalho, era uma alegria, uma beleza, participava todo mundo. E sempre tinha trabalho. A gente aqui é assim, acaba um trabalho começava outro, e a gente precisava sempre de ajuda.*<sup>81</sup>

A relação de solidariedade entre comunitários da região, conforme observa Eduardo Galvão, tem dimensões próprias apontadas na narrativa de seu Arinos. Os puxiruns surgiam da necessidade dos trabalhadores em cultivar a terra e garantir sua sobrevivência. Sua organização se fazia em rodízio de trabalho, e o contrato firmado ente os trabalhadores era verbal, alicerçado nos costumes, articulando valores e interesses de resistência à imposição do trabalho por injunções econômicas.

A preparação para o puxirum requeria vários dias, e era de fato, um acontecimento na comunidade, mobilizando os trabalhadores que ali moravam e agitando toda a região. Da fala de seus Arinos temos perspectivas das técnicas de obtenção de alimento: *“quem saía pro mato pra caçar, saía, quem saía pro lago pra pescar, saía”*.

A reunião dos trabalhadores em forma de puxirum, estimulava a solidariedade. O puxirum envolve crianças, jovens e adultos de ambos os sexos para ajudar uma família: *“assim que era naquele tempo, e tudo ia pro trabalho, era uma alegria, uma beleza, participava todo mundo”*. É, em suma, uma relação de solidariedade que refaz historicamente a experiência entre membros da comunidade quanto as suas práticas de plantio, derrubada, capina, construção de casas ou capelas, roça, e outras situações, pois, *“sempre tinha trabalho, a gente aqui é assim, acaba um trabalho começava outro, e a gente precisava sempre de ajuda.*

O beneficiado e anfitrião que promove o puxirum é responsável por fornecer a alimentação e bebida aos participantes, necessitando uma quantidade considerável de farinha, carne de caça ou de peixe. Para tanto, prepara-se na fabricação desses suprimentos, apostando mesmo na sua coleta em rios e matas da região, conforme

---

<sup>81</sup> Arinos Silva Carvalho



sua relação de experiência maior com um desses ambientes. No dia do puxirum, os convidados se deslocam ao local do empreitada para execução do trabalho.

Para compreendermos o processo de organização dos trabalhadores rurais é necessário lembrarmos que grande parte desses trabalhadores são oriundos de áreas alagadiças, mantendo em um primeiro momento relação com as várzeas, necessitando de condições adequadas para a sua permanência na terra firme. Como antigos moradores de várzea, trouxeram para a terra firme suas tradições e formas de trabalho coletivas, as quais foram inventadas e revalorizadas naquele primeiro espaço histórico e social dos seus modos de vida.

***Fernando:** Ainda tínhamos uma relação com a várzea, mas depois fomos vendendo, deixando de mão, como dizem, porque nós tínhamos na mente o seguinte, lá tava abandonado e nós não via muito futuro lá. Nós estávamos observando que nossa melhoria era aqui, e nosso futuro era aqui, e resolvemos ficar por aqui ate hoje. Muita coisa que aconteceu na comunidade, na região do laguinho, a gente tem contribuído muito com o desenvolvimento, principalmente com o desenvolvimento, a questão da escola. Uma das grandes dificuldades que nós encontramos aqui foi a questão da escola, a educação para os nossos filhos. A princípio os nossos filhos andavam de 4 a 5km pra chegar na escola, mas nós fomos lutando, organizando os trabalhadores para que nós construíssemos uma escola próximo de nossas casas.<sup>82</sup>*

A opção pela criação de organizar de um sistema de rodízio para o puxirum foi, segundo Fernando Carvalho, a gênese da organização dos trabalhadores rurais. Os puxiruns seguiam uma ordem estabelecida pelos próprios trabalhadores que acompanhava a dinâmica de suas necessidades. Quando questionado sobre a organização dos trabalhadores, Fernando nos dá indícios do início da organização, que culminaria com a fundação da Associação dos Trabalhadores do Laguinho, que passara a cuidar, não somente dos puxiruns, mas também das outras questões que envolviam a vida dos moradores da comunidade.

---

<sup>82</sup> Fernando Carvalho, 52 anos, antigo morador da Comunidade N. Sra. Do Perpétuo Socorro do Laguinho. Entrevista realizada em 23/01/2015.

**Ananias:** *E como é que se deu essa organização (dos trabalhadores)?*

**Fernando:** *Essa organização se deu em forma de organização dos trabalhadores. Nós trabalhávamos em forma de mutirão, que eram os puxiruns. Nós formamos um grupo de trinta e três trabalhadores rurais, todos os dias nós fazíamos cerca de dois a três hectares para cada trabalhador. Então nós começamos a produzir, tivemos dificuldades, não havia estradas, nosso transporte era via fluvial, mas mesmo com a dificuldade e distância de barco, a gente passou a acreditar que era possível se construir um futuro melhor aqui pra nós e lutássemos para que houvesse estrada. Poucas pessoas acreditaram, mas as que acreditaram eu tenho certeza que não estão arrependidas, e não querem sair daqui.*

*Nós que abrimos essa estrada que tu tá vendo, abríamos picos lá da bera do lago pra cá, cerca de 4 a 6 km na mata fechada, na base do terçado, machado, essa área aqui que tu tá vendo, não tem um pau cortado de motosserra. Naquele tempo, só na base do machado e do terçado. Então as coisas foram acontecendo, conseguimos uma escola, uma escola para os nossos filhos, que agora, graças à Deus, funciona desde o ensino infantil até o ensino médio, quer dizer, já foi um avanço significativo na área educacional. Temos dificuldades? Temos! Mas a gente luta, porque sem luta a vida de ninguém melhora, né?! (...) Então, a melhor maneira de se combater esse sistema perverso que aí está é exatamente organizar os trabalhadores para que a gente possa procurar nossa independência, e só de forma organizada a gente consegue isso, se não for, jamais”<sup>83</sup>.*

A narrativa de Fernando elucida perspectivas das questões que aqui probelmatizamos, quando por meio dela se revela diversidade de formas e articulações políticas que transcendem o âmbito convencional. Nessa acepção, “o conceito de política se amplia sendo definido como todo espaço de luta”<sup>84</sup>, permitindo aos sujeitos históricos se organizarem em torno de seus objetivos, mesmo os mais elementares, tendo a cultura como elemento amalgamador de experiências e

---

<sup>83</sup> Fernando Carvalho, 52 anos, antigo morador da Comunidade N. Sra. Do Perpetuo Socorro do Laginho. Entrevista realizada em 23/01/2015.

<sup>84</sup> VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo, Maria do Rosário da Cunha Peixoto, Yara Maria Aun Khoury. A Pesquisa em História. 4ª. edição, 5ª. reimpressão. Editora Ática, São Paulo – SP, 2005. p. 8

formulação de táticas e estratégias de enfrentamento social e político, portanto, um campo de luta.

As condições de trabalho encontradas pelos moradores em uma área de floresta densa que precisava ser explorada para garantir meios de sobrevivência, aguça a imaginação de quem se propõe a ouvir o relato de um trabalhador rural que passou grande parte de sua vida em trabalhos tipicamente braçais: *“Nós que abrimos essa estrada que tu tá vendo, abríamos picos lá da bera do lago pra cá, cerca de 4 a 6 km na mata fechada na base do terçado, machado”*. Esse trecho nos dá a dimensão do trabalho realizado pelos moradores para se estabelecerem na região, um trabalho duro que exigia esforços físicos extremos.

A opção por apostar em melhores condições de vida, escolas para seus filhos e estrada para escoar sua produção, deixou clara a importância de se organizar a fim de fortalecer a relação dos trabalhadores. Fernando deixa claro que muitas das mudanças em sua comunidade ao longo dos anos se deram pela pressão e organização dos trabalhadores rurais: *“Mas a gente luta, porque sem luta a vida de ninguém melhora, né?!”*.

Os puxiruns eram importantes, não apenas para acelerar a produção e o cultivo da terra entre os moradores do laguinho, mais, sobretudo, para fortalecer os laços de solidariedade entre os moradores daquela localidade, solidariedade essa que foi aos poucos se perdendo com a entrada de práticas capitalistas na região.

O fato de nos dias atuais a prática do puxirum estar cada vez mais rara na região, é explicada por Fernando através na sua análise do processo de individualização da produção pelos agricultores. Em sua narrativa, Fernando mescla fragmentos de memórias da prática do puxirum na década de 70, articulando esse período aos acontecimentos de sua vida no tempo presente.

*(No puxirum) cada um trazia a sua alimentação, cada um trazia um pouco, reunia e fazíamos a famosa “multiplicação dos pães”, mas isso foi um costume, uma cultura que foi muito louvável a alguns anos atrás, muito bom, interessante, que hoje ainda deveria tá acontecendo, mas infelizmente não está mais acontecendo isso nas nossas comunidades*

*rurais. Ela não está mais acontecendo porque o sistema capitalista, ele foi, ele foi... há vinte anos, há trinta anos atrás ele não estava na área rural, o sistema capitalista, ele foi, e ele foi chegando na área rural, e esse sistema capitalista ele foi prejudicando a organização dos trabalhadores. E eu te pergunto, como assim? Acontece que a produção foi cada vez mais se individualizando, “porque o chamado progresso está chegando”. Hoje, em todas as comunidades do assentamento da Gleba de Vila Amazônia, nós estamos morando na área rural, mas de forma urbanizada, porque tudo aquilo que o cara tem lá na cidade nós temos aqui também, aqui no interior: televisão, geladeira, ventilador, tudo. Então você tá morando na área rural, mas de forma urbanizada. E isso, de certa forma é prejudicial pra gente, principalmente pra organização dos trabalhadores. Não que a gente seja contra, porque não é isso, a gente consegue enxergar muita coisa boa, primeiro que você tem o direito de ter todo o seu conforto, mas nós não estávamos preparados para o sistema capitalista invadir tão rapidamente as nossas comunidades. Então com isso foi prejudicial, porque nós não estávamos preparados pra receber o sistema capitalista.<sup>85</sup>*

A narração de Fernando Carvalho perpassa múltiplas temporalidades. Sua narrativa contextualiza o tempo presente com suas memórias passadas. A historiadora Yara Khoury ensina que, ao narrar, “as pessoas estão sempre fazendo referência ao passado e projetando imagens, numa relação imbricada com a consciência de si mesmos, ou daquilo que elas próprias aspiram ser na realidade social”<sup>86</sup>. Assim, Fernando e outras lideranças, como Arinos Carvalho, ressignificam suas memórias, dando sentido e historicidade as suas experiências enquanto narram a trajetória da gênese do Movimento dos trabalhadores rurais do Laguinho, do puxirum e de sua importância no processo de organização dos moradores daquela localidade, realimentando suas próprias identidades, legitimando-se enquanto sujeitos que constroem a sua própria história.

---

<sup>85</sup> Fernando Carvalho, 52 anos, antigo morador da Comunidade N. Sra. Do Perpetuo Socorro do Laguinho. Entrevista realizada em 23/01/2015.

<sup>86</sup> KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). Muitas histórias: outras memórias. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 131

A solidariedade dos puxiruns, expressa na narrativa de Fernando, contrasta com o individualismo característico da produção tipicamente capitalista. “A chegada do progresso” relatado nas entrevistas, tanto por Fernando, como por outros entrevistados, alterou sensivelmente as relações sociais entre os moradores do Laguinho. Segundo Fernando, essas mudanças vieram, primeiramente com a especulação fundiária das décadas de 70, 80 e 90. Mais recentemente, com a implantação de políticas públicas de transferência de renda, e outras relacionadas diretamente ao direito à produção no campo em sistema de agricultura familiar, sentidos mais amplos quanto ao direito aos bens sociais de consumo, pela forma “urbanizada” de vida, foram sendo articulados: *“não que a gente seja contra, porque não é isso, a gente consegue enxergar muita coisa boa, primeiro que você tem o direito de ter todo o seu conforto”*. Essa política foi se objetivando em várias direções desde o acompanhamento técnico da produção agrícola, financiamento através do crédito rural, abertura de uma estrada de aproximadamente 60 km, a compra de uma balsa ligando a sede de Vila Amazônia (comunidade de Santa Maria) a Parintins e, mais recentemente, foi implantado na região o programa federal Luz Para Todos<sup>87</sup> levando energia elétrica e a implementação de programas como o Bolsa Família.

Todas essas políticas citadas foram interpretadas pelo poder público e pela mídia na região como grandes “transformações” que “desenvolvem” economicamente a região.

Porém, ao analisarmos as falas de muitos moradores percebemos que a inserção de projetos de desenvolvimento rural e de transferência de renda em comunidades rurais na Amazônia, como no caso do Laguinho, ocorrem dentro de um processo de disputa pela consolidação de interesses contraditórios nessas áreas, evidenciando que a discricionariedade da implementação de políticas públicas nas cidades, sejam federais, ou não, passa por lutas e disputas locais. É preciso problematizar historicamente o fato de que em muitas cidades da Amazônia o conjunto dessas políticas públicas alcança os trabalhadores de forma fragmentada, sem a aplicação na prática do todo de iniciativas que envolvem, o que se dá devido ao fato

---

<sup>87</sup> O Programa Federal “Luz para Todos” foi lançado em 2003 pelo Governo Lula, levando luz elétrica para mais de dez milhões de pessoas da zona rural até 2008, estando ainda em expansão, nem sempre visível em todos os municípios que recebem essa dotação orçamentária.

de muitos agentes públicos estarem aí envolvidos, agentes municipais, estaduais e federais.

Durante a ditadura civil-militar, políticas de “integração nacional” e “desenvolvimento econômico” determinaram a apropriação de vastas extensões de terras na Amazônia por grileiros, incluindo empresas estrangeiras. Projetos de mineração e de criação de gado acabaram por alterar o processo histórico cultural de ocupação de terras na Amazônia, pois as terras eram doadas ou compradas pelo grande capital com as pessoas no seu direito de posse, gerando inúmeros conflitos agrários, que tornam hoje, por exemplo, o Amazonas um dos estados com mais mortes ligadas à violência no campo, eventualmente subnotificadas. Muitas dessas pessoas morrem defendendo o direito histórico de moradores de várzeas e terras firmes de ocupação tradicional<sup>88</sup>.

Dona Valdice Rocha, 51 anos, moradora da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Laguinho, remanescente daquele processo de deslocamento, nos dá um exemplo prático sobre como as políticas públicas acima citadas afetaram diretamente as vivências dos trabalhadores rurais:

**Ananias:** *De certa forma foi uma coisa que foi revolucionária, de uma hora pra outra, foi rápido, há uns anos atrás, quando não tinha energia elétrica aqui, por exemplo, uma caça, você caçava e não tinha como conservar a carne, tinha as técnicas de conservação, mas que não eram tão eficazes como colocar numa geladeira, por exemplo, se estragava...*

**Valdice:** *Mas por uma parte foi boa, mas por outra não foi, por que antigamente, quando nós chegamos logo pra cá, existia essa partilha, né?! Nós partilhávamos com os outros o que nós tínhamos, uma caça, um veado que nós caçávamos nunca se estragava, porque nós dividíamos com o vizinho que muitas vezes não tinha o que comer. Hoje o individualismo tomou conta disso também, não existe mais essa partilha, a produção foi ficando cada vez mais individual a ponto que nós só vê*

---

<sup>88</sup> MEDEIROS, Mônica Xavier de, De posseiros a assentados: ordenações territoriais e vivências de moradores em Vila Amazônia (Parintins/AM). Disponível em: <http://www.eventos.faed.udesc.br/index.php/tempopresente/tempopresente/paper/view/149> . Acesso em: 15/10/2013.

*quase o vizinho quando a cerca cai...porque cada um já tem onde colocar as suas coisas e não distribui mais com os outros.*<sup>89</sup>

A narrativa de dona Valdice articula perspectivas contraditórias quanto ao acesso aos bens de consumo básicos, como a energia elétrica, e as relações sociais consolidadas na comunidade, evidenciando mudanças visíveis naquela zona rural ao longo do tempo, e que as relações de solidariedade são constituídas na luta política e pela criação dos próprios sujeitos históricos, do que, não estando jamais garantidas por quaisquer ideologias de “tradição”, correm também o risco de sofrerem transformações. É evidente que houve uma melhora significativa nos mecanismos de produção dos trabalhadores, também é evidente que houve uma sensível melhoria na sua qualidade de vida. A possibilidade do acesso a direitos básicos como a energia elétrica e o direito à comunicação evidenciam perspectivas contraditórias em dimensões representadas sobre o rural e o urbano na região: *“Hoje, em todas as comunidades do assentamento da Gleba de Vila Amazônia, nós estamos morando na área rural, mas de forma urbanizada, porque tudo aquilo que o cara tem lá na cidade nós temos aqui também, aqui no interior...”*. Historicamente no Brasil, e nas ciências sociais, o campo foi relacionado ao atraso, àquilo para o qual não cabiam os bens sociais básicos supostamente garantidos aos moradores dos meios urbano, do que se constituiu como ideologia e ocultação de processos históricos de disputas concretas pela terra, a noção de tradição, de pureza de relações, invisibilizando as dinâmicas capitalistas no campo, bem como a resistência dos seus trabalhadores. Fernando, assim como por Valdice, articulam a ideia de “progresso” com a implementação de mecanismo mais individuais de produção a transformações nas formas de solidariedade praticadas como modo de vida em que apostaram e pelos quais ainda lutam, do que refletem a criação da Associação de Trabalhadores do Lagunho: *“porque sem luta a vida de ninguém melhora, né?!”*. O hábito de caçar para a obtenção de alimentos, prática ainda presente no cotidiano dos moradores, pelo atual deletério desenvolvimento de destruição ambiental imposto em todo o país, e também na Amazônia, tem se alterado aceleradamente, não podendo, sobretudo aqui, ser ainda passível de romantizações pela pesquisa histórica.

---

<sup>89</sup> Valdice Rocha, 51 anos, moradora da Comunidade N. Sra. Do Perpetuo Socorro do Lagunho. Entrevista realizada em 23/01/2015

**Valdice:** *Isso era um costume, vou só te citar um exemplo, quando um sujeito matava uma caça, como a família dele era composta por cinco pessoas, ele não consumia tudo, então o excedente ele dividia com o restante da comunidade. Hoje não existe isso, porque o cara tem um freezer, tem a geladeira, passa é uma semana armazenado. E essa partilha era uma das coisas que nos unia como comunidade, e que no passado foi fundamental para nossa organização como trabalhadores rurais, até de forma política mesmo, porque uma vez organizados nós podíamos lutar por nossos direitos com mais forma, porque juntos nós somos mais forte<sup>90</sup>.*

A fala de Dona Valdice sintetiza a solidariedade como a gênese da organização dos trabalhadores rurais, o exemplo da caça nos dá a dimensão das mudanças ocorridas nas relações comunitárias ao longo dos anos, e nos ajuda a compreender o processo de organização e luta dos trabalhadores nos dias atuais, fazendo um paralelo com suas experiências vividas nos anos anteriores. Contudo, é preciso evidenciar que há séculos que os povos da região não vivem de suas coletas no campo na região amazônica, senão injungidos pela fome e a miséria quando apenas essa possibilidade lhes resta. O tema foi abordado com bastante profundidade já por Josué de Castro em sua importante Geografia da Fome<sup>91</sup>. Nesse aspecto, o exemplo de dona Valdice nos faz pensar sobre a sobrevivência dessas comunidades pela perspectivas de outros puxiruns e dabukuris<sup>92</sup>, eventualmente também praticados com a solidariedade de distribuição de alimentos industrializados, como feijão, arroz e frango, mesmo em regiões as mais remotas da Amazônia.

---

<sup>90</sup> Valdice Rocha, 51 anos, moradora da Comunidade N. Sra. Do Perpetuo Socorro do Lagunho. Entrevista realizada em 23/01/2015.

<sup>91</sup> CASTRO, Josué. Geografia da Fome (o dilema brasileiro: pão ou aço). Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

<sup>92</sup> Encontros sociais de intercâmbio de alimentos praticados em muitas regiões do país, recebendo esse nome por comunidade étnicas de São Gabriel da Cachoeira (AM), região localizada na chamada “cabeça do cachorro”, extremo leste do território nacional. Mesmo aí, subindo semanas rio acima, o que se encontra são pequenas cidades, que nos últimos anos alcançaram o acesso a bens básicos de consumo para os seus pleitos produtivos, como motores para suas embarcações, a possibilidade de adquirirem o necessário combustível, além do direito ao deslocamento motorizado por terra, com a aquisição de motos. Vale lembrar que o município de São Gabriel da Cachoeira tem limites territoriais imensos, superiores a alguns estados da federação. O movimento de transformação social nos últimos anos afastou a ameaça da fome nesses lugares, nos quais se relatava a alimentação mesmo de minhocas em áreas de extrema preservação, como a da reserva dos Yanomami. Mesmo a pesca nos rios e lagos dessas localidades se transformou nas últimas décadas, dando dimensão do alcance destrutivo das práticas comerciais capitalistas na bacia hidrográfica amazônica.



*Os Puxirum ainda existe, mas bem pouco já... só trabalham já a base de pagamento, assim, se tu convida dez pessoas pra te ajudar a plantar uma roça, no fim do dia tu vai pagar tudo aquele pessoal. Não existe mais troca de diária como existia antigamente. Antigamente, não, a gente trocava dia, agora é só assim já que eles querem<sup>93</sup>.*

**Figura 9:** Seu Herminto Cordeiro, na companhia de seu vizinho Arinos Carvalho, em um puxirum realizado no ano de 2014.



**Fonte:** Acervo pessoal/Raimundo Carvalho.

Dona Valdice expõe um quadro de mudanças históricas importantes vividas na região, com relações que se espraiam em outras formas sociais conquistadas e definidas como prioritárias ao longo dos anos, quando também os jovens alcançam projetos mais amplos, como o direito ao estudo, inclusive no âmbito da pós-graduação, apostando no seu direito de escolha sobre modos de vida e acesso à produção como sujeitos históricos de bens sociais diferentes. A imagem acima,

<sup>93</sup> Valdice Rocha, 51 anos, moradora da Comunidade N. Sra. Do Perpetuo Socorro do Laguinho. Entrevista realizada em 23/01/2015.

contudo, evidencia resistências pelos puxiruns, articuladas de dentro dos costumes locais, por idosos, vizinhos, amigos, passíveis de revalorização pela pesquisa em história quando superamos os romantismos ideológicos da noção de isolamento, aqui sopesada desde a colonização, conformando mesmo hegemonias no campo da mídia e das ciências sociais. Atualmente, práticas como os puxiruns são cada vez mais raras nas comunidades do Laguinho, preservadas na memória e na prática de moradores mais velhos, como seu Arinos e seu Cordeiro, envolvendo, esporadicamente, entre duas e três famílias, refazendo e abrindo novas sendas históricas num caminho que atualmente valoriza monetariamente todas as relações, muito diferente das trocas de diárias do passado, e graças à resistência de alguns poucos, também do presente.

### **CULTURA, FÉ E RELIGIOSIDADE.**

O Cotidiano de homens e mulheres moradoras das Comunidades do Laguinho não se resume, apenas em trabalho, ou pelo menos não ao trabalho como noção desarticulada da construção histórica de todo um modo de vida, a dura e cansativa rotina que para a maioria se inicia nas primeiras horas da manhã. Festas marcam a alegria do cotidiano das comunidades, como a festa dos seus padroeiros: São José, Santíssima Trindade e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. As comemorações pelo padroeiro transformam-se em momento de lazer, em que os moradores fortalecem seus laços familiares e comunitários, onde os conflitos são abrandados, possibilitando

a aproximação de vários grupos sociais. Como momento privilegiado de afirmação da identidade do grupo, não deixa de ser espaço de fortalecimento de solidariedade, como luta e disputa em meio histórico e social de tantos desencontros.

*Magalhães: aqui tem a festa da Santíssima Trindade, lá no São José e no Perpétuo Socorro eles também fazem uma festa animada, e como nós mora tudo perto uma comunidade da outra, quando tem festa tudo se reúne<sup>94</sup>*

A presença da igreja católica na região se intensifica, inicialmente, na década de 70, com o trabalho de clérigos afinados com a Teologia da Libertação. A sua experiência nesse período se deu, sobretudo, no campo da formação de lideranças comunitárias na região. Sendo assim, o espaço da igreja tornou-se um espaços de debates que levava em consideração assuntos que perpassavam o religioso, envolvendo todo o cotidiano dos trabalhadores. Eder Sader, pensando a experiência histórica de relações sociais de militância e solidariedade na região do ABC paulista, observa que, com a união política, também por perspectivas de luta no campo da religião, se fez um “espaço de legitimidade por onde os protestos sufocados vieram à tona.”<sup>95</sup> .Nesse sentido, igrejas, capelas, barracões comunitário transformaram-se em refúgio, e também em espaço para debates sobre as situações vividas pelas comunidades, experiência que pudemos observar ter ocorrido inclusive no Laguinho.

---

<sup>94</sup> João Magalhães, natural de Parintins, 80 anos. Entrevista concedida em 28/11/2014, na comunidade Santíssima Trindade do Laguinho, Assentamento rural de vila Amazônia.

<sup>95</sup> SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 161

**Figura 10:** Barracão Comunitário construído na década de 80. O espaço era utilizado tanto para programações religiosas.



Fonte: Acervo pessoal/Raimundo Rocha.

Não se pretende, aqui, analisar o papel social amplo da Igreja ou de suas representações, mas sim a articulação dessas instituições no campo social das lutas de homens e mulheres moradores das Comunidades do Laguinho, no seu fazer cotidiano dentro das possibilidades históricas, tendo a experiência como ponto de partida da própria vida, deslocando nosso olhar da instituição para os sujeitos que constroem e redefinem seus espaços políticos, revelando novas formas de fazer social por novos sujeitos. Os espaços de articulação social (reuniões comunitárias em sistema de assembleias) não separados daquele em que a fé e pressupostos historicamente construídos como relação espiritual com o imaginário se articulam (ver a imagem acima), evidenciam perspectivas amplas para a invenção dos modos de vida nas comunidades do Laguinho, não restritas às supostas exclusivas necessidades e determinações materiais. O esclarecimento sobre relações históricas de luta nessas localidades contribui para a superação de divisões entre o material e o imaterial na história.

Em uma de minhas viagens à comunidade de Santíssima Trindade do Laguinho, encontrei-me com João Magalhães. Magalhães, como é conhecido na

comunidade, relatou-me com entusiasmos sobre a religiosidade no local, sobre seu santo de devoção, e também sobre a mobilização dos moradores para os preparativos da festa do padroeiro.

*Olha... aqui todo mundo é católico, e não é católico de nome, é católico de devoção mesmo! Olha, deixa eu te falar, antigamente as festas eram muito animada, festa da comunidade era muito legal, dava muita gente, de tudo quanto era paragem. Eu me lembro de uma viagem que a Santíssima Trindade saiu pedindo donativo na região, chegou até a (comunidade rural da) Valéria. Trouxe muita coisa, galinha, pato, farinha, beijú, tapioca e mais uma porção de coisa. E eu acho que até dinheiro veio. O pessoal eles são muito crente na religião católica, e em tudo quanto é religião, e eu achava que naquela época tudo nós se interessávamos Eu tirava o chapéu pros filhos do Alamiro, eles ajudavam muito nós lá na igreja, na comunidade, na parte religiosa, eram uns rapazes bem ativos na religião. Mas isso é muito da criação do filho<sup>96</sup>.*

Atualmente, a festa do padroeiro representa um referencial identitário para os moradores. A festividade de São José, por exemplo, é regada à comida e à bebida. Os pratos típicos da região são preparados pelas mulheres para serem vendidos nas barracas construídas para esse fim; quanto à bebida, a cerveja e o refrigerante são comercializados no bar, que funciona no centro comunitário, sem falar na música que alegria o ambiente. Essas práticas devem ser problematizadas também como momentos em que se socializa situações econômica diversas entre os comunitários. Havia diferenças sociais na comunidade que influenciavam a capacidade de mobilização para a distribuição de donativos para essas festas, tanto quanto a educação e relação em ambiente familiar. Certamente a experiência de muitos nessas ocasiões era a de contato com uma fartura de alimentos que não conheciam no seu dia a dia, fortalecendo-se, de dentro de seus modos próprios de vida, pressupostos tradicionais de festas religiosas, como as do Espírito Santo, mas também de luta, a

---

<sup>96</sup> João Magalhaes, natural de Parintins, 80 anos. Entrevista concedida em 28/11/2014, na comunidade Santíssima Trindade do Laguiño, Assentamento rural de vila Amazônia.

exemplo dos adjutórios observados nas resistências pelos empates no Acre<sup>97</sup>, evidenciando que não apenas em um único dia, ou dia de festa, se deve ser viabilizado comer, vestir e viver em liberdade, e brincadeira, na companhia das crianças, coroamento da esperança no futuro, mas sim ao longo de toda uma vida, em todos os seus tempos e momentos.

Nos dias de festa, a comida e as roupas são especiais, diferentes das usadas no dia a dia. Homens e mulheres preparam-se, sendo este um momento de trocas afetivas, de solidariedade e de comunhão. A decoração do terreiro e da igreja fica sob a responsabilidade preestabelecida para algum membro da comunidade.

Porém, segundo relatos dos antigos moradores, também as festas em devoção aos Santos vêm sofrendo mudanças significativas.

*hoje em dia esse pessoal não quer mais saber disso, chega numa festa, só já querem saber de bebida, tu não vê uns jovens dentro da igreja, tu vê alguns jovens ali, pelo mato, escondido tomando pinga, cheirando colo, cheirando uma droga, sei lá mas dentro da igreja mesmo é difícil<sup>98</sup>.*

Nos relatos de homens e mulheres das comunidades do Laginho, percebe-se a existência de conflitos entre gerações, entre os mais velhos e os jovens, uma vez que estes convivem com a introdução de novos elementos no seu cotidiano. Seu Magalhães afirma que o desinteresse dos jovens sobre o passado, sua cultura e tradição, é, sobretudo, pelo contato com a televisão, e o hábito cada vez mais prematuro do consumo de bebidas alcoólicas. Neste caso, o conflito está na negociação entre o grupo daquilo que muda e o que permanece como tradição, entendida essa, pela visão historiográfica que seguimos, não como algo imóvel ou estático, mas como “processo ativo”, onde certos significados e práticas são realçados, e outros, no entanto, são negligenciados, elegendo os elementos que farão

---

<sup>97</sup> Conf. ANTONACCI, Maria Antonieta. Cultura, trabalho, meio ambiente: estratégias de “empate” no Acre. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA – Órgão da Associação Nacional de História (Ex-Associação Nacional dos Professores de História) - São Paulo. ANPUH/Marco zero, vol. 14, nº 28, 1994.

<sup>98</sup> João Magalhaes, natural de Parintins, 80 anos. Entrevista concedida em 28/11/2014, na comunidade Santíssima Trindade do Laginho, Assentamento rural de vila Amazônia.

parte do “processo de identificação social e cultural” do grupo (WILLIAMS, 1979)<sup>99</sup>. Contudo, a correlação de forças nesse meio é bastante desigual, quando os interesses comerciais da propaganda midiática, bem como as injunções de exploração social do trabalho, arrastam grupos mais vulneráveis para o estreitamento de perspectivas, como as que o álcool impõe, momento em que a exclusão da juventude de políticas públicas direcionadas a essa faixa etária mostra a sua face mais cruel<sup>100</sup>.

---

<sup>99</sup> WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1979. p. 118-119

<sup>100</sup> Apenas muito recentemente, pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, foi instituído no país o Estatuto da Juventude, dispendo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Resultado da luta histórica desse grupo social por direitos, evidencia essa nova legislação, contudo, o quanto ainda é preciso caminhar por amplos direitos para os jovens, sobretudo num estado que é fronteira de tráfico de pessoas, tendo na juventude o seu principal alvo.

## **CAPÍTULO 3**

### **DESAPROPRIAÇÃO E REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL NA VISÃO DOS TRABALHADORES RURAIS**

*“e agora nós somos assentados”*

(Fernando Carvalho, 52 anos, morador da comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro)

Estudaremos então a partir de agora a implantação do assentamento rural de Vila Amazônia por um novo prisma, que vai além da visão estatal, na busca para entender o assentamento pela ótica dos trabalhadores rurais que vivenciaram diretamente a passagem dos posseiros aos assentados.

#### **REFORMA AGRÁRIA: UM NOVO MOMENTO DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL EM VILA AMAZÔNIA**

Em 1987, o então Presidente da República, José Sarney, sanciona o decreto nº 94.969, de 25 de setembro, que “declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado Vila Amazônia, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Parintins, no Estado do Amazonas, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária”. A partir de então dá-se início a um processo de expropriação de terras de posseiros da região para a construção do maior processo de assentamento rural da região.



A quilômetros de distância de Brasília, trabalhadores rurais moradores da região de Vila Amazônia não imaginavam as mudanças que o acima citado decreto lhes imputaria em seu cotidiano, bem como o valor que os mesmos incorporariam a terra como meios de sua sobrevivência. Na prática, o decreto representou para muitos trabalhadores a passagem de posseiros a assentados tendo o Estado Brasileiro como seu “tutor legal” e provedor de um progresso que na visão estatal, a região há tempos necessitava.

Na realidade, a grande maioria dos moradores das Comunidades de Vila Amazônia, incluindo as Comunidades de Santíssima Trindade, São José e Perpétuo Socorro do Laguinho, sequer sabiam o que era um assentamento rural e quais mudanças a implantação de um assentamento na região poderiam influenciar no cotidiano, ao ponto de a notícia ter sido recebida com surpresa por boa parte dos moradores:

*Eu lembro, que eu nem sei direito como ficamos sabendo que isso aqui tinha virado um assentamento, se eu te contar que eu não sabia nem o que era assentamento (risos), eu me lembro que eu tava na minha casa quando o Raimundo (Rocha) veio com uma conversa de uma reunião com um cara do INCRA, ai nos fomos ver, né? o cara explicou que realmente tinha virado assentamento e que nós tinha virado assentado (...) parece que foi em 88 que chegou os primeiros técnicos do INCRA pra cá... Que vieram cortar as terras, começar a medir e a demarcar... Esse terreno fazia fundo com 1500 metros, aí meteram a faca aí, saíram cortando e agora tem 200, 370 metros mais ou menos, diminuíram de todo mundo, que quisesse de sobreviver que se virasse. Então... Só ganha quem tem dinheiro, se o cara não tiver dinheiro pra comprar com terreno<sup>101</sup>.*

João Magalhães só descobriu a metragem do terreno a partir da medição do INCRA, já no processo da reforma agrária nos anos 90. A fala também sugere que seu João sentiu que a chegada do INCRA representou um novo momento para

---

<sup>101</sup> João Magalhães, natural de Parintins, 80 anos. Entrevista concedida em 28/11/2014, na comunidade Santíssima Trindade do Laguinho, Assentamento rural de vila Amazônia.

aqueles que habitavam no Laguinho há anos. Com o INCRA, não só o Laguinho, mas a Vila Amazônia vira um assentamento rural, coisa que o mesmo não tinha sequer conhecimento do que viria a ser– “*se eu te contar que eu não sabia nem o que era assentamento*” – indicando que novas maneiras de lidar com a terra estavam despontando, novos termos (assentamento, assentados) que tentavam delinear novos perfis de trabalhadores.

Seu Magalhães também nos dá pistas sobre o impacto inicial que a chegada do INCRA trouxe para a região. A total falta de informação sobre o tema nos mostra a maneira que o assentamento foi gerido. Negligenciar a participação dos trabalhadores é negar-lhes o direito de decidir sobre quais rumos tomar em seu futuro. Mas afinal, o que viria a ser esse assentamento rural do qual Magalhães desconhecia o conceito?

Podemos entender como assentamento rural a transferência e a alocação de determinado grupo de famílias de trabalhadores rurais sem-terra (ou com pouca terra) em algum imóvel rural específico, visando a constituição de uma nova unidade produtiva em um marco territorial diferenciado<sup>102</sup>. No entanto, o caso do Assentamento Rural de Vila Amazônia foge do conceito acima citados. Podemos afirmar que houve um “assentamento às avessas”, algo imposto pelo poder estatal para legitimar uma ordem social preestabelecida sem levar em consideração os indivíduos que habitavam há décadas a região.

*Então nós fomos saber que o INCRA chegou lá em 1986, 87, 89. Em 86 começaram a fazer o estudo, em 87 houve o processo de desapropriação e o decreto lei que tornou realmente foi em setembro de 87. Então a partir daí, 88, o INCRA começou a andar por aqui e fazer algumas reuniões e explicar pras pessoas o que era o assentamento rural, então pegou o pessoal meio no susto<sup>103</sup>.*

---

<sup>102</sup> CALDART, Roseli Salete (org.) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

<sup>103</sup> Raimundo Rocha, 45 anos, antigo morador da Comunidade N. Sra. Do Perpetuo Socorro do Laguinho. Entrevista realizada em 23/01/2015

O acúmulo de terras não é algo novo na história do Brasil e tem sido marcado pela presença brutal da grande propriedade latifundiária, com expropriação do pequeno produtor rural, também na região estudada, com o esbulho de direitos por grandes proprietários grileiros de terras, do Amazonas e do oeste do estado do Pará. A proposta de assentamentos rurais surge então como contrapartida do poder estatal para assegurar a posse da terra aos trabalhadores rurais, em detrimento da ameaça da grilagem de terras por latifundiários da região.

O processo de construção de um assentamento rural na região de Vila Amazônia começou antes do decreto nº 94.969 e se deu principalmente, pelo aumento da especulação fundiária, sobretudo na década de 70, com o surgimento de grandes projetos implantados pela ditadura civil-militar.

Vale ressaltar que o assentamento foi implementado em um período da história brasileira que se buscava “integrar” a Amazônia com o uso de projetos desenvolvimentistas que muitas vezes não levavam em consideração as peculiaridades e especificidades da região, tanto no que diz respeito ao ambiente como acerca da população. As políticas de integração nacional e desenvolvimentistas atuaram no sentido de modificar o processo cultural de apropriação de terras na região, na qual trabalhadores rurais auto intitulados “pobres” pelo estado, se apossavam de áreas não utilizadas<sup>104</sup>.

A Reforma Agrária em Vila Amazônia pode ser analisada a partir de múltiplos sentidos constituídos pelos sujeitos sociais nela envolvidos. Na Gleba de Vila Amazônia, o processo de Reforma Agrária incidiu numa área de ocupação tradicional, na qual moravam muitas famílias há gerações na condição de posseiros ou pequenos proprietários, na região do Laginho em especial, muitas famílias haviam passado pelo processo de deslocamento das áreas de várzea para a terra firme, um exemplo são os casais de trabalhadores Eunice Rocha e Arinos Carvalho, Diva Albuquerque e Alamino Carvalho entre outras (citadas nos capítulos anteriores). Ainda na década de 70 iniciou-se a formação de grandes fazendas na região.

---

<sup>104</sup> MEDEIROS, Mônica Xavier de, De posseiros a assentados: ordenações territoriais e vivências de moradores em Vila Amazônia (Parintins/AM). Disponível em: <http://www.eventos.faed.udesc.br/index.php/tempopresente/tempopresente/paper/view/149> . Acesso em: 15/10/2013.

Entretanto, é inevitável questionar, houve alguma contrapartida por parte do governo ou alguma compensação governamental para com os expropriados?

Entraremos em uma questão delicada. Houve indenizações, milionárias inclusive. Entretanto, os antigos moradores sequer viram a cor do dinheiro entregue a terceiros, indivíduos que se intitulavam donos das terras que formavam a região. A indenização foi paga somente a duas pessoas, conhecidas na região apenas como Abreu e Miranda.

Assim, a desapropriação de 78.270 hectares, área correspondente ao Assentamento Rural de Vila Amazônia, foi objeto de uma ampla investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI de grilagem de terras públicas no estado do Amazonas) criada em 2000 pela câmara dos deputados em Brasília. Consta do relatório final desta CPI que em 04/12/1986, uma comissão de avaliação criada para vistoria do imóvel Vila Amazônia pelo INCRA indicou à superintendência do órgão esta área como sendo prioritária para a Reforma Agrária e sugeriu que ali fossem assentadas 1.308 famílias, além do valor indenizatório que valeria CZ\$ 7.543.426 (sete milhões quinhentos e quarenta e três mil e quatrocentos e vinte e seis cruzados, aproximadamente quinhentos mil reais). O advogado dos expropriados sugeriu ao Ministério da Reforma Agrária uma contra proposta no valor de CZ\$ 313.120.000,00 (trezentos e treze milhões e cento e vinte mil cruzados vinte e cinco milhões de reais). Na época, construiu-se um movimento na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa do Amazonas, com documentos solicitando a “celeridade consensual” no processo de desapropriação de Vila Amazônia<sup>105</sup>.

Em 19/01/1988, o ministro Jader Barbalho autorizou a celebração do acordo de indenização no exato valor feito na contraproposta dos expropriados, inclusive com prazo de quatro anos para o resgate da dívida assumida pelo Estado<sup>106</sup>. De acordo com os deputados da CPI:

---

<sup>105</sup> Na Câmara Federal, esse pedido de “rapidez” para o processo de desapropriação foi encabeçado pelo Deputado Ézio Ferreira (PFL/AM), José Dutra (PMDB/AM), Francisco Benjamim (PFL/BA), José Lourenço (líder do PFL), Amaral Netto (líder do PDS) e Bonifácio de Andrada (Vice líder do PDS). Partidos (PFL, PMDB, PDS) historicamente ligados ao latifúndio e ao agronegócio.

<sup>106</sup> Em 19.01.1988 é assinado pelo Ministro Jader Barbalho a Portaria/MIRAD/Nº045/88 que autoriza o acordo de indenização para o processo de desapropriação do imóvel Vila Amazônia, cujos títulos (TDAs – títulos da dívida agrária) deveriam ser assim emitidos: 50% no 2º ano, 30% no 3º ano e 20% no 4º ano.

“A proposta dos expropriados foi integralmente aceita. Inclusive os prazos para os resgates das TDAs. Isso remete a um processo anteriormente analisado referente a uma representação contra Jader Barbalho, onde um dos pontos colocados é o fato do então ministro sempre pagar os TDAs antes do prazo máximo que a lei possibilita, 20 anos, facilitando sempre a situação dos expropriados.

Este caso, portanto, é mais uma evidência de que procedimentos foram adotados para favorecer os interesses de particulares em detrimento dos interesses da União, visto que pelos indicadores dos processos, as TDAs foram resgatadas em 4 (quatro) anos, enquanto poderiam ter sido num período de 20 (vinte) anos.<sup>107</sup>

Então foram detectados por esta CPI, várias irregularidades a respeito da desapropriação. Uma delas foi o superfaturamento do valor inicial sugerido pelo INCRA. O valor autorizado pelo ministro Jader Barbalho foi cerca de 50 vezes o valor original. Além disso, na área indenizada aos dois proprietários, já existiam mais de 800 proprietários que possuíam título definitivo das propriedades. Há ações de usucapião sobre 38 dos 78.000ha, com parecer favorável do juiz de Parintins. Por conta desses problemas, o INCRA não chegou a assentar nem 1/3 da área.

O parecer final da CPI da grilagem aponta inúmeras irregularidades no processo de desapropriação que apontam para crimes contra a União, contudo, os grandes prejudicados foram os próprios moradores que sofreram um processo de expropriação de suas terras por parte do estado para benefício de terceiros:

*Isso que eu estou falando, quando o Incra chegou a desapropriação foi ilegal, quando o INCRA chegou as famílias que já moravam aqui, muito antigas, nunca conheceram esse Abreu e esse Miranda que se diziam donos da terra, né? então, quer dizer, as famílias que eram pra receber indenização pelas terras que foram desapropriadas, que era deles que eles já habitavam aqui faz séculos, então isso foi uma dificuldade que teve, que dizer, algumas áreas que eram grandes ficaram reduzidas em pequenos lotes...<sup>108</sup>*

---

<sup>107</sup> Relatório Da Comissão Parlamentar De Inquérito Destinada A Investigar A Ocupação De terras Públicas Na Região Amazônica p 52/3

<sup>108</sup> Raimundo Rocha, 45 anos, antigo morador da Comunidade N. Sra. Do Perpétuo Socorro do Lagunho. Entrevista realizada em 23/01/2015.

Raimundo Rocha, 45 anos, casado, residente da cidade de Parintins, filho de agricultores, vivenciou o processo de formação do assentamento rural de Vila Amazônia como morador e presidente da associação de moradores da comunidade nossa senhora do Laguinho. Ao ser questionado sobre os fatos que sucederam à implantação do assentamento, enfatiza:

***Raimundo:** o governador do Estado era o Enoque Reis na época, tinha uma secretaria de terras aqui que lavrou o título de todos esses terrenos cada um para o seu devido dono. Depois com a desapropriação, essas terras, esses títulos, segundo eles, se tornaram inválidos, porque não era terras do estado, portanto o Estado não tinha como titular essas terras, eram terras de terceiros que foi vendida pra União. As chamadas famílias Abreu e Miranda, que a gente não sabe se morou em Parintins e o que a gente sabe é que tem residência em Belém e no Rio de Janeiro. Receberam uma indenização monstruosa pela área da Vila Amazônia que consta no processo é que era apenas 78 hectares e lá por Brasília, com os aliados, saquearam os cofres da nação criando a chamada aumento consensual da área que passou de 78 hectares pra 78 mil hectares de terras. Então foi pago uma quantidade que eu não sei calcular hoje quanto seria, mas foi milionária essa indenização e quem se beneficiou na verdade não sei se foi só a família Abreu e Miranda.<sup>109</sup>.*

Raimundo explica também com detalhes o processo de expropriação de terras sofrido pelos trabalhadores rurais não apenas do Laguinho, mas de todas as outras comunidades a região de Vila Amazônia.

É curioso observarmos o discurso de Raimundo em relação à expropriação das terras. Segundo Raimundo, boa parte dos moradores que ali viviam já possuíam o título definitivo expedido pelo governo do estado, ainda na década de 70. Porém, um fator observado por Raimundo, como já dito mais acima, é que os títulos foram lavrados ignorando a lei 6.383/76. Essa lei discrimina a posse de terras devolutas

---

<sup>109</sup> Raimundo Rocha em 23/01/2015

como pertencentes à união e sob responsabilidade do, então, recém criado Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Em outras palavras, mesmo que as terras fossem realmente devolutas, o Estado não poderia lavrar título de terra que não lhe pertencia, isso legitimaria o discurso do estado no processo de expropriação de terras sofrida pelos trabalhadores rurais com a desapropriação de seus terrenos para fins de reforma agrária.

Contudo, o surgimento de dois supostos donos das terras com documentos comprobatórios reconhecidos em cartório fez com que a União pagasse uma indenização milionários aos proprietários. A CPI da Grilagem de Terras na Amazônia, investigou o processo de desapropriação das terras e constatou graves irregularidades principalmente no que se diz respeito aos valores pagos e o fato de não serem levados em consideração a existência de famílias que ocupavam a área por anos e que também possuíam documentos que comprovavam a posse.

**Ananias:** *houve alguma indenização para os trabalhadores?*

**Raimundo:** *Nenhum, essas áreas já haviam sido ocupadas por famílias que há anos, Laguinho e outras comunidades por tantas outras pessoas, essas famílias já moravam, antes do assentamento, então essa pessoas tinham documento, mas como foram mudando os instituídos de terras nacional, essas pessoas quando foi a desapropriação pela falta de comunicação, pela falta de informação acabaram sendo passado pra trás, até porque foi um cartório de Óbidos que disse que esses cidadãos (Abreu e Miranda) eram donos dessa terra. Então, nessa época essas famílias não foram procuradas, não foram consultadas, elas nem sabiam, foi feito tudo meio às escondidas, então essa pessoas tiveram prejuízo imenso, porque tinham pessoas que tinham áreas maiores e não foi levado em consideração o direito que elas tinham de há muito tempo elas moravam lá, antes de 75 já tinha gente morando lá<sup>110</sup>.*

---

<sup>110</sup> Raimundo Rocha, 45 anos, antigo morador da Comunidade N. Sra. Do Perpétuo Socorro do Laguinho. Entrevista realizada em 23/01/2015.

Esse depoimento reforça a tese de que os grandes prejudicados no processo de implantação do assentamento rural foram os próprios trabalhadores.

Ainda no final da década de 1980, boa parte dos trabalhadores rurais que havia se deslocado da várzea para a terra firme na década de 70, já tinha se estabelecido na região, agrupando-se em comunidades e se organizando em forma de associação de moradores. Muitos, inclusive, já haviam lavrado o título definitivo do terreno, viviam alicerçados pela ajuda mútua ilustrada pela prática dos puxiruns, trabalhavam na terra e lutavam por melhorias em suas condições de vida. Com a implantação do assentamento, uma nova forma de ordenamento populacional iniciou-se, dessa vez não somente de trabalhadores vindo das várzeas, mas, sobretudo, por indivíduos vindos de outras regiões, que ao terem conhecimento da implantação de um assentamento rural na região, resolveram deslocar-se para a região em busca de novas formas de sobrevivência. Esse novo momento histórico de ordenação territorial torna-se fácil de compreendermos se analisarmos a propaganda governamental da época.

Analisando os relatos orais coletados pela historiadora Mônica Xavier<sup>111</sup>, que também estuda o processo de implantação do assentamento rural de Vila Amazônia, podemos compreender o novo momento histórico pelo qual a região estava passando.

Júlia Cursino tem 41 anos e nasceu na comunidade de Aparecida no Lago do Miriti (na Gleba de Vila Amazônia), que fica a cerca de uma hora por estrada da sede Santa Maria de Vila Amazônia. Atualmente, pode-se chegar à comunidade por estrada ou via fluvial. Apesar de ter nascido no Miriti, Júlia mora na sede (Santa Maria), onde é presidente da Associação de Moradores de Vila Amazônia. Iniciou sua militância nos movimentos de base da Igreja Católica (CEBs e Pastorais). Posteriormente, participou como vice-presidente e depois presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parintins, na CONTAG, CUT e PT. Quando questionei sobre o processo de Reforma Agrária em Vila Amazônia, Júlia ressaltou sobre a chegada de novas famílias:

---

<sup>111</sup> MEDEIROS, Mônica Xavier. Para roubar a terra, tornar invisível quem vive nela: A produção da subalternidade na apropriação de terras em Parintins (AM). Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente, Florianópolis, SC, 13 a 15 de outubro de 2014.



*Olha foi, não tantas pessoas, porque quando as pessoas começaram a ouvir que estavam dando terras aqui na região e tudo, algumas famílias vieram do estado do Pará, foram praticamente umas cinco ou seis famílias [no Miriti], mas chegaram, e como também ainda tinha terra bastante essas famílias ficaram e aqui moram até hoje ainda, estão na comunidade. Então foi assim e a partir dos anos já de 94, 95, 96, que foi esse período e o próprio INCRA também trouxe aqueles benefícios, o projeto das casas, do projeto (...), que era dos alimentos, né... E dos projetos da habitação, então as famílias, elas não sabiam como é que era exatamente, quem ficou cadastrado como assentado ficou como assentado, quem não tinha terra ficou sem terra. Então se a senhora for fazer uma pesquisa nas comunidades, a senhora vai ver que tem muitas famílias que mora na comunidade e que não tem terra, cada dia que passa, se multiplica”<sup>112</sup>.*

Esse trecho da narrativa de Júlia coloca de maneira enfática como as novas formas de ordenamento territorial interagem com as formas tradicionais de apropriação de terras na região. Podemos comparar como Júlia interpreta esse tempo com o enredo de seu Arinos (estudado no primeiro capítulo), que nos coloca que com o casamento e a necessidade de sustentar sua família por meio da plantação de roça, fez com que ele procurasse outras áreas de terra na região. Arinos juntou-se com membros de sua comunidade e formou uma colônia agrícola (em sistema de puxirum, ou seja, trabalho coletivo. Assim delimitaram uma área de terra firme - que era, em sua visão, devoluta - desmataram e dividiram os lotes sem intervenção de nenhum órgão estatal). Nesse tempo, a quantidade de terras devolutas permitia que a partir do crescimento das famílias e da comunidade houvesse a apropriação de uma nova área de trabalho. Entretanto, atualmente com o INCRA, isso é inviável, pois todas as áreas da região já possuem proprietários. Dessa forma, não é mais possível reunir os comunitários e em sistema de puxirum conseguir novas terras, é preciso comprá-las.

Com isso, a terra efetivamente virou mercadoria e para as famílias de agricultores pobres, a mercantilização do terreno pode fazer com que as novas famílias que se formam tenham como campo de possibilidade a alternativa de serem

---

<sup>112</sup> MEDEIROS, Mônica Xavier. Op. cit.

mantidos nas terras de parentes (enquanto a produtividade do terreno assim permite) ou ir para a cidade, o oposto do que se espera num projeto de reforma agrária.

Em relação aos novos sujeitos que chegaram nesse segundo momento, Raimundo nos ajuda a compreender o modo como a propaganda governamental agia com o objetivo de povoar a região e alcançar um desenvolvimento capitalista:

*Essas pessoas foram levadas pra lá motivadas pela propaganda do governo de ter desapropriado, que a reforma agrária ia chegar que iria melhorar a vida das pessoas e também desse momento houve a desativação da juta, que era a grande economia da várzea. Então hoje o assentamento é formado, todo assentamento praticamente na maioria por pessoas que deixaram as suas áreas de várzeas<sup>113</sup>.*

### **ONDE ESTÃO OS TRABALHADORES? A PRODUÇÃO DA SUBALTERNIDADE NA APROPRIAÇÃO DE TERRAS**

A Reforma Agrária, num país marcado pelo latifúndio e atualmente pelo agronegócio como o Brasil, é uma bandeira dos movimentos sociais. Encarada positivamente como uma forma de empoderar o trabalhador rural<sup>114</sup>. Porém, é

---

<sup>113</sup> Raimundo Rocha, 45 anos, antigo morador da Comunidade N. Sra. Do Perpetuo Socorro do Lagunho. Entrevista realizada em 23/01/2015

<sup>114</sup> MEDEIROS, Mônica Xavier. Para roubar a terra, tornar invisível quem vive nela: A produção da subalternidade na apropriação de terras em Parintins (AM). Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente, , Florianópolis, SC, 13 a 15 de outubro de 2014

importante que esse processo seja construído levando em conta os sujeitos sociais que se pretende atingir, ou seja, os próprios trabalhadores rurais.

*Fazer uma Reforma Agrária, no meio da Floresta Amazônica, sem conhecer a terra é um desafio grande até pro próprio governo, pros pesquisadores que apontaram essa região como área de reforma agrária, quer dizer, derrubar floresta foi um grande prejuízo pra natureza<sup>115</sup>*

De fato, fazer uma reforma agrária na Amazônia é um desafio que ainda vivenciamos. Nas palavras dos próprios trabalhadores, o INCRA pouco fez desde que assumiu o controle da região. Questões como o desmatamento e a especulação fundiária ainda são problemas notórios:

*Hoje na Gleba de Vila Amazônia tem 60 comunidades, cerca de 2.366 famílias existente, então imagina se cada família dessas derrubar 3 hectares por ano, né?! o prejuízo é imenso. Então, segundo pesquisa da EMBRAPA<sup>116</sup> mais de 60% da área de floresta nativa do assentamento já foi desmatada, então há uma preocupação de tentar restaurar as áreas que já foram degradadas*

*(...) além do mais, é fácil de ver fazendeiro dando em cima do pequeno produtor para tomar as terras*

*Ei Ananias, tudo isso aconteceu, porque o INCRA assumiu, assumiu e disse que ele era o responsável, mas o INCRA não tinha nenhum funcionário pra resolver esse tipo de situação, né? Quando tem essas brigas, é a comunidade, é la pelo promotor que não é papel do promotor,*

---

<sup>115</sup> Raimundo Rocha, 45 anos, antigo morador da Comunidade N. Sra. Do Perpetuo Socorro do Laginho. Entrevista realizada em 23/01/2015

<sup>116</sup> EMBRAPA é a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

*é papel do INCRA, então é a ausência do INCRA que causa todas essas polemicas<sup>117</sup>.*

A distância física existente entre a sede do INCRA, localizada em Manaus, e o assentamento rural, dificulta o diálogo entre o órgão e os assentados, o que nos leva a questionar se houve a implantação do assentamento de fato, ou apenas uma ordenação território em uma área já habitada anteriormente.

*O INCRA deixou a desejar, porque o INCRA teve escritório aqui por dois anos só depois foi embora, o assentamento vai fazer vinte e sete anos de existência, o INCRA teve escritório só dois anos aqui e vem funcionário periodicamente às vezes que faz muito tempo que ninguém é visitado por ninguém, eu digo assim, eu tenho um filho, então eu sou responsável pelo que acontecer com aquela pessoa, né, então nós somos clientes do INCRA, somos mandados pelo INCRA, nós vevi pelo INCRA, então, porque que o INCRA não foi responder por mim?*

Uma das contrapartidas propostas pelo INCRA era a de conceder crédito habitacional para os moradores assentados na região, além de apoio técnico para o melhoramento da produção.

Em matérias do jornal Novo horizonte, informativo ligado à diocese de Parintins, vimos que de fato esse crédito de habitação foi implantado.

### **Parceiros da Gleba da Vila Amazônia recebem Crédito Habitação**

Uma equipe do INCRA esteve em nossa cidade para a liberação de recursos destinados à construção de residências dos produtores rurais assentados na Gleba Vila Amazônia. Cerca de duzentas famílias

---

<sup>117</sup> Raimundo Rocha, 45 anos, antigo morador da Comunidade N. Sra. Do Perpétuo Socorro do Laguinho. Entrevista realizada em 23/01/2015.

foram contempladas com o crédito que paralelamente será destinado ao fomento e alimentação. O Conselho de Assentados da Gleba Vila Amazônia (COAGVA) está pleiteando novos recursos junto ao Governo Federal para beneficiar os produtores que possuem suas propriedades rurais no Estado do Amazonas e parte do Estado do Pará, principalmente os produtores da região do lado do Murituba até a região da Comunidade da Sabina. Segundo o coordenador do Conselho, Raimundo Carvalho, todos os levantamentos já foram feitos e a Superintendente Regional do Incra através do Dr. Jorge Tasso garantiu que estes produtores também serão beneficiados.<sup>118</sup>

### **Recursos são entregues pelo INCRA**

No início de dezembro de 95, estive em Parintins, trazendo recursos para 150 famílias do projeto “Assentados da Gleba de Vila Amazônia”, uma equipe do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no montante de 126 mil Reais, destinando 840 Reais para cada família. O conselho realizou um trabalho sério junto com a equipe do Incra na escolha dos beneficiados, e segundo avaliação dos integrantes do órgão, esse foi um dos melhores trabalhos já realizados em parceria com o Conselho da Gleba. No dia 03 de dezembro, mostrando força e a união que promovem o trabalho, o Conselho dos Assentados conseguiu reunir cerca de 300 trabalhadores no Parque das Castanholeiras, sendo coordenados pelos Srs. Ivan Natividade, Raimundo Rocha, Arthur Ferreira, Sebastião Baraúna e Sérgio Muniz.<sup>119</sup>

Os textos acima dizem respeito à concessão de crédito habitação e produção concedido pelo INCRA aos moradores da Região. Em relação ao auxílio técnico, Fernando Carvalho nós confia uma estratégia utilizada por muitos trabalhadores rurais:

*Primeiro que porque naquela época, não só naquela época, hoje continua tendo o mesmo problema, mas naquela época a situação ainda era pior, em relação ao fomento pra produção, como nós não temos assistência técnica na área rural, os empréstimos bancários deixam de ser empréstimos bancários, passam a ser dívidas rurais, por que não temos*

---

<sup>118</sup> Jornal Novo Horizonte (29/05/1994) p. 5

<sup>119</sup> Jornal Novo Horizonte (21/01/1996) p.6

*orientação técnica. Então a melhor maneira de se combater esse sistema perverso que aí está é exatamente organizar os trabalhadores para que a gente possa procurar nossa independência, e só de forma organizada a gente conseguir isso, se não for, jamais.*

De fato, boa parte dos empréstimos concedidos aos assentados não eram quitados na sua totalidade, transformando-se no que Fernando chama de dívida rural. Os trabalhadores, muitas vezes sem o auxílio técnico necessário para produzir em média escala, acabam acumulando dívidas com os bancos, contraídas por meio de empréstimos, empréstimos esses concedidos através de linha de créditos a assentados por meio de programas como o PRONAF<sup>120</sup>. Ainda sobre esse programa de apoio à produção da agricultura familiar é preciso observar a discricionariedade dessas políticas pelos próprios municípios, eventualmente levando a desvirtuamentos do seu planejamento, como a redução de recursos previstos, e consequente endividamento.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um programa da Secretaria da agricultura familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário que financia com juros baixos atividades produtivas no meio rural que gerem renda ao agricultor familiar, sendo atendidas famílias agricultoras, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas. Dentro do PRONAF existe uma linha de crédito que atende especificamente assentados da Reforma Agrária.

O assentamento Rural de Vila Amazônia envolveu vários aspectos que não se limitam a simples desapropriação das terras e implantação do assentamento propriamente dito. A implementação de um projeto rural para a região pressupõe o

---

<sup>120</sup> PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Entre 2002/2003 e 2015/2016 os investimentos destinados ao Programa saíram da faixa dos 2,3 bilhões para ultrapassar 28,9 bilhões de reais. Trata-se de programa complexo de crédito que envolve custeio, investimento, comercialização, beneficiamento/industrialização da produção familiar em meio rural. Importante frisar que a sua efetiva aplicação não está desarticulada de pressões, condições próprias de apoio e disputas regionais, quando a proposta pode ser desvirtuada por perspectivas de dificuldades, inclusive políticas, eventualmente existentes em cada lugar. Daí os relatos e opiniões divergentes em muitas regiões do país, chegando mesmo a valores muito distantes do teto estipulado pelo Programa para custeio da produção, acarretando, portanto, riscos maiores para o produtor, podendo levar a endividamentos e consequente inadimplência, realidade então recuperada em processos históricos de explorações e divisão de classes. Sobre o PRONAF, cf. site do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.mda.gov.br>. Acesso em: 15.03.2016.

desenvolvimento de uma série de políticas que teriam como objetivo o desenvolvimento econômico das famílias assentadas. Medidas como a construção de estradas, financiamento através do crédito rural, compra de uma balsa ligando a sede de Vila Amazônia (comunidade de Santa Maria) a Parintins e, mais recentemente, foi implantado na região o programa federal Luz Para Todos levando energia elétrica além da implementação do programa bolsa família.

O comunitário Raimundo Rocha nos ajuda a compreender as políticas públicas destinadas aos assentados. Quando perguntado sobre tais medidas Raimundo é enfático:

*Que eu me lembro tem algumas políticas de reforma agrária que são alguns créditos fomento, habitação, alimentação que foram dados pelo INCRA, e o governo federal que implantou os créditos de custeio da agricultura familiar o chamado Pronaf. Então são os benéficos e algumas... O Luz para Todos que chegou agora recentemente com o Lula, Bolsa Família, o Água para Todos que está previsto chegar. Essa medidas são pontuais, a maioria das comunidades tem seu próprio poço artesiano que foi feito pelos próprios comunitários sem qualquer ajuda do governo, só que essas comunidades, a maioria, não tem rede de distribuição e isso é um problema, a maioria das pessoas continua tomando água de beira de rio e da beira de igarapé de rio, riacho, córregos que existem dentro do assentamento.*

No entanto, a implantação das políticas acima citadas foram conquistas decorrentes dos próprios trabalhadores. Analisar as falas de sujeitos sociais que vivem em nas comunidades do Laguinho, ou em outras comunidades do assentamento rural de Vila Amazônia, que lidam com as políticas do INCRA e IDAM<sup>121</sup>, que obtiveram luz elétrica com o programa Luz para todos, ou aqueles para

---

<sup>121</sup> O Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) tem por objetivo promover assistência técnica às atividades agropecuárias, florestais, pesqueiras e agroindustriais das populações rurais na Amazônia. Em Parintins, há uma sede do IDAM que acompanha a produção desenvolvida pelo assentamento de Vila Amazônia, também é responsável pelo cadastro do produtor para obtenção de crédito rural.

os quais a energia elétrica ainda é apenas uma promessa, que recebem o Bolsa Família, que recebem, ou já receberam crédito rural para desenvolver sua atividade agropecuária, extrativa ou pesqueira, ou para aqueles que ainda não se enquadraram no perfil de agricultor preconizado pelo PRONAF, nos faz “perceber tensões nesses processos que explicitam as contradições e as lutas de classes existentes no social construindo caminhos alternativos de maneira a exigir de nós o reconhecimento de culturas em toda a sua pluralidade e diversidade”.<sup>122</sup>

Os trabalhadores e trabalhadoras das comunidades de Vila Amazônia que conhecemos e entrevistamos evidenciaram, de dentro das suas formas de vida e espaços de trabalho, a capacidade de organização e luta por sua cultura, saberes amplos adquiridos como prática política, apostando no seu direito de permanecer em suas terras, buscando revalorizar e reproduzir os seus costumes. Nessa trajetória, souberam criar estratégias próprias de solidariedade, inventando o seu futuro a partir da problematização crítica do seu presente, como sujeitos históricos que ensinam e dão medida de formas de participação social, seja organizadamente, seja fragmentariamente. É importante, portanto, refletirmos sobre a questão da Reforma Agrária na Amazônia a partir das experiências próprias os sujeitos sociais que historicamente habitam essa região, analisando suas práticas de luta como força organizadora do processo de formação das comunidades e implantação de assentamentos rurais, como o Assentamento Rural de Vila Amazônia.

---

<sup>122</sup> FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun (orgs). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2004. p.7.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em revalorizar as experiências de trabalhadores rurais significa respeitá-los enquanto indivíduos ativos no processo histórico.

Analisar o cotidiano é fundamental para a compreensão da dimensão em que a luta por melhorias de vida, por assim dizer, se articula dentro de modos próprios de vida, buscando também a revalorização de seus meios sociais de sobrevivência. Pelas narrativas orais dos trabalhadores, observamos traços significativos que possibilitam vislumbrar uma história até então marginalizada pelos discursos hegemônicos que analisam a história como linear. A análise de suas falas permite também vislumbrar uma dimensão viva da história, exposta em suas lutas diárias e na busca por melhores condições de vida.

A partir disso, o estudo sobre o cotidiano de luta de trabalhadores rurais, moradores das comunidades de Santíssima Trindade, São José e Nossa Senhora do Perpetuo Socorro do Laguinho, mostrou-se reveladora em vários aspectos. As comunidades, conforme exposto neste trabalho, sofreram um processo intenso de modificação espacial de seu território, que teve início na década de 1970, com a especulação fundiária oriunda dos grandes projetos governamentais para a região e que se intensificou nas décadas de 1980 e 1990, com a chegada do INCRA e a implantação do Assentamento rural de Vila Amazônia.

Na construção do trabalho, buscamos revalorizar as experiências de trabalhadores rurais, que, em muitos casos, se deslocaram de áreas alagadiças, estabeleceram-se em áreas de terras firmes, organizaram-se em comunidades alicerçadas por relação de parentesco e vizinhança e passaram por um novo momento de ordenação territorial proposto pelo INCRA.

As formas de organização sociais dos trabalhadores se revelaram como formas de resistência e um mecanismo para a articulação de forças em busca de

melhorias para a comunidade. Nesse sentido, é importante destacarmos as práticas como os puxiruns, constantemente relatadas nas falas dos moradores.

As experiências vivenciadas pelos moradores das comunidades os identificam como trabalhadores rurais, todos de uma cultura própria e de um passado de luta e resistência social.

A História Social, bem como a análise de narrativas orais de trabalhadores, ajudaram a pensar na problemática da pesquisa, pois percebemos como estes significam esse tempo de mudanças pautado pelo desenvolvimento de uma série de políticas públicas para a região, como a própria Reforma Agrária, fruto de um ordenamento territorial estatal.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. O que documenta a fonte oral: a ação da memória. In: Ouvir Contar. Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues. Trabalhadores do Muru, o rio das cigarras. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

ALMEIDA, Paulo Roberto; FENELON, Déa; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes; Muitas Memórias, Outras Histórias. São Paulo: 2004.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Dossiê história oral: Uma breve apresentação. Fênix Revista de História e Estudos Culturais. Uberlândia: UFU, v.2, ano II, n. 2, abr/mai/jun 2005.

ANTONACCI, Maria Antonieta. Reservas extrativistas no Acre e *biodiversidade*: relações entre cultura e natureza. Revista Projeto História, v. 18, São Paulo, PUC-SP, 1999.

\_\_\_\_\_. Cultura, trabalho, meio ambiente: estratégias de “empate” no Acre. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA – Órgão da Associação Nacional de História (Ex-Associação Nacional dos Professores de História) - São Paulo. ANPUH/Marco zero, vol. 14, nº 28, 1994.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento : o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec/UNB, 1987.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. – 3. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2004

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br).

CALDART, Roseli Salete (org.) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CANDIDO, Antonio. Os parceiros do rio bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

CASTRO, Josué. Geografia da Fome (o dilema brasileiro: pão ou aço). Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Conformismo e Resistência. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA, Francisca Deusa Sena. Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana. Trabalhadores urbanos em Manaus (1890/1915). Dissertação de Mestrado em História PUC-SP, 1997.

COSTA, Hideraldo Lima da. Cultura, Trabalho e Luta Social na Amazônia- Discurso dos viajantes, Século XIX. Manaus: Valer, 2014.

CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa. In: Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

CRUZ, Tereza Almeida. Mulheres da floresta do Vale do Guaporé e suas interações com o meio ambiente. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 913-925, setembro-dezembro/2010

\_\_\_\_\_ CRUZ, Tereza Almeida. Mulheres Trabalhadoras rurais em movimento: uma história de resistência. Vales do Acre e médio Purus/1988 – 1998. EDUFAC, 2010.

DE DECCA, Edgar. 1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. O direito à memória. Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/PMSP, 1992.

\_\_\_\_\_. Pátria Amada Esquartejada. Departamento do Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal de Cultura/PMSP, 1992

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun (orgs). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2004

FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 40, p. 27-51, jan-jun., 2009.

FIGUEIREDO, Nélia Maria Almeida (org.). *Método e Metodologia na pesquisa científica*, 3 ed., São Caetano do Sul, SP. Yendis, 2009

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade, DP&A Editora, 1ª edição em 1992, Rio de Janeiro, 11ª edição em 2006.

HOBBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. *Os trabalhadores. Estudos sobre a História do Operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque *1902 – 1982 – Raízes do Brasil*. 26ª. Edição, Editora Companhia das letras. São Paulo, 1995.

LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: Sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA*. Pará: UFPA, v.2, n.2, dezembro 1999.

LIMA, Deborah de Magalhães; ALENCAR, Edna Ferreira. Histórico da ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na várzea do Médio Solimões. In: TORRES, Haroldo; COSTA, Heloisa. *População e Meio Ambiente*. São Paulo: Editora Senac, 2000.

LINHARES, Maria Yedda. *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999,

LOUREIRO, Violetta Reflalefsky. *A Amazônia no século XXI. Novas fronteiras de desenvolvimento*. São Paulo: Editor Empório do Livro, 2009.

LOUREIRO, Violetta Reflalefsky. *Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir*. In *Revista Estudos avançados*. São Paulo v. 16, n. 45, 2002 p.107. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9872>

MARTINS, José de Souza. *O Poder do Atraso: ensaios de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MEDEIROS, Mônica Xavier de, *De posseiros a assentados: ordenações territoriais e vivências de moradores em Vila Amazônia (Parintins/AM)*. Disponível em: <http://www.eventos.faed.udesc.br/index.php/tempopresente/tempopresente/paper/view/149> . Acesso em: 15/10/2013.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 2006.

MENDONÇA, Sônia Regina de. “As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização”. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Campus, 1990

MINAYO, M. C. S.. “Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social”. in: MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 31. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MORISSAWA, Mitsue. *A História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Terra, Nação e Tradições Inventadas: uma outra abordagem sobre a Lei de Terra de 1850*. In: MOTTA e MENDONÇA. *Op. cit.*, 1998

NEVES, D. P..*O MEB – Movimento de Educação de Bases, a organização comunitária e a preservação ambiental* In: CONGRESSO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL – ALASRU, 7. Quito, Ecuador, 2006 decisão

NODA, Sandra do Nascimento. *Agricultura familiar amazonense: mobilidade e relações de trabalho na produção de juta e malva*. IN: WITKOSKI, Antonio Carlos;

FERREIRA, Aldenor da S.; HOMMA, Alfredo. K, Oyama; FRAXE, Therezinha de J.P. (org) A cultura de juta e malva na Amazônia Ocidental: sementes de uma nova racionalidade ambiental? São Paulo, Editora Annablume, 1985

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. De mocambeiro a cabano: Notas sobre a presença negra na Amazônia na primeira metade do século XIX. Terra das Águas: Revista de Estudos Amazônicos, v. 1, n. 1, p. 148-172, 1999.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A Mulher na Imprensa Amazonense, 1900-1950: algumas reflexões. XXVII Simpósio Nacional de História ANPUH.

\_\_\_\_\_. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A Cidade sobre os ombros. Trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925). Projeto História, São Paulo, 1998.

PORTELLI, Alessandro: O que faz a história oral diferente - in PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, SP, 1981.

\_\_\_\_\_. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. Projeto história, São Paulo, (14), fev. 1997.

\_\_\_\_\_. História Oral e Poder. Mnemosine Vol.6, nº2, p. 2-13 (2010) –Artigos - Conferência no XXV Simpósio Nacional da ANPUH, Fortaleza, 2009.

\_\_\_\_\_. O Momento da minha vida. As funções do tempo na História Oral. In: Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Olho d'água, 2014.

\_\_\_\_\_. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996

\_\_\_\_\_. "Tentando Aprender Um Pouquinho. Algumas Reflexões sobre a ética na História Oral": In Revista Projeto História n.º 15. , São Paulo: EDUC, 1997

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina. Belém: Editora Açaí, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: Rev. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989

\_\_\_\_\_, Michel. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.5,n.10, 1992.

PORRO, Antônio. O Povo das águas: ensaios de etno-história amazônica, Rio de Janeiro, Vozes, 1996.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Marcos. "A História e seus limites". *História & Perspectivas*. Uberlândia: 6: 59/65, jan/jun 1992. OBS.: republicado na *Revista da USP*. São Paulo: 33, mar/maio 1997

SILVA, Patrícia Rodrigues da. *Disputando espaço, construindo sentidos: vivências, trabalho e embates na área da Manaus moderna (Manaus/AM – 1967-2010)*. Tese de Doutorado, PUC-SP, 2011.

SILVA, Charlene Maria Muniz da .Mocambo, Caburi e Vila Amazônia no município de Parintins: múltiplas dimensões do rural e do urbano na Amazônia. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal do Amazonas, 2009.

SANTOS, José Vivente Tavares dos. *Matuchos: Exclusão e Lutas (do Sul para a Amazônia Ocidental)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: EDUSP, 2006.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de - *Aquirianas: mulheres da floresta na história do Acre* – Instituto de Pesquisa, Ensino e Estudos das Culturas Amazônicas – Rio Branco, 2010.

\_\_\_\_\_. *Varadouros da Liberdade: Empates nos modos de vida dos seringueiros de Brasília-Acre*. Tese de Doutorado. PUC-SP, 1996.



SOUZA, João Carlos de. Na Luta por Habitação: a construção de novos valores: São Paulo: EDUC, 1995.

THOMPSON, E.P. Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_Senhores e caçadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais 1ºed, SP: Atlas, 2008.

VELOSO, Monica Pimenta. “as Tias Baianas Tomam Conta do Pedaco... Espaço e Identidade Cultural no Rio de Janeiro”, Estudos Históricos, nº 6, 1990

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo, Maria do Rosário da Cunha Peixoto, Yara Maria Aun Khoury. A Pesquisa em História. 4ª. edição, 5ª. reimpressão. Editora Ática, São Paulo – SP, 2005.

WIGGERS, Raquel (org). Comunidades Rurais: Organização, Associação e Lideranças. Manaus, EDUA, 2012

WILLIAMS, Raymond. Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1979.

\_\_\_\_\_ O campo e a cidade : na história e na literatura. tradução Paulo Henriques Britto. — São Paulo : Companhia das Letras, 2011.

WITKOSKI, A.C. O Rio Negro (Não) Comanda a Vida: políticas de inclusão social nas comunidades de áreas de abrangência do projeto Piatam. IN: FRAXE, T.J.P.; PEREIRA, H.S.;

\_\_\_\_\_ Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: modo de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

## FONTES

### ENTREVISTAS

- Arinos Silva Carvalho, Natural de Parintins – Am, 85 anos. Concedeu entrevista ao autor em 25/06/2014 na comunidade Santíssima Trindade do Laguinho, Assentamento rural de Vila Amazônia.
- Raimundo Rocha, Natural de Parintins – Am, 48 anos. Concedeu entrevista ao autor em 23/01/2015 na sua residência na cidade de Parintins
- João Magalhaes,, Natural de Parintins – Am, 80 anos. Concedeu entrevista ao autor em 28/11/2014 na comunidade Santíssima Trindade do Laguinho, Assentamento rural de Vila Amazônia.
- Fernando Carvalho, 52 anos, antigo morador da Comunidade N. Sra. Do Perpetuo Socorro do Laguinho. Entrevista realizada em 23/01/2015
- Alamiro Carvalho de Souza, Natural de Parintins – Am, 80 anos. Concedeu entrevista ao autor em 28/11/2014 na comunidade São José do Laguinho, Assentamento rural de Vila Amazônia.
- Diva Albuquerque, Natural de Parintins – Am, 72 anos. Concedeu entrevista ao autor em 03/06/2015 na comunidade São José do Laguinho, Assentamento rural de Vila Amazônia
- Eunice Rocha, Natural de Parintins – Am, 83 anos. Concedeu entrevista ao autor em 01/06/2015 na comunidade Nossa Senhora do Perpetuo Socorro do Laguinho, Assentamento rural de Vila Amazônia.

- Elizeu Albuquerque, Natural de Parintins – AM, 49 anos Concedeu entrevista ao autor em 21/06/2014 na comunidade São José do Laguinho, Assentamento rural de Vila Amazônia
- Valdice Rocha, Natural de Parintins – Am, 52 anos. Concedeu entrevista ao autor em 15/06/2015 na comunidade Nossa Senhora do Perpetuo Socorro do Laguinho, Assentamento rural de Vila Amazônia.
- Herminto Cordeiro, Natural de Juruti – PA, 81 anos. Concedeu entrevista ao autor em 10/11/2014 na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Assentamento rural de Vila Amazônia.
- Eraldo Albuquerque Natural de Parintins AM, 40 anos Concedeu entrevista ao autor em 21/06/2014 na comunidade São José do Laguinho, Assentamento rural de Vila Amazônia

## **JORNAIS**

- Jornal Horizonte. (1992)
- Jornal Novo Horizonte. (1994-2015)
- O Médio Amazonas (2000).
- Gazeta Parintins (2009).
- O Médio Amazonas (2000).
- Jornal do Comercio (1989)

## **ACERVOS DOCUMENTAIS**

- Museu Amazônico.

- Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas – IGHA.
- Biblioteca Pública do Estado do Amazonas.
- Relatório de Final da CPI da Grilagem
- Processos de Inventário.